



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Thaysa Vasconcelos Bastos

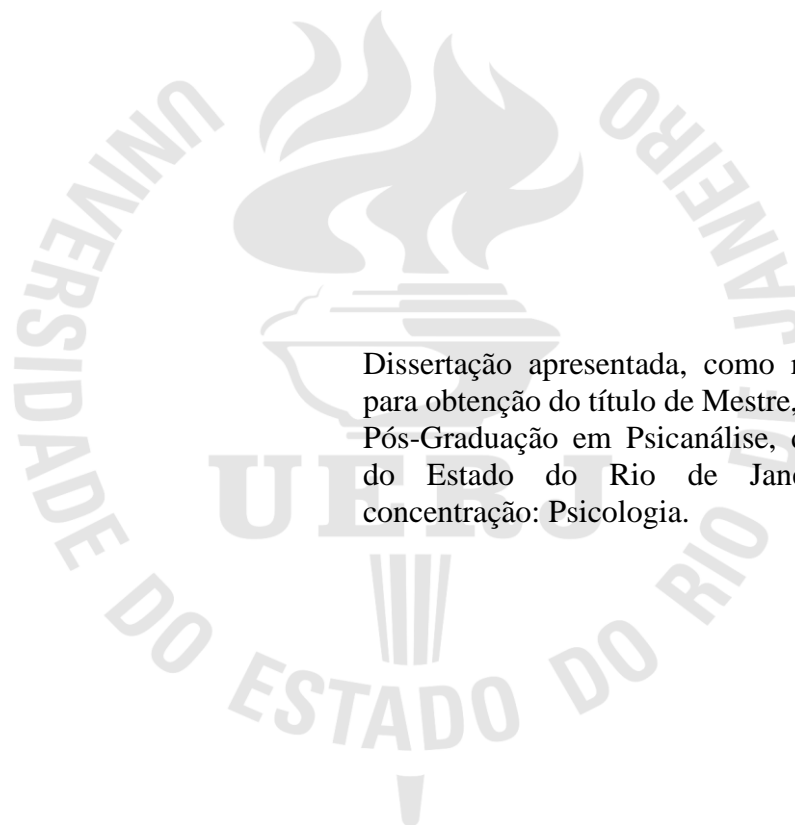
A dimensão pública da formação do analista

Rio de Janeiro

2023

Thaysa Vasconcelos Bastos

A dimensão pública da formação do analista



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Eichler de Almeida Silva

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

B327 Bastos, Thaysa Vasconcelos.
A dimensão pública da formação do analista / Thaysa Vasconcelos Bastos. –
2023.
97 f.

Orientador: Marcos Eichler de Almeida Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Psicologia.

1. Psicanálise – Teses. 2. Psicanalistas – Teses. 3. Política – Teses. I. Silva,
Marcos Eichler de Almeida. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação. III. Título.

br

CDU 159.964.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Thaysa Vasconcelos Bastos

A dimensão pública da formação do analista

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em 18 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Eichler de Almeida Silva (Orientador)
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Dóris Rinaldi
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Fernanda Theophilo da Costa-Moura
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a. Ana Paola Frare
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

À Malu e Madá.

Como uma palavra nunca é só uma palavra, a ela é dado ser poema ou cativoiro.

Carla Madeira

RESUMO

BASTOS, Thaysa Vasconcelos. *A dimensão pública da formação do analista*. 2023. 97 f. Dissertação (Mestrado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O presente trabalho trata da articulação entre a política e a formação do analista e as incidências discursivas deste encontro. Se Lacan nos afirma que “O inconsciente é a política” (Lacan, 1966-1967/2008, p.350) e, ainda, se não há formação do analista que escape do encontro com as formações do inconsciente, trata-se de investigar que relações se estabelecem entre a política e a formação. Assim, busca-se investigar as questões que se apresentam na formação a partir de três diferentes momentos da história da psicanálise, tomando por referência a elaboração da formação de Freud e a instauração da Associação Internacional de Psicanálise, a situação da psicanálise em 1956 e os processos de concepção da formação no Brasil entre as décadas de 50 e 70. Busca-se também abordar a construção da questão do lugar epistemológico da psicanálise a fim de situar as questões que insistem, como a relação dual, identificação do eu, ideal de suficiência e o que decorre daí às margens da formação e institucionalização. Por conseguinte, passaremos às bases da estrutura da formação. Por fim, em um terceiro momento investigar a dimensão pública da formação, as incidências discursivas da transmissão em psicanálise.

Palavras-chave: Psicanálise. Transmissão. Formação. Política.

ABSTRACT

BASTOS, Thaysa Vasconcelos. *The public dimension of analyst formation*. 2023. 97 f. Dissertação (Mestrado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The present work deals with the articulation between politics and the training of the analyst and the discursive incidences of this encounter. If Lacan tells us that “The unconscious is politics” (Lacan, 1966-1967/2008, p.350) and, furthermore, if there is no formation of the analyst who escapes the encounter with the formations of the unconscious, it is a matter of investigating what relationships are established between politics and training. Thus, we seek to investigate the issues that arise in training from three different moments in the history of psychoanalysis, taking as a reference the elaboration of Freud's training and the establishment of the International Psychoanalytic Association, the situation of psychoanalysis in 1956 and the processes of conception of training in Brazil between the 50s and 70s. It also seeks to address the construction of the question of the epistemological place of psychoanalysis in order to resituate the questions that insist, such as the dual relationship, identification of the self, ideal of sufficiency and the which takes place on the margins of training and institutionalization. Therefore, we will go over the basics of the training structure. Finally, in a third moment, investigate the public dimension of training, the discursive incidences of transmission in psychoanalysis.

Keywords: Psychoanalysis. Streaming. Training. Policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- A psicanálise no Rio de Janeiro (1915-1980).....	37
Tabela 2 - A letra em Lacan.....	67

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	9
1	SITUAÇÃO DA PSICANÁLISE: QUESTÕES PARA A FORMAÇÃO DO ANALISTA.....	24
1.1	A estruturação do movimento psicanalítico e sua institucionalização - a Associação Psicanalítica Internacional.....	25
1.2	Em 1956?	29
1.2.1	<u>Para além da suficiência.....</u>	32
1.3	Situação da psicanálise no Brasil: uma experiência de corte entre difusão e transmissão.....	35
1.4	Da impossibilidade de uma visão de mundo ao impossível de saber...	39
2	A FORMAÇÃO DO ANALISTA.....	45
2.1	Estrutura da formação.....	47
2.1.1	<u>Análise.....</u>	48
2.1.1.1	Desejo de analista e a retomada do problema do fim de análise.....	49
2.1.1.2	Um saber em análise.....	53
2.1.2	<u>Estudo teórico.....</u>	55
2.1.3	<u>Supervisão</u>	58
2.2	A letra.....	64
2.3	A ética da diferença e sua transmissão.....	69
3	A DIMENSÃO PÚBLICA DA FORMAÇÃO DO ANALISTA.....	73
3.1	Um pêndulo ideal.....	75
3.2	Saber, poder.....	77
3.3	Das incidências discursivas.....	78
3.4	Tática, estratégia e política e a razão de um fracasso.....	84
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	REFERÊNCIAS.....	89

INTRODUÇÃO

Quero começar, mas não sei por onde

Onde será que o começo se esconde?

Tiquequê

Quando começa uma escrita? Será que um texto é escrito a partir da primeira letra que repousa sobre o papel em branco ou algo já está para ser escrito mesmo antes de compor-se assim? Escrever exige um trabalho que não é feito sozinho, mas ainda assim o é. Pelo menos em certa medida. Parece ser uma abertura aos restos, não só os nossos, mas do que nos atravessa. Teria então a escrita também uma dimensão outra?

Em meio a várias correlações e ideias, a escrita desvela também que o que parecia se encaixar, não encaixa. Em partes, se trata do próprio trabalho de elaboração. Do tempo da escrita que não acontece só antes e é também depois. Onde as pontas ficam soltas e recolhemos os restos, do que nos interroga – de si e do Outro. Em dobra. E, ao final – se é que há um final –, na melhor das hipóteses, ressoará em quem se propõe a ler e possibilitará a tecitura de um outro texto. Embora, aparentemente, se trate do mesmo. Por isto, o que é escrito não é só nosso. Ainda assim, a partir do contorno do vazio, a invenção de algo próprio é então possível. Talvez seja interessante retomar esse ponto em nosso trabalho. Mas antes, comecemos de outro lugar.

A psicanálise existe? Mais de cem anos separam a descoberta freudiana do inconsciente e o momento presente desta questão. Não é a primeira vez que pôde surgir e, certamente, permanece muito atual. Diferentemente da física – onde não interrogamos se existe –, para a psicanálise, ela insiste. Mas poderia ser estranho abrir este trabalho assim, questionando a existência da psicanálise. Afinal, trata-se de uma dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise. No entanto, o estranho, conceito caro para Freud e retomado por Lacan, favorece a pesquisa em psicanálise. Arrisco dizer que apenas assim é possível.

Em seu décimo sexto ano de ensino, às voltas com a estrutura e causa do discurso e suas condições, Lacan formula: “Entendam que, quanto à psicanálise, a questão é saber se ela existe. É isso que está em jogo.” (1968-1969/2008, p. 31). Insiste como um sintoma que retorna, que não abrange um universal positivo, positivável. Causa a cada um e a cada vez. Costa-Moura e Fernandes (2011), por sua vez, retomam a questão para pensar o materialismo próprio da psicanálise articulado ao gozo.

A questão da existência da psicanálise – que por não necessária e não garantida, se inscreve somente em ato – se coloca para nós a partir da formação do analista também em sua

dimensão política. O caminho para esta dissertação surge de questões anteriores. Parte delas puderam ser trabalhadas durante a escrita da monografia, nomeada *Em descontinuidade com o íntimo: a dimensão pública da práxis psicanalítica* (2019). Neste momento da pesquisa, a inquietação partia da interpretação que relaciona a psicanálise ao fazer enquanto prática exclusivamente intrapsíquica ou apenas como indicação para uma terapêutica dos consultórios. Enquanto na graduação, a psicanálise era tomada em articulação às vivências nas instituições – seja com a constituição histórica da práxis psicanalítica desde Freud ou na própria orientação de nossas práticas –, a universidade pública também tornou possível o contato com experiências em outros campos da cidade. Portanto, outros saberes e pontos de partida. Dentre eles, a sustentação do lugar da psicanálise fora do modelo *standard*¹ pensada em termos de aplicação e contexto quando não questionada quanto à sua eficácia.

Alguns pontos se tornam importantes retomar aqui. Há impasses entre a formação e a atuação, uma vez que a tradição do ensino em psicologia² prevaleceu durante décadas voltado aos consultórios particulares, dividindo espaço apenas com as duas grandes áreas: psicologia escolar e psicologia do trabalho (Ferreira Neto, 2011/2017). Diversas pesquisas (Dimenstein, 2001; Spink, 2003, 2007; Lima, 2005) apontam para os efeitos desta tradição. Segundo Spink (2006), 80% dos psicólogos entrevistados para a referida pesquisa compreendem o trabalho nas redes públicas enquanto essencialmente clínico – entendido aqui como atendimento direto ao paciente. Ainda nestes casos, a psicanálise é identificada, pela maioria, como importante escora ao trabalho (Spink, 2006). Apesar de por vezes, entendida como um saber completo em si mesmo (Lo Bianco *et al.*, 1994), o que dificultaria sua inserção em rede. Por outro lado, é possível também perceber a frequente tentativa de tornar a terapia cognitivo-comportamental (Vieira; Silva, 2014), tal como o paradigma do DSM – Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais –, eixo norteador das práticas no SUS. Anterior, esta tensão entre a psicanálise e outras práticas é presente já no momento em que a psicanálise adentra instituições

¹ O que diz respeito à associação do *setting* analítico ao espaço físico do consultório e das condições de análise, como o uso do divã e do dinheiro, como normas necessárias ao “bom” manejo do tratamento. Nestes termos, vê-se também uma associação à terapêutica, uma vez que se distancia da psicanálise enquanto experiência original. Nas palavras de Lacan, terapêutica é definida pelo restabelecimento de um estado primário – “definição justamente impossível de enunciar na psicanálise” (Lacan, 1967/2003, p. 251).

² Destacar um aspecto da formação em psicologia refere à relevância do encontro entre os campos da psicanálise e da psicologia no Brasil. Uma vez que o primeiro ensino brasileiro sistematizado de psicologia teve como diretor Padre Benko e outros docentes orientados pela psicanálise (Figueiredo, 2012). A importância deste momento se deve à expansão do acesso ao ensino em psicanálise para além da classe médica, ainda que nesta conjuntura não fosse considerada formação psicanalítica. Os processos seguem crescentes até os anos 70, favorecendo o boom da psicanálise no Brasil. Ou seja, demandas por terapia tornaram ainda mais presentes e por formação, mais urgentes. Assim, não há como negar que este processo tivera relação com as demandas forjadas pelo cenário sociopolítico-econômico da época. Entretanto, o que sucedeu a este momento também contribuiu para a mudança dos rumos da formação e do movimento psicanalítico carioca.

médico-psiquiátricas brasileiras (Figueiredo, 1997/2002). Segundo a autora isso se deve tanto por parte dos analistas e o ideal de analisando-padrão³ quanto às instituições e uma tendência aos tratamentos médicos e medicamentosos – compreendidos como mais eficazes e de rápidos efeitos na remissão dos sintomas.

Ainda, a partir da monografia, foi possível notar que o cenário sócio-político conforma certas práticas e, no caso brasileiro, fez veicular a ideia de que a práxis seria restrita a uma certa inserção ou a determinados grupos sociais. Ao tomar a psicanálise como uma terapêutica, inevitavelmente, apaga-se sua dimensão ética e discursiva. Se é fato que já avançamos na destituição de um único cenário para atuação do psicanalista e estamos retomando outros cenários, não se trata de “onde” praticar a psicanálise, mas que critérios estabelecem uma prática enquanto psicanalítica. Nestes termos, a questão não se refere somente aos psicanalistas nas redes e políticas públicas, mas também à própria formação do analista. A posição do analista não se restringe a operar um dispositivo em uma experiência clínica (Laurent, 1996/1999; Quinet, 1991/2009; Sá, 2010). A prática realizada no *setting standard* não atribui garantia que o que ali se realiza é, de fato, uma psicanálise. Do mesmo modo, o que indica que fora dos consultórios a prática deva ser “adaptada”?

Em sua *Proposição*, Lacan formula “O psicanalista só se autoriza por si mesmo” (Lacan, 1967/2003, p. 248), mas isso não quer dizer que esteja sozinho para decidir. “E por alguns outros”, acrescenta em seu *O Seminário*, livro 21 (Lacan, 1973-1974/2018, p. 188). Entretanto, ainda que se autorize, não há o que assegure seu ofício e função. O que pode dizer que seu fazer é psicanalítico? Neste ponto, se localiza uma dobra entre o que se colocou como questão na monografia e o que se desdobra em questões que vêm a ser o que move esta pesquisa e trabalharemos adiante.

Em seu ato de criação, Freud vê irromper o impossível da própria psicanálise (Freud, 1937/2018). Não o fez por mera contestação, mas por constatação. Reconhecimento de um real da experiência analítica frente ao qual não foi possível recuar. Real que desvela um saber que não cabe no saber científico, pautado pela razão filosófica. Antes de seguirmos, é preciso um desvio para localizar de onde partimos, para mapear as determinações que propiciaram a descoberta da psicanálise e seus caminhos. Seja quanto às determinações de Descartes, do que

³ Figueiredo (1997/2002) localiza a problemática que se coloca para a prática analítica ao reduzir a complexidade do dispositivo aos ideais do psicanalista. Ou seja, a sua função não cabe pautar-se pelos valores do analista. “O que ele acha que deve ser há que ser posto em suspenso e as condições de analisabilidade não devem se orientar exclusivamente pelos conteúdos mais ou menos psicologizados da fala do cliente. Isto sem mencionar os casos de pacientes psicóticos de quem não podemos abrir mão de tratar, ou pelo menos tentar. Estes estariam bem mais distantes do ideal de analisando-padrão” (ibid., p. 14), afeito a cultura *psi*.

é pensável, dizível, conceituável e seus impossíveis que fazem da psicanálise filha da ciência⁴ no sentido moderno (Alberti; Elia, 2008), seja quanto às históricas, ao novo paradigma cultural e político. O que certamente se articula. Ou melhor, não se dissocia e compõe o que estava no ar, o espírito daquele tempo, também chamado *Zeitgeist*.

Se a psicanálise é mesmo filha da ciência, Rita Lee diria que ela é a “ovelha negra da família”. Isso porque, como nos indica Lacan em “A ciência e a verdade” (1966), a psicanálise decorre da ciência, a ciência abre condição de possibilidade para a psicanálise que, por sua vez, retoma um certo momento do sujeito como fio condutor do que concerne sua vocação de ciência. Quer dizer, a psicanálise é filha do discurso científico por uma via *êxtima* – íntima e estranha. E, ainda que Freud mantivesse uma relação muito próxima à cientificidade de sua época, mantendo para si um ideal de ciência, sua descoberta exigia um caminho epistemológico outro. Não comportando, portanto, exatamente seu nome, mas em relação na medida em que recolhe o que se produz da operação da ciência e lhe imediatamente descartada, rejeitada, foracluída. O sujeito. “No momento mesmo em que se formula como conhecimento, já exclui aquele, o sujeito. E então novamente se busca avançar com mais um saber que inclui o sujeito porque é ele o sujeito pensante, mas de novo, no momento em que se formula como saber, já exclui o sujeito” (Manso; Jorge; Alberti, 2016, p. 1088). Assim, por não ter lugar na ciência, o sujeito é resto e presentifica o mal-estar que produz. “Ponha o resto no lugar”, segue Rita. É a partir daí que a psicanálise opera, dando ao resto algum lugar.

A psicanálise enquanto criação parte do desejo de Freud e de seu reconhecimento de que “todas as ciências se baseiam em observações e experiências que são intermediadas por nosso aparelho psíquico. Mas, como nossa ciência tem esse mesmo aparelho por objeto, a analogia termina aqui” (Freud, 1939/2018, p. 130). Momento historicamente definido, marcado por essa condição de sujeito inaugurado por Descartes como mencionamos acima e que retomaremos no trabalho.

É impensável, por exemplo, que a psicanálise como prática, que o inconsciente, o de Freud, como descoberta, houvesse tido lugar antes do nascimento da ciência, no século a que se chamou século do talento, o século XVII - ciência, a ser tomada no sentido absoluto no instante indicado, sentido este que decerto não se apaga o que se instituíram antes sob esse mesmo nome, porém que, em vez de encontrar seu arcaísmo daí extrai dali seu próprio fio, de uma maneira que melhor mostra sua diferença de qualquer outro (Lacan, 1965/1998, p. 871).

O lugar da ciência para Freud é essencial e é preciso entendê-lo. Ao contrário do que se afirma sobre seu pretenso rompimento com o cientificismo da época, foi o mesmo que o

⁴ Retomaremos este ponto a partir do que nos trará meios para pensar o lugar da ciência, do saber e da formação para a psicanálise.

conduziu a “abrir a via que para sempre levará seu nome” (ibid, p. 871). Dizer que Freud não rompe com a ciência é também reconhecer o lugar da epistemologia na construção de conhecimento e, posteriormente, o lugar epistemológico da psicanálise. Em seu texto “Acerca de uma visão de mundo” (1933/2014), trabalha a relação entre ciência, psicanálise e a possibilidade de uma visão de mundo científica. Em um primeiro momento, Freud lança mão de três diferentes meios para pensar a possibilidade de uma *weltanschauung* para a psicanálise: religião, ciência e filosofia. Particularmente e ainda que breve, traçaremos as concepções a que ele se refere durante este trabalho.

Resgatar o lugar da ciência e da filosofia em relação à psicanálise nem mesmo de longe se restringe ao campo teórico, mas impacta o trabalho de cada psicanalista, seja no consultório ou nas redes e políticas públicas no Brasil. Alinha-se ao propósito de desvincular a ideia de tecnocracia presente nos estudos referentes à Psicologia, abordada por Canguilhem em *O que é a psicologia?* (1958/1973). A psicologia repousa no que não se pode conferir unidade, no que pouco se define de forma unívoca quanto a seu estatuto em termos de ciência e de técnicas. Isso quer dizer que não é possível definir o feito enquanto psicologia?

A discussão no que concerne a psicologia, trazida por Canguilhem, nos interessa não somente por localizar as questões quanto ao objeto, ao método e à episteme que permeiam a possibilidade de *um* conceito de ciência para a psicologia, mas ainda quanto a direção ética que se toma a partir da ciência. “Quando se sai da Sorbonne pela rue Saint-Jacques, pode-se subir ou descer; se se sobe, aproxima-se do Pantheon, que é o Conservatório de alguns grandes homens, mas se se desce dirige-se certamente para a Chefatura de Polícia” (Canguilhem, 1958/1973, p. 11). Problemática extensa que não pretendemos esgotar neste trabalho, mas que importa localizar como um dos elementos que compõem nossa discussão.

(...) a Psicologia é um saber absolutamente novo no final do século XIX, século que foi o palco das grandes batalhas que a criaram (cf., a esse respeito, Alberti, 2003). Por um lado identificado com aquele que Canguilhem associa à subida da rue Saint-Jacques em Paris, a Psicologia pode colocar grandes questões, à imagem dos grandes homens imortalizados no Panteão, por outro, porém, a Psicologia já se mostrava, em 1958 - data da publicação do texto de Canguilhem -, gravemente associada ao discurso capitalista que introduzia parâmetros no afazer científico, que desde então só se cronificaram e que a perpetuaram "nos préstimos que oferece à tecnocracia", como diz Lacan, fazendo dela (a Psicologia) um instrumento de Polícia (Alberti; Elia, 2008, p. 782).

Que estatuto ético para a prática? Há em Freud uma revolução neste sentido.

Freud marca, no que concerne a ciência, uma outra relação. Ao recolher seus restos, não apenas estende a investigação à esfera psíquica, mas borra as margens de sujeito, objeto e saber,

reposiciona-os ao descentralizar à direção de tratamento e põe em questão a própria posição do analista. O que radicalmente tem efeitos na formação e se faz pelos efeitos de uma formação.

A revolução discursiva, introduzida por Freud, quando propõe o discurso do analista. Este, já não é mais o mestre, que já não pergunta ao paciente (na posição de escravo) o que vai mal para se apoderar desse saber, e com ele trabalhar para o mestre – posição que surge também na medicina quando o médico, no lugar do mestre, diz ao paciente que é ele quem sabe sobre seu sofrimento e pode curá-lo, fazendo de seu paciente o objeto de aplicabilidade de sua ciência –, tampouco o analista é outro sujeito que, numa relação intersubjetiva, procura compreender de forma jasperiana, por identificação imaginária, o que se passa com seu paciente, mas o analista é, com o novo discurso criado por Freud, o objeto que pode causar o sujeito, seu paciente, a querer saber o que vai mal. Para estudar e aprofundar tal noção de objeto, que o analista deve ocupar na transferência – contexto identificado por Freud como o único possível para uma análise – a psicanálise e suas escolas não medem esforços. São esses esforços, realizados desde então, que têm como visada fundamental por à prova o próprio conceito de psicanalista. Efeito de uma formação psicanalítica que implica o reposicionamento diante do saber, o psicanalista, como conceito, redesenha a lógica da relação entre sujeito e objeto, é sustentado no ato analítico e no desejo do analista que, na condição de objeto a causar o sujeito em análise a querer saber, descentra a direção do tratamento e os princípios de seu poder (Alberti; Elia, 2008, p. 799).

Efeito de uma formação tem como ponto de partida a experiência analítica e um saber em vias de construção, um saber que se inventa (Lacan, 1973-1974/2018). Saber que se escreve no cotidiano, na vida comum. Sendo, por rigor, leigo (Elia, 2009). Assim como a experiência analítica não se configura como técnica ou saber acabado, o saber inconsciente é para sempre um “descompletamento” do todo – um negativo – que se faz letra viva. Texto a ser construído em ato e como efeito deste – uma resposta àquilo que não vai bem, como um sintoma. O que mais justificaria sua aparição tão tardia? (Lacan, 1974/1986). É de onde se parte e onde se pode chegar enquanto efeito da transmissão. Contudo, “se a psicanálise é algo a se descobrir, de forma que se oferecer a esta tarefa é também reinventá-la (...), o que se transmite então? Nada que seja da ordem de uma mensagem, de um código ou saber estabelecido.” (Sá, 2010, p. 143). É de uma lógica própria à psicanálise que se trata: a escrita de um livro que também está sendo lido, moebianamente. Ao mesmo tempo citação e enigma (Lacan, 1969-1970/2016).

Assim, a descoberta de Freud pouco tem efeito se tomada enquanto bibliografia a ser eventualmente consultada (Lacan, 1953/1998) ou resumida à difusão, onde operam jargões psicanalíticos sem tomá-los pela via da enunciação e do discurso analítico presente nos enunciados freudianos (Sá, 2010). O fazer psicanalítico não é certificado por anos de estudo rigoroso, análise e supervisão – o que fundamentalmente não deve ser dispensado. Nem Escola que garanta a presença da psicanálise no mundo, mas tampouco sem ela a psicanálise sobreviverá. Não há o que assegure a posição do analista, nem mesmo a psicanálise. E por isso mesmo pensar a formação do analista se mantém tão necessário. A formação de um analista parte do que o convoca. Pelo desejo (de saber) em sua própria análise, onde o sujeito pode

submeter-se aos significantes que se apresentam, responsabilizar-se por eles e fazer algo com isso (Sá, 2010). O que certamente não é sem mal-estar, nem apesar dele. Em 1914, Freud já havia percebido este mal-estar e a resistência à psicanálise, aliás se incluindo no grupo dos que “perturbaram o sono do mundo”. Segundo Sá (2010), no entanto, é possível “usar a psicanálise para continuar a dormir⁵ (...) [utilizando-se] dela apenas como produção de saber ou como terapêutica, o que, além de limitar seu campo, retira de seu discurso toda efetividade” (p. 139). Logo, sustentar o incômodo que tange a psicanálise é também trabalhar para mantê-la viva. Mesmo que seu destino seja não triunfar (Lacan, 1974-1975/2005).

Freud durante toda sua obra ocupou-se da formação, inclusive no que se refere a seu futuro (Freud, 1918-1919/1969), a transmissão da psicanálise e as questões que circulam sua popularização. Ainda assim, nunca deixou de privilegiar a experiência analítica, tecendo apenas o que nomeou por recomendações aos que desejavam exercer a psicanálise. Entretanto, esta preocupação não lhe era exclusiva. Os psicanalistas buscavam uma espécie de amparo à transmissão que pudesse pôr a salvo a psicanálise ao que estaria sujeita, tendo por efeito a formulação do modelo de formação que deu origem a *International Psychoanalytical Association* (IPA). Mas, no lugar da possibilidade da diferença e da reinvenção, a IPA tornou-se o terceiro enquanto instituição, terceiro personificado que, como organização burocrática, legitima o que seria o “modelo ideal de analista”. Rinaldi (1997) acrescenta que esta posição não é exclusiva às sociedades ligadas à IPA, uma vez que “onde se trabalha, entre outras coisas, a questão da transmissão do saber, corre-se o risco da cristalização do sujeito suposto saber na figura de um mestre e do recalçamento do desejo” (p. 5). O que também pode fazer incorrer numa estrutura de proteção por parte das instituições psicanalíticas que se estende ao vir a público. Seria possível dizer que, nestes casos, supõe-se que o é dito é feito em nome d(A) psicanálise e não a cada vez, por cada analista?

No mesmo ato de criação da psicanálise, ao incluir a transmissão de um impossível, Freud imprime como consequência desta um posicionamento político centrado no sujeito, que se inscreve como a primazia do reconhecimento do inconsciente (Mayerhoffer, 2015). O que

⁵ Referência ao sonho do *Pai não vê*, apresentado por Freud em *A interpretação dos sonhos* em que “o despertar nos mostra o acordar da consciência do sujeito na representação do que se passou - o deplorável acidente da realidade, ao qual não se pode fazer mais do que acorrer! Mas o que era então esse acidente? - quando todo mundo dorme, ao mesmo tempo aquele que quis repousar um pouco, aquele que não pôde manter a vigília, e aquele de quem, sem dúvida, diante de seu leito, alguém bem intencionado poderia dizer - *Parece até que está dormindo*, quando dele só sabemos uma coisa, que nesse mundo inteiramente sonolento, apenas sua voz se fez ouvir - *Pai, não vê, estou queimando*. Esta frase, ela própria é uma tocha - ela sozinha põe fogo onde cai - e não vemos o que queima, pois a chama nos cega sobre o fato de que o fogo pega no *Unterlegt*, no *Untertragen* no real.” (Lacan, 1964/1987, p. 60). E faz ver, evidencia o real desse encontro sempre faltoso que, para além da fantasia, forra o real traumático.

Freud faz é tomar o inconsciente em seu estatuto de saber, patamarizando-o ao saber científico e conferindo-lhe “direito de cidade” (Elia, 2009). Se a criação e a transmissão da psicanálise estão atreladas à política e

A política, em seu conhecido status de empuxo do “total” [do Um] que estruturalmente carregaria em seu bojo o desconhecimento da singularidade, do sujeito, é possível exercê-la em conformidade com a ética da incidência do objeto *a*, ética do desejo, coisa que só verificaríamos em cada experiência e portanto nos traria a advertência quanto à política? (Mayerhoffer, 2015).

Até o momento, é corrente que na psicanálise nos ocupemos da política, interrogando-a, mas que consequências possíveis tiramos daí? “Tem razão quem põe a psicanálise à testa da política. E não poderia não ser nada fácil para aquilo que da política fez boa figura até aqui, se a psicanálise se mostrasse advertida quanto a isso” (Lacan, 1971/2003, p. 23). Ou ainda, se os psicanalistas se mostrassem advertidos.

A experiência psicanalítica mostra que para transformar o real, quando ‘não é suficiente apenas interpretar o mundo’ (Marx; Engels, 1845/2010, p. 124) não basta que se enuncie uma denúncia – por mais verdadeira que ela seja. A própria história testemunha que não basta uma ‘irrupção da verdade’ (Lacan, 1971/2009, p. 154) para que o que se sustenta no discurso seja derrogado. (...) não basta denunciar o sintoma que está estruturado, é preciso antes que a verdade possa atingir o real aí eclipsado. Nas palavras de Lacan, é preciso que a verdade *se* enuncie; que ela fale. É preciso que ‘a verdade diga eu’ (Lacan, 1968-9/2008, p. 68) – e o sujeito surja daí, como consequência (Costa-Moura; Leonel, 2011, p. 9).

Assim, se não basta denunciar o sintoma para que o sujeito surja como consequência e se a psicanálise é da ordem do sintoma (Lacan, 1974/1986), talvez não baste uma “irrupção da verdade” para a sustentação de seu discurso. Há um tempo próprio em sua operação, tempo que não se conclui em síntese por ser feito de história, alterações cujas mudanças se dão por deslocamento e invenção. “Como a experiência analítica nos demonstra, é que estamos lidando com o que eu diria verdades indomáveis (...)” (Lacan, 1973-1974/2018, p. 193), e assim não estão sujeitas a palavras de ordem, não há como ser precipitado (Costa-Moura; Fernandes, 2011), é sujeito e ato como na saída da prisão como em *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada* (1945/1998). O que parece ser também com a formação.

Ter no horizonte os caminhos percorridos pela psicanálise é essencial, mas talvez não baste conhecer e reafirmar o que já foi dito. O que não significa que saberemos exatamente como caminharemos. Assim como o jogo de xadrez, há uma anterioridade lógica. No caso do xadrez, suas regras, mas quanto à psicanálise uma anterioridade discursiva. É isso que se transmite em uma formação. Ainda que esta transmissão passe também, no início ou em certa medida, pela repetição de um gesto ou de um dito que nos soa estranho. E, por ser um percurso – percalço e “*per causa*”, faz do equívoco dobra a um desejo de saber em causa – pode fazer

questão. Como nos escreve Guimarães Rosa, “tudo se finge, primeiro; germina autêntico é depois”. Há algo que passa pelo outro, mas pode vir a surgir daí a alteridade. Seria, por seu próprio ato e desejo, a verdade que faz germinar “algo de analista”? E quanto a sustentação e a transmissão do discurso como consequência, estamos advertidos? Se Lacan nos afirma que “O inconsciente é a política” (Lacan, 1966-1967/2008, p.350) e, ainda, se não há formação do analista que escape do encontro com as formações do inconsciente, trata-se de investigar que relações se estabelecem entre a política e a formação.

Uma e outra parecem compor a questão central do texto freudiano *Caminhos da terapia psicanalítica* (1919), tornando-o fundamental para o proposto aqui. Elaboraremos nosso fio. É notável que o texto em que falamos, nomeado também em outra tradução como “Linhas de progresso na terapia psicanalítica”, seja lembrado em específico como um texto de indicação da prática psicanalítica nos serviços e instituições públicas de saúde. Publicado originalmente na Revista Internacional de Psicanálise Médica, o texto tem como contexto o pós Primeira Guerra Mundial, seus efeitos nefastos e se dirige aos psicanalistas da época. Proferido no ano anterior à publicação, no V Congresso Psicanalítico Internacional, em Budapeste, Freud propõe-se pensar as perspectivas futuras da Psicanálise e convoca os psicanalistas a repensarem sua posição e função na sociedade. Nas palavras de Freud, era preciso “fazer um balanço do estado de nossa terapia – à qual devemos nossa posição na sociedade humana – e ver em que novas direções ela poderia se desenvolver” (1919/2010, p. 210). O que parece localizar ainda um interesse público, referente ao laço social, articulado à própria psicanálise. Circunscrevendo o que poderíamos situar como uma articulação científica e política, traz à cena uma questão complexa, a contar pela concepção de ciência hegemônica da época e a constante disputa de certos pressupostos⁶.

O conflito no que tange a função social da psicanálise era considerável antes mesmo que qualquer um dos envolvidos o tivesse percebido. Desde sua criação e, ainda mais certamente após a chegada na América, há resistências à psicanálise e sua clínica. Em todo espectro político, críticas se dirigem ora aos estudos psicanalíticos enquanto investigação psicológica individual que situa o sujeito à margem da sociedade. Ora se destinam a invalidar a psicanálise por sua não cientificidade, tomando-a por ideológica. E ainda os diferentes

⁶ Há mais de uma concepção de Ciência. Como categoria epistemológica, a produção de conhecimento a partir dos parâmetros metodológicos de Galileu articulado ao *cogito* cartesiano - método inaugural da ciência moderna - ou procedimento a partir da observação da realidade, onde os dados do particular são retrabalhados e correlacionados a um caráter geral, por método empírico-indutivo retomado mais tarde pelo positivismo de Comte, por exemplo. Campo em disputa, há ainda importantes discussões acerca da hegemonia eurocentrada e a decolonialidade do conhecimento. “É preciso saber que concepção de ciência norteia os diferentes argumentos (Alberti; Elia, 2008, p. 785).

posicionamentos dos psicanalistas quanto ao lugar da política e do “plano de ação” em relação à clínica.

Entre as mudanças radicais ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial, atitudes políticas anteriormente depreciadas se tornaram, de repente, dominantes, tanto no movimento psicanalítico como em outros âmbitos (...). Em 1918, Freud poderia simplesmente ter reafirmado os princípios de 1913 que sistematizaram seu enfoque pré-guerra sobre os honorários pagos pelos pacientes, mas ele previa que a história da teoria psicanalítica repousaria, em última análise, na história de sua prática real. As novas democracias exigiriam dos psicanalistas, como de outros profissionais, maior envolvimento público (...). O discurso de Budapeste sobre ‘a consciência da sociedade’ refletia o despertar pessoal de Freud diante da realidade de um novo contrato social, um novo paradigma cultural e político (Danto, 2019, p. XXXIV).

A formação desde Freud ocupou um lugar importante na pólis – e, por que não dizer, um lugar político – ao compor suas clínicas públicas (Freud, 1918-1919/1969), uma vez que estas também se constituíam enquanto espaços de formação (Danto, 2019) em psicanálise⁷. O que foi feito deste recorte importante da história da psicanálise e de sua formação? Assim, após uma perspectiva inicial, propomos o texto freudiano *Caminhos da terapia psicanalítica* (1919/2010) enquanto núcleo axial do trabalho. Tomaremos passagens do próprio texto para produzir as pausas que organizam este trabalho. Passemos a elas.

No primeiro capítulo, nomeado *A situação da psicanálise: questões para a formação*, trabalharemos a partir da citação “(...) nunca nos gabamos da completude e inteireza de nosso saber” (Freud, 1919/2010, p. 210) e seus desdobramentos possíveis. Partimos da situação da psicanálise e, assim como Lacan o fez em 1956, temos por horizonte também a formação do psicanalista. Trata-se de um inicial contorno da formação em psicanálise no que se refere à questão do saber em seus termos. Comprometidos “até o limite do possível (...) com a história em ação da psicanálise”, trata-se aqui também de indicar “a situação real e da formação dada” (Lacan, 1956/1998, p. 461). A faremos também a partir de dois outros momentos, sendo: a elaboração da formação por Freud e a instauração da Associação Internacional de Psicanálise e os processos de concepção da formação no Brasil entre as décadas de 50 e 70. Apesar de antes deste período termos importantes contribuições à psicanálise no Brasil, autores e praticantes como Virgínia Bicudo, Julio Porto-Carrero, Juliano Moreira, Henrique Roxo, entre outros, nosso recorte neste capítulo se deve à crescente difusão e processos de formalização da formação por meio da institucionalização - trazendo assim especificidades para a concepção da

⁷ Nestes espaços, “seguindo seu espírito público, organizou-se um sistema de ‘troca de trabalho’: os psicanalistas mais experientes, além de atenderem o público da clínica, também faziam análise didática gratuita dos candidatos à formação psicanalítica. Estes, por sua vez, também atendiam gratuitamente na clínica. Ao mesmo tempo, seminários de formação teórica e grupos de supervisão eram organizados por membros das clínicas. Dessa forma, o santíssimo ‘tripé da formação’ estava garantido com pouquíssima (...) circulação de dinheiro. O que nos impede objetivamente de fazer isso hoje no Brasil?” (Fernandes; Lima, 2019, p. 393)

formação no Brasil. Ainda que presentes certas semelhanças. Parece haver questões quanto à situação real e a formação dada que insistem em retornar. Avançaremos assim na direção da negativa freudiana partindo à elaboração acerca da visão de mundo e o que cabe à psicanálise, contornando seu lugar de vizinhança epistemológica quanto aos outros campos de saber. Havendo assim condições para situarmos de um outro lugar as questões que insistem, como a relação dual, identificação do eu, ideal de suficiência e o que decorre daí às margens da formação e institucionalização. Abrindo, por fim, possibilidade para a questão: do que se trata uma formação em psicanálise e que saber possível em seus termos?

No segundo capítulo, *A formação do analista*, retomaremos as balizas da formação que nos foram apresentadas desde Freud e os avanços, em seu sentido ético e crítico quanto à sustentação de um discurso e dos fundamentos até o seu limite, introduzidos por Lacan. Refazendo os caminhos da formação enquanto formação do analista por relação ao desejo. Afinal, como tornar-se analista? Será que alguém se torna analista? Neste capítulo, abordaremos o tripé da formação – análise pessoal, estudo da teoria e supervisão clínica – e, ao circunscrever, nos aproximaremos da formulação do que ainda assim não atesta nem o analista nem a psicanálise. Houve psicanálise? É por seus efeitos – efeitos de seu ato – que um analista tem notícias de seu fazer.

Vastas são as tentativas de localizar a formação, dar lugar a ela. Mas não parece se tratar de associá-la a Um lugar físico. Como vimos, a IPA fez-se necessária para a época como uma tentativa de dar contorno ao processo de formação, mas restringi-la ao registro da Associação não parece ter sido o proposto por Freud em nenhum momento de sua obra. Assim como por sua negativa “a formação do analista não se dá na universidade”, a partir do texto freudiano “Deve-se ensinar psicanálise nas universidades?” (1919) – que não raro aborda-se pelo fim: “Em suma, podemos dizer que uma universidade só teria a ganhar com a inclusão do ensino da psicanálise em seu currículo”. Se apostamos na transmissão de algo da psicanálise na universidade, pode haver também efeitos à própria psicanálise? No que se refere ao movimento psicanalítico carioca a partir dos anos 70 (Figueiredo, 2012), parece-nos que sim. É certo que a formação do analista não escapa à universidade e ninguém sai da graduação formado analista. Mas não se “sai” formado analista de lugar algum. A psicanálise é uma experiência de entrada, ainda que comporte um fim. Terminável e interminável.

Assim, a formação não se trata da formação de um saber sobre a psicanálise nem sobre o que poderíamos atribuir quanto a seu “objeto”⁸, mas com a psicanálise. Um saber que em

⁸ Onde certamente estaríamos frente a outra questão.

algum momento é atravessado pelos conceitos e não se encerra neles. Há um certo desejo de saber (uma psicanálise) que mesmo somado ao saber teórico (da psicanálise) aponta para um resto que faz retornar a marca do vazio. Em causa, pode vir a surgir um estilo e reinventar a psicanálise, a partir da falta-a-ser, de seu desejo de analista. Aí também reside o rigor da nossa prática.

Sendo “(...) quaisquer que sejam os elementos que a compoñham, suas partes mais eficientes e mais importantes continuarão a ser aquelas tomadas da psicanálise rigorosa e não tendenciosa” (Freud, 1919/2010, p. 218) a passagem freudiana que orientará nossa escrita neste segundo capítulo. Abordaremos também questões sobre a análise leiga, um saber em análise, retomaremos a desintelectualização e o para-além do dois (exterioridade), saber meio de gozo, saber-gozo-poder e a anterioridade do discurso. Que formação possível à especificidade do saber aqui em jogo?

“Qualquer retorno a Freud que dê ensejo a um ensino digno desse nome só se produzirá pela via mediante a qual a verdade mais oculta manifesta-se nas revoluções da cultura” (Lacan, 1957/1998, p. 460). Retornar a Freud significa tomá-lo enquanto a discursividade que ele inaugura e seu ensino não poderia ser senão pelo que se deu a ver à época, às revoluções da cultura. Não poderia ser senão com o Outro, como no trabalho de uma análise.

Diferente dos capítulos um e dois, em que as citações “saltaram” aos nossos olhos enquanto líamos, o recorte da citação que orienta nosso trabalho no terceiro e último capítulo não se fez da mesma maneira. Contudo, não se trata de não termos citações que abarquem nossas inquietudes. Muitas as provocaram, aliás. Neste terceiro capítulo, buscaremos articular a dimensão pública e política da psicanálise à formação do analista e as consequências desta articulação. Como já indicamos, Lacan sustenta que o inconsciente é a política, ainda que em breve elaboração nesta passagem de *O seminário 14, A lógica do fantasma* (1966-1967/2008). Atendo-se a isso e, se é possível articular a formação do analista às formações do inconsciente, como articular a política da formação? Lacan localiza a formação no laço – “E alguns outros”, acrescenta. Ainda que privilegie a análise pessoal como uma das principais balizas da formação, não se refere exclusivamente à experiência do íntimo, a verdade particularizada do sujeito, mas à enunciação. Já nos advertia Lacan, em 1956, “a ordem simbólica exige pelo menos três termos, o que impõe ao analista não esquecer o Outro presente entre os dois que, pelo fato de estarem ali, não envolvem aquele que fala” (p. 466).

Tal questão se articula ao que poderia ser um embaraço para a psicanálise, a saber: a divisão entre o que seria a dimensão do íntimo e do público. Freud, já em 1921, estabeleceu em

sua obra⁹ que a diferenciação entre psicologia social e individual perde grande parte de sua nitidez quando examinada mais de perto. Da psicanálise foi feito o que se reconhece na cultura – algo restrito ao analista, analisante e as condições para que fosse levada a seu termo. Muito traduziu-se daí a associação de uma prática restrita à relação do eu com seu mundo. Ou ainda que o próprio processo analítico estaria apoiado em uma relação dual (Lacan, 1958/1998). Onde demandas que aparentam ter na intimidade seu cerne são facilmente compreendidas como demandas que dizem respeito à psicanálise. Ao passo que questões que extrapolam o eu, apresentando-se enquanto vicissitudes do social, não se configuram com tal simplicidade. Entretanto, seria possível sustentar tal divisão na psicanálise? (Freud, 1921/1980). Neste sentido, Lo Bianco (2010, p. 11) acrescenta “por ser prática do significante – esse vem do Outro –, que não é particular, não pertence a um ou a outro, só pode pertencer à esfera pública”. Por que não haveria de ser assim com a formação? Lo Bianco continua: “ainda que o ato do analista não seja público (...), seus efeitos não podem ser tomados em outro campo. O analista responde por sua posição em qualquer lugar que esteja”. Assim como a formação, em seu efeito de transmissão advindo do desejo de analista, chama o analista a dar notícias de seu fim análise na esfera pública, por exemplo, através do dispositivo do passe onde se testemunha os efeitos deste fim (Lacan, 1967/2003).

À Escola, enquanto extrapolação na experiência da IPA e o que ali foi feito da formação, Lacan lhe localiza uma função em *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista na Escola* (1967/2003): presentificar a psicanálise no mundo e preparar seus operadores e os meios de sua transmissão. Logo, não cabe à Escola garantir o estudo teórico, ainda que isso possa acontecer. Cabe aos psicanalistas, por sua conta e risco. A Escola presentifica a dobra da formação em psicanálise: intensão, a extensão (da intensão) e o que se estende a política (Elia, 2017). Impreterivelmente, se trata do que é possível reconhecer por seus efeitos públicos.

Neste capítulo, retomaremos assim a ideia de Freud – já apresentada na dissertação – “balanço do estado de nossa terapia – à qual devemos nossa posição na sociedade humana – e ver em que novas direções ela poderia se desenvolver” (1919/2010, p. 210). Mas alçando-a ao seu lugar de responsabilidade do analista quanto ao rigor e às questões de seu tempo, um a um. Quem analisa hoje? Parte da formação também se propõe ao avanço e reinvenção da própria psicanálise e de seu lugar na cultura. O que não significa se tratar da formação de analistas tanto quanto forem possíveis, mas em última instância a quem é possível procurar uma análise.

⁹ Psicologia das massas e análise do eu (1921/1980)

A fim de estabelecermos a dimensão pública da transmissão da psicanálise, precavidos dos limites que contornam o saber psicanalítico, tomaremos a discussão em torno da tática, estratégia e política da psicanálise aliada ao aceno freudiano para a urgência de “fundir o puro ouro da análise com o cobre da sugestão” (Freud, 1919/2010, p. 218), sendo esta nossa citação guia. Propomos, contudo, outra pontuação: “fundir o ouro puro da análise ao cobre”. Sendo assim um convite à abertura, uma brecha ao que pode ser lido no discurso. Naquele momento, Freud também estava às voltas com questões que partiam da sugestão. No entanto, que questões o tempo nos traz hoje? O que nos está sendo convocado hoje e o que pode evocar o lugar de “cobre” e requer que fundamos ao rigor psicanalítico?

A partir da psicanálise, é possível localizar um saber que não se submete à primazia do discurso hegemônico. Saber esse que dá corpo a uma clínica que não está desenraizada de seu aspecto histórico e político. Assim como Freud, “nos perdoará [J. J. Putnam] por também não podermos aceitar sua reivindicação de pôr a psicanálise a serviço de uma visão de mundo filosófica, e de impor esta ao paciente a fim de enobrecê-lo. Na minha opinião, isso afinal não passa de violência, ainda que coberta das mais nobres intenções” (Freud, 1919/2010, p. 215). Tomemos por nota que não há discurso adaptável. O que temos, temos em termos de manejo da tática, estratégia e política da psicanálise. Haveria, no correr do processo analítico e na sustentação de sua operação até seus limites, a possibilidade de desalienação ao alçar o sofrimento, e portanto o saber de cada um, a dignidade de escuta? Caso a consideremos, parece tratar também de que haja na operação ética uma possibilidade de incidência na política. O analista só opera como tal na medida em que agencie certa operação no laço social. Em seus fundamentos, não há analista privado, como haveria de ter formação privada? A formação só se coloca na medida em que ponha em causa sua incidência pública, suas consequências públicas.

A psicanálise, enquanto discurso, não se localiza nem fora, nem dentro, mas faz borda ao apresentar-se como um novo laço social (Sá, 2010). Não cabe a psicanálise servir de amparo ao mundo, suturando-lhe as falhas. O discurso psicanalítico possibilita que cada um construa, a partir da castração, do saber inconsciente, não-todo, uma via para operar enquanto sujeito no mundo. Segundo Alberti (2005), eis a grande contribuição da psicanálise: a possibilidade de situar-se enquanto sujeito nas relações, um a um, pelo discurso. Discurso este que se particulariza por se dirigir, inevitavelmente, a um sujeito, qualquer que seja sua estrutura psíquica e o mal de que venha a se queixar. Eis o que justifica o sintoma enquanto o que institui a ordem que verifica nossa política (*ibid.*). A política da psicanálise – uma psicanálise advertida da política? Ou seja, advertida de uma ideia de política onde o saber pode constituir uma

totalidade, ideia imaginária do todo, da boa forma. “O que há de mais belo, mas também de menos aberto” (Lacan, 1969-1970/2016, p. 31).

1 SITUAÇÃO DA PSICANÁLISE: QUESTÕES PARA A FORMAÇÃO DO ANALISTA

Uso a palavra para compor meus silêncios.

Não gosto das palavras
fatigadas de informar.

Dou mais respeito
às que vivem de barriga no chão
tipo água pedra sapo.

(...)

Sou um apanhador de desperdícios:

Amo os restos
como as boas moscas

Manoel de Barros

Nunca nos gabamos da completude e inteireza de nosso saber

Sigmund Freud

Por muito tempo às voltas com nossa prática, vimos que ela se esclarecia ao fazer dos termos. Partem daí alguns encadeamentos: Há uma temporalidade outra, que se dá ao fazer. Mas haveria uma incomunicabilidade de nossa experiência? Só é possível saber sobre a transferência, por exemplo, sabendo o que acontece na análise? Lacan nos adverte que a prática se esclarece ao que Freud definiu não como preceito, mas como conceito (Lacan, 1956/1998). Com isso, “não é, de fato, que o rigor conceitual e a elaboração técnica não sejam encontrados nos trabalhos psicanalíticos. Se são esporádicos ou ineficientes ali, é por um vício mais profundo, e ao qual os preceitos da prática conduziram por uma confusão singular” (Lacan, 1956/1998, p. 464). Neste capítulo, nossa escrita se norteará pela situação da psicanálise, que passa por essa confusão, e a faremos a partir de diferentes momentos. Por situação da psicanálise, traremos, assim como Lacan o fez em 1956, um inicial contorno do que se trata também para a formação do psicanalista. Comprometidos “até o limite do possível (...) com a história em ação da psicanálise”, trata-se aqui também de indicar “a situação real e da formação dada” (Lacan, 1956/1998, p. 461). Apesar da ressalva lacaniana ao localizar temporalmente a situação da psicanálise no título de seu texto – “em 1956” –, não nos escapa Lacan também nomear a situação enquanto “real”. Estaria Lacan apontando para o real enquanto impossibilidade de se inscrever, o que nos leva ao que insiste e se repete?

Situamos repetição não somente como *autômaton*, que seria a reprodução, o retorno comandado pelo princípio do prazer, a insistência dos signos. O real está para além, há algo nele de inassimilável. Com a *tiquê*, do real como encontro faltoso, o que se repete é sempre algo que se produz. Ou seja, da repetição mais adiante que um tampão em busca de homeostase subjetivante, mas que demanda o novo (Lacan, 1964/1988) e parece poder apontar para a possibilidade de uma vertente de criação. De criar algo de novo. A partir das questões que foram se desenhando no momento em que Lacan escreve, retomaremos o momento em que Freud institui a Associação Internacional de Psicanálise (ou como convencionou-se: IPA, sua sigla em inglês) e o contexto em que a psicanálise chega e se expande no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro. As questões não são as mesmas, mas há algo que se faz presente, de novo – há, contudo, uma abertura para a novidade? Assim, parece nos ser possível avançar na direção da negativa freudiana: “nunca nos gabamos da completude e inteireza de nosso saber” (Freud, 1919/2010, p. 210). Pois bem, partindo da elaboração acerca da visão de mundo e o que cabe à psicanálise e contornando seu lugar de vizinhança epistemológica quanto aos outros campos de saber, torna-se premente ressituar as questões que insistem, como a relação dual, identificação do eu, ideal de suficiência e o que decorre daí às margens da formação e institucionalização. Abrindo assim condição de possibilidade para a questão: do que se trata uma formação em psicanálise e que saber possível em seus termos? Começemos então de onde historicamente é possível no que toca à formação.

1.1 A estruturação do movimento psicanalítico e sua institucionalização - a Associação Psicanalítica Internacional

O início da história do movimento psicanalítico não se resume à história de sua institucionalização. Ainda que abordada ao longo deste capítulo, a escolha por percorrer os caminhos da Associação Psicanalítica Internacional e suas instituições filiadas como alguns dos caminhos possíveis cabe à finalidade de situá-la como historicamente se fez. De forma descentralizada e feita por muitas frentes. Uma vez que o movimento psicanalítico precede a experiência de formação de sua institucionalização.

Conhecida por IPA, sua sigla em inglês, a Associação Psicanalítica Internacional é consequência do congresso de Nuremberg em 1910, ocorrido em Londres. Seu propósito

permeava a intenção de Freud e seus adeptos de internacionalização e expansão da psicanálise pelo mundo (Lima, 2021, p. 17).

A organização da Associação Psicanalítica Internacional, guiada pela preocupação que a história nos mostra em Freud e os psicanalistas da época, se fez enquanto parte do trabalho à manutenção do pensamento freudiano na íntegra. Instituição criada por Freud, o projeto IPA ergueu-se em torno das praticáveis exigências que pudessem assegurar a formação de analistas e possíveis futuros analistas. Logo, um projeto que abarcava também a expansão da psicanálise por outros territórios. Freud sabia do lugar que tinha enquanto fundador da psicanálise e, assim, certamente se interrogou sobre a função deste lugar em uma organização – principalmente nessa ocasião. A segurança que extraiu deste projeto incidiu diretamente na tranquilidade quanto a duração de sua própria vida.

Apesar de tratar em termos de assegurar a formação, não parece tratar de garantir um psicanalista. Em *Contribuição à história do movimento psicanalítico* (1914), refere-se justamente do que o interroga como parte da construção do saber psicanalítico. Tanto as resistências quanto às lacunas e insucessos marcam o texto pelo protagonismo que Freud os dá para a história da psicanálise. Os efeitos retirados da ausência dos êxitos esperados tinham valor de pesquisa e clínica. Enquanto o modo de operação automático, monótono e de imperiosas proibições do tratamento alheiam toda pesquisa e sua curiosidade de saber (Freud, 1914/2012).

Ainda que legasse seus achados a partir do que considera ter-lhe sido transmitido, Freud também viu a si mesmo sozinho em sua descoberta durante um período de seu percurso.

Um consolo para a péssima acolhida que minha defesa da etiologia sexual das neuroses teve, inclusive em meu círculo de amizade — logo se criou um vácuo em torno de minha pessoa —, era a reflexão de que eu havia assumido a luta por uma ideia nova e original. Um dia, porém, vieram-me algumas lembranças que perturbaram tal satisfação e, em troca, permitiram-me um bom vislumbre do processo de nossa atividade criadora e da natureza de nosso saber. A ideia pela qual me fizeram responsável não havia se originado em mim absolutamente. Ela me fora passada por três homens cuja opinião contava com meu profundo respeito: por Breuer mesmo, por Charcot e pelo ginecologista de nossa universidade, Chrobak, talvez o mais notável dos médicos de Viena. Todos os três me haviam transmitido uma percepção que, a rigor, eles próprios não tinham. Dois deles negaram essa contribuição, quando posteriormente lhes recordei isso, e o terceiro (mestre Charcot) provavelmente teria feito o mesmo, se eu tivesse podido revê-lo. Mas essas comunicações idênticas, que eu recebera sem compreender, dormitaram em mim durante anos, até que um dia despertaram como um conhecimento aparentemente original (ibid, p. 183).

Há, neste ponto, a possibilidade de anteciparmos um exemplo belíssimo do que vem a ser a transmissão e o saber para a psicanálise, enquanto efeito das experiências de resistência que

sofrera. A ideia de que algo “dormita” até que um dia desperta como (aparentemente) original parece trazer em si elementos para circunscrever a transmissão para além deste exemplo. Mas antes, precisamos percorrer um pouco mais do caminho feito por Freud.

A posição analítica ao que considerou ser solitário o fez perceber correlatos com sua própria teoria. Ou seja, esses comportamentos eram em última instância consequência necessária às suas hipóteses analíticas fundamentais em torno da resistência (Freud, 1914/2012). Sendo portanto resistências à psicanálise e não, substancialmente, ao ser Freud. Isso não se deve somente à discordância teórica, metodológica ou mesmo epistemológica, mas “uma dificuldade afetiva”, algo que torna a psicanálise inacessível, “algo que torna alheios à psicanálise os sentimentos do indivíduo, de modo que este não se inclina a acreditar ou demonstrar interesse por ela” (Freud, 1917/2010, p. 241). Não se trata de uma dificuldade intelectual, portanto. Mas do que tem repercussão ao nível de ferida narcísica, como as descobertas de Nicolau Copérnico e Charles Darwin, do caráter insuportável de sua descoberta quanto ao sujeito do inconsciente - deslocando o senhorio do Eu que não o é nem mesmo em sua própria casa.

Por outro lado, sua abertura ao saber e à pesquisa tornou possível que a teoria psicanalítica fosse tomada para além do âmbito médico logo nos primeiros anos. Como efeito, outras vias de difusão foram também abertas. Logo, implicar-se a dar contorno ao que viria a ser sua especificidade trouxe à psicanálise a possibilidade de não se perder tão prematuramente. Em seus textos, Freud dava notícias das vias tomadas.

A construção do rigor e da transmissão da psicanálise partiam da elaboração de seu ensino enquanto teoria e técnica bem como do relato dos caminhos pelos quais ele e outros psicanalistas percorreram. Um e outro atrelados a sua dimensão histórica, política e social. Assim, a IPA corresponde a uma seção importante da história do movimento psicanalítico, inclusive não só no que concerne à formação mas ao avanço da própria psicanálise. A IPA era um meio, não o único. Ao seu lado, estruturavam-se inúmeros congressos, produções acadêmicas, o Anuário de Pesquisas Psicanalíticas e Psicopatológicas e as clínicas públicas de Freud, como foram nomeadas mais tarde. Ainda que fragmentos dessa história tenham sido por um tempo esquecidos, os institutos e clínicas públicas não partem de uma iniciativa isolada. Na mesma trilha, parecem compor um modo de trabalho freudiano que se norteia a partir da análise do “estado de nossa terapia — à qual devemos nossa posição na sociedade humana — e ver em que novas direções ela poderia se desenvolver” (1919/2010, p. 210). O que justifica tê-lo tomado enquanto fio desta dissertação.

Uma vez compondo um modo de trabalho freudiano, envolve a formação, a transmissão e podemos antecipar:

as únicas em condição de superar as dificuldades que geralmente se colocam para o ensino rigoroso da psicanálise. Elas possibilitam a formação de um número considerável de analistas treinados, cuja atividade deve ser a única garantia possível contra os danos que indivíduos ignorantes e não qualificados, sejam médicos ou leigos, infligem aos doentes (Freud, 1923-1925/ 2011, p.309).

Quanto a formação necessária, em 1926, Freud já era convocado a responder a querela acerca de Theodor Reik ser ou não psicanalista, uma vez acusado de charlatanismo¹⁰ por não ter formação médica. Junto a defesa a Reik, debate e enuncia a especificidade da psicanálise perante a ciência, a religião e a arte. De textos como *A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial* (1926) e *Acerca de uma visão de mundo* (1933), podemos colher o argumento da singularidade da qualificação do psicanalista, inclusive pelo que é o tratamento psicanalítico e o rigor da formação. Seria possível condições objetivas para a formação quando se trata de uma formação atravessada pela experiência inconsciente?

Ainda que tenha se ocupado da elaboração de um modelo formativo que pudesse assegurar a especificidade da psicanálise, Freud em grande parte de sua obra tomou a formação nos termos de condições e “recomendações”. Isso se deve a impossibilidade de comportar em disposições objetivas a marca da especificidade proposta, o saber, o campo psicanalítico e sua transmissão? Não significa, contudo, que não haja um certo consenso quanto ao que se propõe como estrutura a esta formação. A anteciparemos por formalidade, uma vez que a citamos enquanto estrutura, nomearemos suas partes, mas seus detalhes vão compor nosso trabalho mais tarde.

No momento em que Freud escreve sobre a questão da análise leiga, já havia sido formulado por condição da formação o tripé (ANÁLISE PESSOAL – ESTUDO DA TEORIA – SUPERVISÃO), assim como escrito seu texto *Deve-se ensinar psicanálise nas universidades?* (1919). Quanto a este, não é raro abordá-lo pelo seu fim: “Em suma, podemos dizer que uma universidade só teria a ganhar com a inclusão do ensino da psicanálise em seu currículo” (Freud, 1919/1969). À época, Freud localizava que a inserção de seu ensino seria possibilitada por aulas teóricas, mas que não se tratava, portanto, de uma formação em psicanálise. Acrescenta ainda que haveria ganho para a universidade caso fosse possível aprender algo “com” a psicanálise. Se apostamos na transmissão de algo da psicanálise na universidade, para além de nossos pares, será que isso poderia suscitar consequências para a

¹⁰ A partir deste ponto, traz-se também a questão da regulamentação x regulação do ofício de psicanalista – o que fará parte de nossas discussões no terceiro capítulo deste trabalho.

própria psicanálise também? De fato, não há formação do analista na universidade, mas a formação inclui moebianamente seu inverso: o trabalho de transmissão e de presentificação da psicanálise no mundo. Qual o lugar da experiência analítica e da sustentação de sua ética na universidade? No entanto, seja o lugar que venha a ter, disso não escapamos: a formação do analista não se dá na universidade. E ao localizá-la por sua negativa, dá notícias do saber que está em jogo.

Retornar ao princípio da história do movimento psicanalítico não se refere assim à reconstrução de seus conflitos por si só, mas do lugar em que foram tomados enquanto questão nos diferentes momentos da história. E o que ressoa hoje. Ou seja, tomando o porvir enquanto o que pode fazer avançar a psicanálise por seu rigor, como anos mais tarde nos propõe Lacan em seu texto *Situação da psicanálise e formação do analista em 1956* (1956/1998) e também atestamos no contexto de estabelecimento da psicanálise em território brasileiro, mas que, invariavelmente, tende a fracassar.

1.2 Em 1956?

Não parece ser por acaso que “Freud pôs a IPA em seu rumo dez anos antes que, na *Psicologia das massas e análise do eu*, se interessasse, a propósito da Igreja e do Exército, pelos mecanismos mediante os quais um grupo orgânico participa da multidão” (Lacan, 1956/1998, p. 478). Neste texto, o psicanalista se ocupa dos mecanismos de grupo e envereda pelos processos de identificação do *eu* a uma mesma imagem ideal – a imagem e semelhança do líder. Em seu texto “Situação da psicanálise e formação do analista em 1956”, Lacan parte desta observação e localiza no processo de identificação importantes tensionamentos para elaboração da formação do analista. Uma vez que por, vezes, “resta-lhe a via da reprodução imaginária, que, por uma modalidade de *fac-símile* [reprodução mecânica] análoga à impressão, permite, por assim dizer, sua tiragem num certo número de exemplares em que o único se pluraliza” (Lacan, 1956/1998, p. 479). E permanece Um, em muitos.

Lacan destaca assim a via imaginária que por vezes permeia a formação. Naquele momento, se tratava dos efeitos da entrada na comunidade condicionada a análise didática - o que mais tarde viria a compor a teoria que fazia da identificação com o *eu* do analista a finalidade da análise. A princípio, seu caráter quase iniciático da formação deixou em suspenso o que para Freud já dava notícias do lugar do analista na experiência analítica. A pergunta do padrão de normalidade dos analistas, e não de seus pacientes, ganha nuances e inverte a questão.

É possível localizar de antemão que o que se passa em uma análise tem caráter didata ou terapêutico? Ou ainda determinar, antecipadamente, seu fim?

Ao estabelecer um tempo outro em relação à experiência analítica, introduz-se também o caráter de suficiência e se retira de cena a temporalidade mesma do inconsciente. Ou se é analisado suficiente para ser analista ou não se é. Com isso, encobre-se a dimensão do que falha, do que não cessa de não se inscrever, do mal-estar. Na medida em que o que está em jogo trata-se mais da garantia e linearidade do processo formativo, o rigor torna-se rigidez na tentativa de aplacar o real, “o que levou o rigor às consequências de um mal-entendido” (Lacan, 1953/1998, p. 261). Há um “real em jogo na formação mesma do psicanalista”, já havia apontado Lacan em 1967. Silenciá-lo é trabalhar no circuito do ideal da suficiência, que não é muito propício à fala e faz produzir uniformes – o que se designa “requintadamente por narcisismo das pequenas diferenças” (Lacan, 1956/1998, p. 482). O que se recolhe da posição de Freud e seu compromisso ético com a fundação da psicanálise aponta para outra coisa.

Com uma certa dose de ironia, Lacan situa o lugar histórico e estrutural desta organização. A princípio, seu caráter quase iniciático da formação deixou em suspenso o que para Freud já dava notícias do lugar do analista na experiência analítica. A saber, como retoma Lacan (1956/1998, p. 477): os analistas em seu conjunto satisfazem ao “padrão de normalidade que exigem de seus pacientes”?

Ao mesmo tempo, parece haver na experiência analítica algo que não escapa ao estranho, o que por vezes é reduzido à incomunicabilidade de nossa experiência. Sim, há um impossível de tudo dizer que se presentifica em análise enquanto limite instaurado pelo traçado do próprio discurso, pelos “pontos de impasse, os becos sem-saída, que mostram o real acedendo ao simbólico” (Lacan, 1972-1973/1985, p. 126). Mas o que é feito disso retroage ao lugar que o impossível terá. Assim, por vezes, o que se retira tem como efeito a segregação intelectual, como fruto dessa distância. Será que é disso que se trata? Para Lacan, tal pergunta se dirige mais à situação da psicanálise que a dos psicanalistas. “Se pudemos definir ironicamente a psicanálise como o tratamento que se espera de um psicanalista, é justamente a primeira, no entanto, que decide sobre a qualidade do segundo” (Lacan, 1956/1998, p. 462). E só o é possível sabendo o que acontece na análise. Prevenidos quanto ao real da experiência, o que acontece em análise não se dá a ver imediatamente à intuição, uma vez que o próprio real nos escapa a todo instante. Em análise, nos damos conta de que há um saber que não se sabe, que perpassa uma ideia de saber que se articula em relação ao servir-se do significante.

Entretanto, por se tratar de relação, muito se leu enquanto relação dual referida ao par analista-analisando. E, na esteira desta ideia, toma-se não apenas como princípio a regra

fundamental da análise, a associação livre destinada ao analisante, mas supõe-se na atenção flutuante seu par de simetria, por parte do analista.

A partir de então os devaneios psicológicos puderam dar-se rédea solta. Este não é o lugar de fazer a história das variações da moda, na análise. Elas são pouco notadas por seus adeptos, sempre cativados pela mais recente: o esgotamento das fantasias, a regressão instintiva, a desarticulação da defesa, o enxugamento da angústia, a liberação da agressividade, a identificação com o eu forte do analista, a manducação imaginária de seus atributos, a dinâmica, ah! a dinâmica, onde se reconstrói a relação de objeto, e, nos últimos ecos, o objetivo em que uma disciplina baseada na história do sujeito vem culminar: a par do *hic et nunc*, cujo coaxar gêmeo é irônico não apenas por troçar de nosso latim perdido, mas também por exalar um humanismo de melhor cepa, ressuscitando as gralhas diante das quais ei-nos de novo embaçados, não mais dispondo, para ler nossos presságios no meneio de seus volteios oblíquos e no viés malicioso de sua piscadela, senão dos pruridos de nossa contratransferência (Lacan, 1956/1998, p. 465).

Por outro lado, Lacan nos adverte que para saber o que acontece em análise é preciso que se saiba de onde vem a fala e o que a encobre. Fala aqui se refere ao constituído em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1953). Mas feito plagiários, e por que não papagaios como nomeia Lacan, se oferecem como bom objeto a ser introjetado. E ainda que localizem algo que escapa à relação entre dois, buscando recuperar este para-além, se apoiam em um terceiro ouvido. Supostamente sem intermediação, o que o terceiro procura fornecer é da ordem de um apaziguamento do mal-estar que se apresenta em análise. Não apenas pela repetição de saber, onde se retira do discurso sua efetividade, assim como pelo presumido milagre das condições que produzem verdade suprema a contar pelos minutos passados pelo analista em sua poltrona. E “curiosamente, as formas do ritual técnico valorizam-se proporcionalmente à degradação dos objetivos” (Lacan, 1956/1998, p. 467).

Creemos compreender. Creemos ainda fazer-nos entender. Entretanto, a atenção flutuante não passa de contrapartida à associação livre. Ou seja, tal relação não se faz por interposição imaginária ou superioridade. E, se a associação livre se deu a ver pela linguagem, como não seria sua relação estabelecida a partir da dimensão simbólica? A ordem simbólica parece recolocar o terceiro de outro lugar. Outro lugar. Afinal, “a ordem simbólica exige pelo menos três termos, o que impõe ao analista não esquecer o Outro presente entre os dois que, pelo fato de estarem ali, não envolvem aquele que fala” (Lacan, 1956/1998, p. 466). O que significa ao analista assegurar-se de não esquecer que o homem, antes de seu nascimento e para-além da morte, está situado e circunscrito na cadeia simbólica que fundou a linhagem para que nela se bordasse a história a partir do que lhe foi transmitido.

Há uma exterioridade do simbólico em relação ao homem e se refere à determinação simbólica. Daí deriva a noção mesma do inconsciente. E ainda que enredado em outras

significações, o significante que abre a cadeia simbólica prescinde de qualquer cogitação. “Mediante a intromissão alienante da qual a noção de *sintoma* adquire na análise um sentido emergente – o sentido do significante que conota a relação do sujeito com o significante” (Lacan, 1956/1998, p. 470). Ao pé da letra, a primazia do significante abre a possibilidade de conjugar o que é da ordem da sobredeterminação, como chamava Freud a determinação simbólica, e a verdade. Efeitos que se exercem do texto para o sentido, longe de impor seu sentido ao texto ou reduzir-se aos caprichos da chancela do analista. Portanto, para Lacan, abster-se de compreender é pôr-se a ensurdecer um dos ouvidos para que se possa escutar os sons, as palavras, locuções, cortes e escansões em sua literalidade.

A perspectiva de tal investigação exige uma formação que reserve à linguagem seu papel substancial. Isso é o que Freud formula expressamente no programa de um Instituto ideal, o qual, depois do que formulamos, não nos surpreende que desenvolva o próprio conjunto dos estudos filológicos (Lacan, 1956/1998, p. 475).

Ou seja, o próprio conjunto do estudo rigoroso não apenas da linguagem, mas de sua transmissão. Isto já estava colocado em *A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial* (1926), texto freudiano que retornará em nosso trabalho em outros momentos. Por ora, nos ocuparemos da seguinte afirmação lacaniana: “nada, em nenhum dos Institutos decorrentes de uma afiliação que se apóia no nome dele [Freud], jamais foi sequer esboçado nesse sentido” (Lacan, 1956/1998, p. 476).

Até o momento, investigamos o que pretendia o projeto de Freud quanto à formação e o que decorre do processo inicial de institucionalização da psicanálise e localizamos as questões que se colocaram, como o que se fez do lugar do psicanalista e da finalidade da análise. Neste momento, passaremos à investigação do que Lacan localizou enquanto o problema das relações do *eu* com a verdade, no que concerne a formação. Ou seja, do fenômeno que Lacan nomeou enquanto *Suficiência* ao *gradus*.

1.2.1 Para além da suficiência

Daremos início a esta sessão retomando o que Lacan destaca quanto à relação entre a construção da *IPA* e a elaboração de *Psicologia das massas e análise do eu* (1921). Partindo da descoberta freudiana da identificação do *eu* com uma imagem ideal, por miragem sustentada pelo líder, questiona junto a Freud o lugar e vínculo simbólico ocupado na organização. E, ao recuperar a relação do homem com a fala que trouxemos há pouco, Lacan o enuncia enquanto o problema das relações do *eu* com a verdade. Mas do que se trata?

Reduzido ao efeito de identificação imaginária, a noção de *eu* fora tomando na análise lugares obsoletos que acabaram por, em uma simplificação psicologizante, deprecia-lo em sua função. Atrelado à ideia de identificação e suficiência, recebe ainda outros contornos no que toca à formação. *Suficiência* ao *gradus*, único *gradus* da hierarquia psicanalítica, “onde a democracia só conhece mestres/senhores” (Lacan, 1956/1998, p. 478).

A formação, e a entrada na comunidade analítica, inicialmente está sujeita à condição da então chamada análise didática, de onde decorre a teoria que relaciona a identificação ao eu do analista como finalidade da análise. Pois bem, essa ideia não seria possível se o analista não se colocasse em lugar de *padrão de normalidade*, como nos diz Freud, ou de *Suficiência em si*, segundo Lacan. A Suficiência em si assenta-se no lugar de bastar-se a si mesma, para-além de qualquer comprovação. E, a título de didática, torna-se uma experiência de identificação dual, mas que multiplica-se tal qual a tiragem de Um livro. Tiragem esta não de novas edições, mas de cópias em que “falta algo”.

Assim, não se trata de simplificar ao par de opostos “suficiência” e “não suficiência”. Trata-se de constituir lugares em torno do que falta para que se habilite a ocupação da Suficiência. Lacan destaca então mais três lugares: os *Sapatinhos Apertados*, os *Bens-Necessários* e as *Beatitudes*. Ainda que por vezes sejam tomados quase como uma crônica lacaniana, situar tais lugares implica pensar a política da formação em psicanálise. Dentre esses lugares, circulam o constrangimento e desconforto do silêncio. O ideal da suficiência não é muito propício à fala e às perguntas, pois “um bom analisando não faz perguntas. (...) É estritamente impossível, na linguagem corrente na comunidade, fazer uma pergunta sensata” (Lacan, 1956/1998, p. 480). E, por isso, a sujeição que acompanha o grupo produz efeitos de uniforme, ou como designariam requintadamente por “narcisismo das pequenas diferenças”.

Eis, portanto, a organização que obriga a Fala a caminhar entre dois muros de silêncio, para ali realizar as núpcias da confusão com o arbítrio. Ela se ajeita com isso para suas funções de promoção: as Suficiências regulamentam a entrada dos Sapatinhos Apertados em suas dependências e as Beatitudes lhes apontam aqueles que constituirão os Bens-Necessários (Lacan, 1956/1998, p. 485).

Se por um lado, o que se produz pode tomar forma de cópia supérflua, por outro entende-se que não há campo em que alguém se exponha mais do que ao falar da análise. Ainda que se interrogue os termos dessa “exposição”, parece aqui já estar colocado o que salta enquanto possibilidade de diferença a partir da análise. O estilo lacaniano, principalmente neste texto, traz consigo um certo *quê* de ironia, mas podemos extrair desta passagem proposições importantes no que se refere ao lugar da análise na formação. Há assim uma possibilidade que

surge do que não se pode mais repetir ou explicar por não dar conta. Lacan sugere que de uma análise pessoal se extraia o que chamou de desintelectualização, o que não indica que se trate de inteligência ou sua falta.

Qualquer que deva ser para a análise o desfecho da singular gestão espiritual em que ela assim parece embrenhar-se, a responsabilidade de seus defensores permanece intacta em relação aos sujeitos de quem eles se encarregam. E é aqui que só podemos alarmar-nos com alguns ideais que parecem prevalecer na formação destes: como o que é suficientemente denunciado, posto haver adquirido direito de cidadania, pelo termo *desintelectualização*. (...) Ninguém duvida, com efeito, da importância do número dos trabalhadores para o avanço de uma ciência. Mas é preciso que não acloda de todas as partes a discordância quanto ao sentido a atribuir à experiência que a fundamenta (Lacan, 1956/1998, p. 494-495).

A desintelectualização, quando em dissonância ao psicologismo analítico, traz implicações tanto clínicas quanto formativas, o que já estaria colocado por Freud em seu texto *Sobre a psicanálise 'selvagem'*, de 1910. Se o que comparece na clínica (e na formação) é primariamente a ignorância, em psicanálise não se trata de removê-la e esgotá-la através da informação.

Se a informação sobre o inconsciente fosse tão importante para o doente como acreditam os não iniciados na psicanálise, bastaria, para seu restabelecimento, que ele frequentasse palestras e lesse livros. Mas essas medidas têm tão pouca influência nos sintomas da doença nervosa quanto a distribuição de cardápios para os famintos numa época de fome (Freud, 1910/2013, p. 255).

No entanto, não significa que a psicanálise possa prescindir integralmente de certas comunicações, inclusive se partirmos de questões anteriores: é possível antecipadamente determinar que uma análise será didática? O que a torna didática se faz em termos de informação? Familiarizar-se com a técnica não cessa no que pode ser aprendido em livros, difundido em termos, nos diz Freud ao se interrogar sobre as vias próprias exigidas para transmissão de seu ensino. A organização de uma comunidade não parece ter-lhe assegurado naquele momento ou na época em que testemunha Lacan. Bem como ainda hoje.

No início de nosso texto indicamos que a organização de uma comunidade se localiza enquanto uma das consequências do congresso de Nuremberg em 1910, ocorrido em Londres. Situamos seu propósito em torno internacionalização e expansão da psicanálise pelo mundo pretendida por Freud. Assim, coincidente ao momento em que Lacan, na França, se lançava a um retorno a Freud, havia no mundo outros movimentos sendo concebidos. Mesmo que, por vezes, conformados em trabalhos “sobre a psicanálise”, centrados na difusão ou numa pretensa terapêutica psicanalítica. Fato é que, coincidente à elaboração do que veio a se tornar o movimento lacaniano, haviam importantes iniciativas se estabelecendo também por aqui, no Brasil. Contribuições do que se estabelecia enquanto psicanálise no Brasil de autores e praticantes como Virgínia Bicudo, Julio Porto-Carrero, Juliano Moreira, Henrique Roxo, entre

outros. O recorte que a seguir, entretanto, se deve à crescente difusão e processos de formalização da formação por meio da institucionalização – trazendo assim especificidades para a concepção da formação no Brasil.

1.3 Situação da psicanálise no Brasil: uma experiência de corte entre difusão e transmissão

Os anos 50, 60 e 70 constituem importante cifra para a chegada da psicanálise no Brasil e a fundação de seu lugar social. Seja em termos de difusão - o que difere da transmissão psicanalítica por ser a apropriação de jargões ou mesmo conceitos psicanalíticos sem tomá-los em seu estatuto ético – ou da transmissão e formação de analistas brasileiros¹¹. O recorte da experiência em questão neste momento se deve a sua contemporaneidade. Localizá-la fundamenta, na contramão da possibilidade de um pretenso desenvolvimentismo no que tange a história da formação, a insistência do que não vai bem.

Nos anos 50, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo recebem sociedades vinculadas à IPA, responsável pela formação oficial psicanalítica naquele momento.

Rio e São Paulo serão os pólos onde irá se concentrar boa parte do movimento psicanalítico brasileiro. Ao contrário de São Paulo, porém, onde a psicanálise desde cedo manteve relações importantes com o campo intelectual mais amplo, no Rio de Janeiro a nova doutrina foi rapidamente absorvida e controlada pelo campo psiquiátrico (Figueiredo, 2012).

Como a princípio, no Rio de Janeiro, as sociedades enviadas pela IPA só aceitavam médicos como candidatos à formação, o movimento psicanalítico carioca tornou-se mais instável que o paulista.

A maior fonte dessa instabilidade: a relação entre os psicólogos e os psicanalistas-psiquiatras, e como os primeiros passaram de consumidores da psicanálise e objeto de investimento dos psicanalistas, como seus clientes, alunos e supervisionandos para agentes promotores da psicanálise, demandando uma formação reconhecida (Figueiredo, 2012).

Os primeiros contatos dos psicanalistas com os psicólogos no Rio de Janeiro se dão já no surgimento da primeira experiência de ensino sistematizado de psicologia, em 1953 – o Instituto de Psicologia Aplicada, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Apenas 3 anos depois de inaugurada, há a entrada da psicanálise na psicologia clínica e um forte processo de difusão psicanalítica, via Padre Benko (então diretor do curso. Há também

¹¹ A temática da difusão da psicanálise no Rio de Janeiro compôs pesquisa anterior (Bastos, 2019) e parte do que se pôde recolher naquele momento encontra-se neste momento do trabalho.

a entrada de alguns docentes de abordagem psicanalítica). Os psicanalistas analisavam, ensinavam, orientavam e supervisionavam os psicólogos. “Ou seja, as sociedades “oficiais”, apesar de terem nos psicólogos seus grandes clientes, mantinham o monopólio médico sobre a formação e o título legítimo”. (Figueiredo, 2012). Esses processos seguem crescentes até os anos 70, favorecendo o boom da psicanálise no Brasil.

Tabela 1 - A psicanálise no rio de janeiro (1915-1980)

1915-1937	Recepção e difusão das ideias psicanalíticas
1938-1950	Formação das primeiras gerações de analistas.
1951-1969	Institucionalização nos moldes da IPA e o acesso apenas a médicos. <ul style="list-style-type: none"> ● 1953- ensino sistematizado em psicologia/ encontro psicanálise e psicologia via Padre Benko. ● 1962- regulamentação da profissão de psicólogo.
1970-1975	<i>Boom</i> da psicanálise: Aumento da demanda por terapia e formação.
1975-1976	Constituição da psicologia psicanalítica : uma série de grupos e eventos para repensar a práxis e sua rigidez e argentinos como apoiadores e formadores. E seu processo de esvaziamento por certa indefinição de propósitos, assim como a criação de outros grupos que passaram a absorver a demanda de formação.
1976-1980	Emergência do movimento lacaniano e o “retorno a Freud”

Dados: Figueiredo (2012); Oliveira (2012). Fonte: Autoria própria.

Os anos 70 condensam elementos importantes para a formação. Contextualizaremos.

Em toda América Latina se alastram ditaduras em nome do crescimento econômico e da seguridade nacional, “em que toda e qualquer oposição é considerada crime e, como tal, é punida” (Coimbra, 2004, p. 45). A partir do Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968, no Brasil, há grande investimento em novos serviços de informação, tornando cada vez mais forte e crescente a repressão. Da censura às últimas consequências, como as práticas oficiais de perseguição, tortura, sequestro e morte (Coimbra, 1995; Figueiredo, 2012), o período de maior obscurantismo da ditadura militar no Brasil compunha-se de violentas estratégias e tentativas de silenciamento da sociedade brasileira. Junto a essas atrocidades, ocorriam também manifestações do “milagre econômico” brasileiro. Um forjado progresso e ufanismo, tendo uma das vias a modernização do consumo e, através dos incitantes meios de comunicação de massa,

a difusão do projeto individualizante de ascensão, da “experiência existencial”, repleto de prestígios e onde não haveria espaço para as atribulações da *res publica*.

Parece haver uma divisão entre “dois mundos”: de um lado, o cotidiano, onde as pessoas trabalham, cumprem suas obrigações, sobem na vida, vão para Copacabana, compram e assistem televisão, vão à missa ou cinema, adquirem mais prestígio, tornam-se “melhores”; de outro lado, há uma esfera onde acontecem coisas que são importantes, mas distantes e inacessíveis por sua própria natureza - a política. Há duas possibilidades de poder: uma que se traduz na possibilidade de mudar-se para Copacabana, Ipanema, etc., consumir mais e mais roupas, “divertimentos”, bens de um modo geral, a outra não faz parte da nossa experiência existencial (...) e é remetida para as categorias “política” e “governo” (Velho, 1989, p.91).

Neste momento, a profissão de psicólogo já havia sido regulamentada pelo Estado (em 1962) e a reforma universitária, que teve seu início em 1968, estava em curso com o incentivo à privatização e a abertura de novos cursos de psicologia. O modelo de atendimento privado passou a predominar em detrimento do trabalho nas instituições vinculadas ao Estado, e a inspiração era eminentemente psicanalítica. A penetração da psicanálise na psicologia clínica — ponto-chave de sua difusão no campo profissional — vai culminar no *boom* psicanalítico do início dos anos 1970. Ou seja, demandas por terapia tornaram-se ainda mais presentes e por formação, mais urgentes. Assim, não há como negar que este processo tivera relação com as demandas de mercado da época¹². Entretanto, também não há como negar que este momento mudou os rumos da formação e do movimento psicanalítico carioca.

Segundo Figueiredo (2012), a década de 70 pode ser dividida em dois momentos:

- a **constituição de uma “psicologia psicanalítica”**, com a organização de vários grupos e apoio dos psicanalistas argentinos que estavam começando a se desligar da APA/IPA por questões políticas referentes à ditadura. Buscando repensar a práxis e a formação de maneira mais flexível, a partir da crítica social mais ampla e lançando mão da interdisciplinaridade e, principalmente, das concepções de Karl Marx, em detrimento da ortodoxia da IPA;

¹² “Quando aqui chegaram os enviados da IPA para formar os primeiros psicanalistas brasileiros, já havia sido produzida, mesmo que de forma incipiente, uma demanda por esse tipo estranho de tratamento” (Russo, 2002, p. 60). Cada vez mais tomados como especialistas, os psicanalistas são chamados a abordar questões variadas, como a sexualidade, a família, o lugar da mulher nos anos 70, entre outros. E se tornam presentes no cotidiano das sociedades. Essa demanda, aos poucos, fortaleceu-se ao encontrar lugar no já citado projeto individualizante de ascensão social e o forjado crescimento econômico do Brasil, atrelado ao poder de compras e à bolsa de valores. O que produziu efeitos à classe média: a importância ao consumismo e a nunca satisfeita “ascensão social e econômica de amplos setores da classe média dos grandes centros urbanos, com destaque para os profissionais liberais” (Figueiredo, 2012, p. 86). Se a ascensão encontra caminho na dimensão psicológica da vida – um certo modo de problematizar as mazelas do eu, nomeá-las, interpretando os próprios conflitos –, os especialistas *psi* poderiam ser os guias para “subir na vida”?

- o **movimento lacaniano e o acesso à formação** com a proposta de uma nova ortodoxia. Um “retorno a Freud”. Aqui uma legitimidade definitivamente alternativa ao controle da IPA, uma vez que Lacan já havia se desligado desde 1964. O movimento lacaniano já havia chegado ao Brasil desde 1970, mas ganhou força no final da década. Coincidente com a desestabilização da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro e a primeira crise da SPRJ (caso Amílcar Lobo¹³).

A diferença entre as propostas dos grupos se dá pelos meios da legitimidade da formação que passava, processualmente, a prescindir da IPA. O que torna uma formação legítima? Será que trata-se disso? De um lado a crítica calcada em concepções marxistas, na interdisciplinaridade e nas propostas grupais que fazia parte de uma crítica social mais ampla estreitamente vinculada à luta contra a opressão dos anos de ditadura, mas que deixara a questão da formação psicanalítica legítima em segundo plano. De outro, a crítica à ortodoxia da IPA proporcionada pela leitura lacaniana, cuja realização seria *por dentro*, a partir da própria ética psicanalítica. Uma vez que, nesta leitura, as sociedades da IPA eram conservadoras não apenas porque eram pouco democráticas e fechadas ao clamor da sociedade, mas também porque praticavam uma psicanálise conservadora.

O movimento lacaniano no Rio de Janeiro, portanto, com sua proposta de uma psicanálise “subversiva”, seu apelo por romper com o modelo médico e com o discurso universitário, tornou-se especialmente atraente para um número cada vez maior de psicólogos que ainda não conseguiam se definir como psicanalistas, para um número crescente de jovens de certo modo familiarizados com a experiência como pacientes e para os psicanalistas engajados na modernização do campo psicanalítico a fim de prescrever outro tipo de controle sobre seu status teórico, político e social (Figueiredo, 2012, p. 96).

O “retorno a Freud” seria então a possibilidade de uma psicanálise restaurada em seu potencial disruptivo das certezas estabelecidas (Figueiredo, 2012). A proposta é assim de uma *práxis* para além da prescrita e praticada pela IPA, mas orientada por Freud enquanto discursividade e acontecimento (Lacan, 1968-1969/2008), enquanto autor (Foucault, 1969/2001).

¹³ Como médico do exército, Amílcar Lobo prestava serviços ao DOI-CODI/RJ. “Seu ‘trabalho’ até 1974 é ‘atender’ os presos políticos antes, durante e depois das sessões de torturas. Com o codinome de Dr. Carneiro, (...) ‘acompanha’ o terror que se abate sobre o país fazendo parte eficaz de sua engrenagem” (ibid., 1995, p. 99). Em síntese, tratava para que os presos políticos sobrevivessem a tortura. O reconhecimento de Lobo por membros da SPRJ que haviam sido presos políticos levou a público a situação. Denúncias, seguidas de reconhecimento, levaram à situação do envolvimento de Lobo, membro didata da SPRJ, com a ditadura à IPA. Entretanto, o mesmo foi afastado da sociedade pelo argumento de impasse quanto à interrupção de sua análise didática. Acrescenta-se no documento de afastamento que as denúncias não passam de rumores não comprovados (ver mais em Coimbra, 1995). Amílcar Lobo constitui-se analisador dos processos e posicionamentos das Sociedades vinculadas à IPA na tentativa de manter (ou reconquistar) o monopólio e o prestígio.

Distinto ao que chamamos de difusão, onde operam jargões psicanalíticos sem tomá-los pela via da enunciação e do discurso analítico presente nos enunciados freudianos (Sá, 2010), a proposta de Lacan para a presentificação da psicanálise no mundo só pôde (e pode) se dar pelo efeito de transmissão do trabalho de cada analista. Logo, um a um e intrinsecamente articulados à experiência analítica, a cada vez, algo se transmitiria do legado freudiano. Transmissão do que não é da ordem estrita de um saber, mas também não o é sem ele, uma vez que é na condição de servir-se dele que se pode inventar um saber-fazer que não esgota o equívoco, o estranho. É preciso resgatar a importância de Freud enquanto acontecimento (Lacan, 1968-1969/2008). A descoberta freudiana produz um corte, um antes e depois de Freud – localizado em termos de discursividade por Foucault (1969/2001). Pouco tem efeito se tomada enquanto bibliografia.

Para tomarmos esta trilha, é preciso antes voltar ao que abre condição de possibilidade para a emergência da própria psicanálise. No intuito assim de nos aproximarmos do que se coloca enquanto possibilidade para o saber psicanalítico e, em um segundo momento, avançarmos no que se trata em sua transmissão. O valor de Freud não se esgota por teorizar, mas testemunhar aquilo que resta, que não é verificável pelo saber formalizado e inscrito pela ciência moderna. A partir de Lacan (1958/2003), é preciso retornar ao texto em sua lacuna, ao que insiste em ficar em aberto.

O “retorno a Freud” não compreende um retorno a bibliografia arquivada a ser eventualmente consultada, mas submeter-se ao estudo freudiano e poder extrair dele a subversão de suas descobertas. Afinal, se o uso que é feito dos conceitos freudianos nada tem a ver e de nada serve à significação, “o que, senão a letra de sua doutrina, continuaria a fazê-la sustentar-se num corpo?” (Lacan, 1956/1998, p. 495). É preciso tomá-lo enquanto letra viva. “Consiste em reinterrogar tudo o que Freud disse” (Lacan, 1977/1992, p. 8).

1. 4 Da impossibilidade de uma visão de mundo ao impossível de saber

Tomar a doutrina enquanto assentada em um corpo dá notícias do que pretendemos trabalhar nesta seção. Para a psicanálise, corpo não estaria associado a um conjunto fechado. Mas seria então possível falar em termos de um mundo de possibilidades que a ele se apresenta? Quando se trata de corpo, estamos no campo da borda, do que se faz em borda e isso a psicose muito bem nos ensina.

A condição própria de possibilidade para a psicanálise se fundamenta no desmantelamento das certezas do mundo, na impossibilidade de seguir com a noção de Cosmo

ordenado. Com o nascimento da ciência moderna, a unidade fechada do Cosmo dá lugar à noção de universo, onde não há mais uma centralidade que o referencie (Koyré, 1943/1982). Tendo como base Koyré (1943/1982; 1955/1982), como indica Lacan em *A ciência e a verdade* (1966/1998), Costa-Moura e Silva (2012) descrevem a passagem que ocorre a partir da dissolução do Cosmo. Há assim a transição de um mundo que se aborda e se estrutura por seu aspecto qualitativo, da física aristotélica, para um mundo formal, quantificável da física moderna. O que exige da produção de conhecimento a possibilidade de matematização do universo e, por conseguinte, sua precisão. Atrelado a este movimento, localiza-se, por um lado, a literalização do real proposta por Galileu e Descartes, uma vez que o inominável, por ser relativo e fluido, passa a ser letra, variável – um x . Por outro, o Cogito cartesiano, que decorre do método da dúvida sistemática, produzido por Descartes frente à possibilidade de equivocarse a validade do conhecimento quando firmada na autoridade e na palavra de quem a enuncia.

Das ruínas do Cosmo, a matematização, a literalização e a desautorização da palavra têm, por efeito, a emergência do sujeito enquanto certeza antecipada, efeito da enunciação e correlato antinômico da ciência. Mas não nos precipitemos tanto assim. Deste momento, decorre também o que Freud elabora acerca da *Weltanschauung*. Questões que retornam e ainda se fazem presentes ao campo psicanalítico e suas relações com a ciência. Em uma de suas conferências datadas de 1933, Freud introduz a ideia *Acerca de uma visão de mundo* (1933/2010), difícil escolha de tradução para *Weltanschauung*. Por definição, embora canhestra, desajeitada, estabelece-a como “uma construção intelectual que, a partir de uma hipótese geral, soluciona de forma unitária todos os problemas de nossa existência, na qual, portanto, nenhuma questão fica aberta, e tudo que nos concerne tem seu lugar definido” (Freud, 1933/2010, p. 322). Remete-nos assim a uma totalidade de um Cosmo sem falhas ou contradições. E antecipa que, no que concerne à psicanálise, resta aceitar a visão de mundo científica – ainda que sua definição se distancie e só seja possível vislumbrar o *um* sempre adiado, a se realizar no futuro. Uma vez que a criação de uma concepção particular seria inadequada e imprópria à psicanálise, não sendo a psicanálise mesmo capaz de uma.

Freud ocupa-se nesta conferência da investigação da visão de mundo, fundamentalmente, a religiosa, a filosófica e a científica, situando ainda as realizações da arte. Parte então à análise do que se propõe por seus meios e aponta para os possíveis efeitos a partir do que se produz por cada visão de mundo. Acima localizamos que essa possibilidade é para sempre adiada e futura no que concerne à ciência. Para a ciência, o que temos é o mundo “real” e as possibilidades de traçar hipóteses, medi-lo e, se algo não funciona bem e as peças não se encaixam, são traçadas novas hipóteses e análises. A filosofia, por sua vez, não se opõe à ciência

por seus métodos. Mas, segundo foi possível a Freud elaborar naquele momento, admite outras fontes de saber e acaba por distanciar-se da ciência ao trabalhar com a construção de um quadro coeso e sem lacunas que se desfaz a cada passo do saber, como um tapa buracos do universo. Para a religião, não há contudo o que tapar, pois não há buracos no Cosmo. Por estar assentada em uma das paixões do ser, a religião oferece às pessoas a explicação de tudo que há, alivia suas angústias, assegura-lhes proteção e o caminho para um final feliz. Enquanto a arte, ainda que possa aliviar angústias, não se propõe a outra coisa além da arte e, ainda que construa pontes com a realidade, não quer outra coisa além da arte. Tem-se assim por efeito escancarar o horror ou “no fugaz momento da contemplação, repousar as armas das defesas (Lacan, 1985) impostas pelo mal-estar engendrado pelo processo civilizatório, pela entrada na linguagem” (Manso; Jorge; Alberti, 2016, p. 1089).

O que está colocado naquele momento se refere aos meios de conhecimento e à recusa freudiana de que a psicanálise estivesse atrelada à produção de conhecimento por “revelação, intuição ou adivinhação” (Freud, 1933/2010, p. 323), se pondo ao lado da visão de mundo científica e tomando para si a contribuição de estendê-la à investigação da esfera psíquica. Freud assim esbarra com o que a ciência há muito esforça para manter fora: “Todas as ciências se baseiam em observações e experiências que são intermediadas por nosso aparelho psíquico” (Freud, 1937-1939/2018, p. 130). E segue ao afirmar que é este mesmo aparelho que a psicanálise toma por objeto.

Através do percurso freudiano, atestamos sua posição comprometida e atenciosa frente à construção do conhecimento, seu esforço pelo rigor epistemológico, pondo em causa seus limites e consequências. Que, em última instância, parece se traduzir pela busca do lugar epistemológico da psicanálise e de seu campo de saber. Na escrita de sua conferência, o acompanhamos também encontrar pontos que se referem inicialmente a outros campos, mas que compõem material para questões de nosso campo. Seria o lugar epistemológico da psicanálise um lugar de vizinhança em relação aos outros campos de saber?

Havia em Freud um ideal de ciência. Durante toda sua obra ele esteve presente e a conta gotas podemos percebê-lo, mas é em *Acerca de uma visão de mundo* (1933), onde isso se faz mais presente. O que marca uma predileção à visão de mundo científica na conferência freudiana, que já estava colocada em *A questão da análise leiga*, em 1926, ao afirmar que “a ciência não é uma revelação; ela carece (...) dos atributos de certeza, imutabilidade e infalibilidade, pelos quais o pensamento anseia. Ainda assim, **é tudo o que podemos ter**” (grifo nosso, Freud, 1926/ 2014, p. 135-136). Logo, o ideal de ciência que há em Freud não funda-se em uma ciência ideal, mas em especial no que se refere a seu objetivo, a verdade, assim como

seus meios, sua busca e o material de seus achados, em concordância com o mundo externo, real. No entanto, é interessante notar que a contribuição de Freud se coloca justamente onde os meios científicos parecem não dar conta da mensuração do real do mundo, parecem não avançar, pois a ciência não se pretende a tal e sobre isso nada quer saber. A contribuição freudiana alicerça-se assim a partir do que desequilibra o pretense funcionamento homeostático, do que falha em termos de função corporal e psíquica e é tomado enquanto inutilidade intelecto-cognitiva, deficiência ou fingimento (Costa-Moura; Silva, 2012). Mas, ao estender a investigação à esfera psíquica (Freud, 1933/2010), também no que a ciência insiste em deixar de fora. “Toda ciência se baseia em observações e experiências a que se chegou através do veículo do nosso aparelho psíquico. Mas visto que a nossa ciência tem por assunto esse próprio aparelho, a analogia acaba aqui” (Freud, 1938/2018, p. 130).

Via régia para o inconsciente, os sonhos antes de Freud se limitavam à atividade mental considerada pela literatura científica da época de menor valor psíquico ao tomá-la enquanto fragmentária e intelectualmente suspensa. Ao lado dos sonhos, tomemos os sintomas histéricos e os chistes. Os sintomas histéricos eram tomados pela medicina do século XIX por fingimento (Freud, 1888/2006), enquanto os chistes, qual seria seu papel na vida psíquica? O caminho que leva ao inconsciente parece ter sido traçado como no poema de Manoel de Barros: “um apanhador de desperdícios: Amo os restos como as boas moscas”. Do desperdício e da falha, se atestam a emergência de um sujeito que diz e se diz em ato.

Sujeito assim não seria análogo à consciência e à vontade, uma vez que desloca o eu para longe do senhorio em sua própria casa (Freud, 1916-1917/2014) e desordena a pretensa homeostase por seu corte. O campo psicanalítico não só dá lugar ao sujeito, como é por seu reconhecimento que há condição para a emergência da própria psicanálise, sendo o sujeito em um só tempo sua consequência e condição. O que permite também que o sujeito, apagado pelo organicismo científico, possa ser circunscrito (Costa-Moura; Silva, 2012).

Muito se pode recolher do ensino de Lacan para avançarmos aqui. Apesar de seu retorno a Freud, Lacan parte de outro lugar para abordar as relações da ciência com a psicanálise. Não tomando para si um ideal de ciência, busca elaborar a questão desde sua origem quanto a problemática do saber na ciência e na psicanálise. De *A ciência e a verdade* (1966/1998), se extrai que a ciência fornece o material ao qual a psicanálise viera a se constituir, uma vez que o sujeito sobre quem operamos em psicanálise só pode ser o sujeito da ciência, sujeito que emerge pela operação da ciência. Contudo, a ciência ao mesmo passo em que o cria, o foraclui. O que faz do sujeito revelar-se “um correlato antinômico, já que a ciência mostra-se definida pela impossibilidade do esforço de suturá-lo” (Lacan, 1966/1998, p. 875). Forcluir não reduz-

se assim à exclusão, mas um tipo específico de exclusão ao qual não é possível reintegrar assim como impedir o efeito de retorno que pode advir. Retorno tal qual se opera no modo de defesa da psicose (*Verwerfung*), um retorno que se distingue da neurose por cortar o que é de ordem simbólica. “Não é outra coisa senão a condição primordial para que, do real, alguma coisa venha a se oferecer à revelação do ser” (Lacan, 1954/1998, p. 389). Constitui-se como aquilo que é expulso e retorna desde fora, (no) real.

Um modo específico de exclusão que se coloca discursivamente. Ou melhor, como fundante do discurso. Não sendo portanto restrita à ciência, ainda que estejam guardadas suas particularidades ao demarcar o que é externo à sua operação.

Esta operação de exclusão é o que é próprio dos discursos e manifesta-se de modos diferentes conforme o discurso. Não se trata portanto, na irredutibilidade do sujeito à ciência, da heterogeneidade entre duas coisas que não se interpenetram, não se mesclam, mas sim da heterogeneidade daquilo que numa operação é recusado, jogado fora, aquilo que não deve participar da identidade antecipada da operação, que é seu resultado. O sujeito como resto da operação científica por definição é o que deve ser excluído, expulso da identidade buscada pela ciência. Mas a persistência do sujeito como resto sempre motiva a reiteração da operação, a repetição e mesmo a intensificação de seu ciclo. Assim, se o sujeito representa o *heteros* produzido pela operação da ciência, o próprio movimento da ciência, o jogo combinatório da operação da ciência tenderia a eliminá-lo – o que não é tão simples, porque é justamente quando por sua operação a ciência busca encontrar a unidade do saber eliminando o sujeito que ela produz o resto heterogêneo na figura do retorno do sujeito no real (Costa-Moura; Silva, 2012).

O campo de saber científico compõe-se pelo que pode ser redutível às fórmulas, à matematização do real pelas regularidades na tentativa de tecer significantes, conceitos. Um campo de saber que assim expulsa o que não se pode reduzir a elas, mas não o sutura. A psicanálise, por sua vez, o recolhe assim como o mal-estar que o sujeito presentifica e indica. Há sempre um resto, real e impossível de simbolizar. O que dá notícias assim dos impossíveis, da impossibilidade de tudo saber que estrutura a ciência. Mas que também se apresenta na psicanálise, por outras vias.

No conto de Kafka, *Uma mensagem imperial*, é possível ler essa outra via do impossível. “São vão os seus esforços; (...) sempre forçando a passagem pelos aposentos do palácio mais interno; nunca irá ultrapassá-los (...) Você no entanto está sentado junto à janela e sonha com ela quando a noite chega”. Freud já parecia estar avisado desses vão esforços e, em 1919, afirma: “(...) Nunca nos gabamos da completude e inteireza de nosso saber” (Freud, 1919/2010, p. 210). Ao saber em psicanálise não é possível o lugar de comando, onde o sujeito supõe não precisar aparecer como no discurso universitário, ainda que este saber venha por meio do imperador. Não está em lugar de trabalho, não bastando o mais custoso esforço e infatigável

feito para ultrapassar. E também não está em lugar de produto, onde o entregamos à multidão. Não é um saber positivo, positivável. É saber que se sonha e para isso é preciso que haja um sujeito que sonha. Não há acesso direto a esse saber, mas a verdade de que há saber no inconsciente. Sendo um saber da ordem do impossível em sua radicalidade.

2 A FORMAÇÃO DO ANALISTA

Quaisquer que sejam os elementos que a compõem, suas partes mais eficientes e mais importantes continuarão a ser aquelas tomadas da psicanálise rigorosa e não tendenciosa.

Sigmund Freud

A psicanálise, o que ela nos ensina... como ensiná-lo?

Jacques Lacan

Como se dá a formação do analista? Em coro poderiam responder os analistas “através de sua própria análise, estudo da teoria e supervisão”. Mas será que o mesmo responderia a questão “como formar-se analista”? Diferença sutil que carrega em si – e não apesar desta – a importância da sutileza que compõe a formação. Retomaremos este ponto, mas antes é preciso situar alguns outros. Localizamos no capítulo anterior o fato de, desde Freud, a formação do analista ter sua baliza no tripé “análise pessoal, estudo teórico e supervisão clínica”. Mas se simples assim o fosse, e se desde a *International Psychoanalytical Association* (IPA) estivéssemos garantidos quanto ao ensino e transmissão da psicanálise, por que depois de anos ainda tantos retornos à mesma questão? Talvez a tensão resida aí, em situá-la no mesmo.

A partir do escrito de Lacan em 1956, situamos as questões presentes na formação e, até o momento, restabelecemos o lugar da presentificação da psicanálise na formação do analista, enquanto o que só pôde (e pode) se dar pelo efeito de transmissão do trabalho de cada analista. Logo, dito outra vez, um a um e intrinsecamente articulados à experiência analítica, a cada vez, algo se transmitiria do legado freudiano. Mas, por que vias a transmissão encontra a formação? Ao longo da história temos notícias de muitos desses encontros - o qual a chegada da psicanálise no Rio de Janeiro, como vimos, é um exemplo. A diferença entre eles parece residir, de mais a mais, no lugar dado à impossibilidade de inteireza, no sentido do que insiste em lacuna. Do que se faz por rigor e do que se converte em rigidez.

A estrutura da formação se deu, se constituiu, no funcionamento. Erigida a partir das experiências dos primeiros analistas. Como exemplo, a supervisão clínica que passou a ser condição após a chegada Hanns Sachs, em Viena – por se fazer preciso um dispositivo reservado exclusivamente aos casos clínicos daqueles analistas em formação, o que até então era feito junto à análise didática, como chamada à época. Por outro lado, sua estruturação

também se relaciona com a espreita possibilidade da morte¹⁴ de Freud e as possíveis perdas e consequências desta ao movimento psicanalítico. O que tornou ainda mais premente a busca por legitimar a especificidade da psicanálise e as condições para a formação do analista. A demanda por garantias fez da IPA o lugar para a formação, naquele momento.

Retomamos assim que, o que se iniciou por uma necessidade de rigor, traduziu-se por rigidez quanto ao necessário à formação do analista, “às regras que se observam entre os áugures, de imitarem o rigor através da minúcia e confundirem regra e certeza” (Lacan, 1953/1998). Rigidez ao localizar o tratamento do mal-estar (do real) em jogo no discurso do analista e deslocá-lo a um agenciamento de saber. Assim, a questão que advém da formação, e que também é efeito desta, dá lugar ao saber enquanto “informação”. Em outras palavras,

o que se passa quando o sujeito perde o poder de questionar? Passa-se isto: o que quer que ele diga, o que quer que ele faça, terei uma resposta sistemática que interpreta seu ato, e essa interpretação (...) terá o poder de domar o que seu ser tem de indomável, ao enunciar o sentido único de seu ato (Didier-Weil, 1989/ 2018, p. 27).

Se até aqui trabalhamos acerca da institucionalização e estruturação da IPA, do que decorre essa história e os efeitos que se seguiram nela e para quem dela na formação – como o ideal de suficiência, a relação dual, a problemática em torno da visão de mundo –, é o impossível que concerne ao saber que abre possibilidade para que neste capítulo sigamos nossa trilha. Iniciamos assim, na tentativa de demarcar o que compõe a formação. E não parece ter sido em vão termos aberto este trabalho pelo que fica de “fora”, pelo que é estranho. Tomamos “de fora” enquanto tentativa, sendo esta marcada pela impossibilidade de inscrever-se por completo. Sendo portanto, “um aviso de”. E “estranho” também pelo que concebemos em psicanálise, visto que por mais que estejamos avisados dos efeitos de grupo, do empuxo à ilusão de completude no saber, estes por vezes se fazem presentes. Buscamos agora debruçar sobre o que se estabeleceu enquanto formação do analista em Freud e o que foi feito por Lacan, para que se torne possível avançarmos na análise do que estamos instituindo em nosso tempo. Trata-se então de caminhar em busca de um retorno¹⁵, na trilha do que nos propõe Lacan, à estrutura desta formação desde Freud, tomando também por referência às questões já levantadas por Lacan ao escrever *Situação da psicanálise e a formação do analista em 1956* e reinterrogá-las no que toca a psicanálise e a formação do analista hoje. Há ainda outros dois textos aos quais

¹⁴ Colocada pelo diagnóstico de câncer que o acometeu na época, cujo prognóstico não era favorável. Ainda que não tenha se realizado e Freud tenha vivido muito além desse, a complexidade da formação tornou urgente um protocolo de formação que pudesse ser legitimado por Freud ainda vivo. Como é possível que tal protocolo, elaborado nestes termos, não tenha, ou pouco tenha, se alterado até hoje?

¹⁵ Por “retorno” Lacan propõe que “tudo deve ser redito numa outra face (...), que certamente não é o saber absoluto, mas a posição de onde o saber pode revolver efeitos de verdade” (1965-66/1998, p. 369). Lacan chega a afirmar, inclusive, que o retorno nada tem a ver com o retorno às fontes.

nos serviremos para acompanhar o caminho feito por Lacan no que se refere à transmissão da psicanálise: Ato de fundação e Proposição. Mas não somente, uma vez que é possível recolhê-lo, a conta gotas, durante todo o seu ensino.

A psicanálise nasce do que a ciência não *quer-saber-nada*.

Indicaremos mais adiante como se situa a lógica moderna (...). Ela é, de modo incontestado, a consequência estritamente determinada de uma tentativa de suturar o sujeito da ciência, e o último teorema de Gödel¹⁶ mostra que ela fracassa nisso, o que equivale dizer que o sujeito em questão continua a ser o correlato da ciência, mas um correlato antinômico, já que a *ciência mostra-se definida pela impossibilidade do esforço de suturá-lo*. [grifo nosso] (Lacan, 1965/1998, p. 875).

Nasce do que, na operação da ciência, resta. O psicanalista não seria então desde o início um apanhador de “desperdícios”? Recolher as arestas aparadas pela ciência não seria justamente o que está em jogo na experiência analítica, seja em análise, pesquisa ou supervisão? Assim como na escrita, recolhem-se os restos e, na tentativa de dar-lhes contorno, pode-se vir a inventar algo próprio. Sendo da ordem da invenção, é possível situar quando começa? Talvez não seja disso que se trata, mas certamente dá notícias do que é feita a formação. Como um apanhador de desperdícios, formam-se analistas.

2.1 Estrutura da formação

Do que se trata uma formação em psicanálise? Lacan a aborda enquanto efeitos da formação e, se retomarmos também a indicação freudiana quanto a singularidade da análise estar na base da formação psicanalítica, não há formação que não seja constante, permanente e, portanto, pontual e inacabada.

Passemos então a isso, à estrutura da formação em psicanálise. A ordem em que comumente é citada não é ao acaso: análise pessoal, estudo da teoria e supervisão. Assim como Lacan propõe, a formação desde Freud parece ter sido instituída no funcionamento – o que tocamos brevemente acima e retomaremos à medida em que abordarmos a construção desta formação e os avanços estabelecidos no ensino de Lacan.

¹⁶ Há dois teoremas de Gödel que concernem a incompletude de sistemas formais, sendo o último referente à consistência de um sistema qualquer não poder ser demonstrada no interior desse próprio sistema.

2.1.1 Análise

O que é a psicanálise? Abrimos este trabalho perguntando-nos se a psicanálise existe. Sua materialidade, verdadeiramente, passa por sua operação. Ainda que problemática, e contingente, a psicanálise *se afirma* discursivamente (Costa-Moura; Fernandes, 2011). Discurso que não é sem consequências. Por exemplo,

no que se refere ao tratamento da angústia e dos sintomas que atormentam os seres humanos. De saída, atribui-se um valor de verdade aos sintomas e se valida a angústia como indicadora da singularidade real de um sujeito. Que extravagância nesses tempos de cólera do discurso da ciência e do capitalismo: como ousar dar um valor de uso para algo que não tem valor de troca (os sintomas e a angústia!) (Fingermann, 2016, p. 71).

Em seu escrito *Variantes do tratamento padrão* (1955), Lacan aborda a pergunta tal e qual o contorno de uma interpretação: “A psicanálise (...) é o tratamento que se espera do psicanalista” (Lacan, 1955/1998, p. 331). Provocativamente, sua resposta recoloca a questão da efetividade/eficácia e da temporalidade lógica em análise, assim como abre questões se tomada desde seu lugar analítico. Se a psicanálise é um tratamento que se espera do analista, há consequências que impreterivelmente estão atreladas a este. Basta saber como.

Ao localizar esta operação, Lacan “faz falar” o analista por tomá-lo enquanto causa desta (Lacan, 1969-1970/1992). A psicanálise é a prática da psicanálise. Ou seja, para haver possibilidade de análise é preciso que se suporte essa experiência. Pela impossibilidade de dizer que circunscreve a verdade de seu sintoma, o percurso analítico admite o acesso ao saber inconsciente – ainda que barrado e não-todo – e enuncia a emergência do sujeito enquanto efeito. Em *O seminário 17: O avesso da psicanálise* (1969-1970/1992), Lacan evidencia que a descoberta “na experiência de qualquer psicanálise é justamente da ordem do saber, e não do conhecimento ou da representação” (p. 30). Assim, o inconsciente é um saber, mas um saber em termos de verdade e nenhuma verdade pode ser inteiramente dita.

Um saber que não se refere ao Um do imperativo, mas inclui a falta estrutural. Convocado pelo seu desejo (de saber), o sujeito pode submeter-se aos significantes que se apresentam, se responsabilizar por eles, fazer algo com eles e a partir deles (Sá, 2010). Segundo Alberti (2008), eis a grande contribuição da psicanálise: a possibilidade de situar-se enquanto sujeito nas relações, um a um, pelo discurso. Discurso este que se particulariza por se dirigir, inevitavelmente, a um sujeito, independente de sua estrutura psíquica e do mal que venha a se queixar. Não seria este também o poder da descoberta freudiana (Quinet, 2000/2003)? É uma aposta ética e política. A cada experiência analítica, há a possibilidade de que o saber emerja

em lugar de verdade, frente ao impossível – de tudo saber. Torção necessária para a emergência de um saber próprio do sujeito. Saber que abarque o furo, a verdade enquanto não-toda, cujo suporte é da ordem da pulsão de morte, indizível, do real (Lacan, 1957/1998). E, no tratamento do real pelo simbólico, reinventar o impossível de que é feito o real.

A experiência analítica, contudo, também convoca o analista ao trabalho, quando, diante do real da clínica, do indizível, do silêncio do analisante, sustenta uma abertura de espaço para que o sujeito possa retomar a palavra. O silêncio do analista se de um lado é indicativo do real – “alguma coisa em relação à qual o sujeito se choca” (Lacan, 1953/2005) – de outro, não é simplesmente mudez, mas silêncio fértil que porta a palavra falada. (...) podemos pensar também o silêncio do analisante, proveniente do real, como via de possibilidade para uma nova circulação do discurso, nessa dobradura entre simbólico e real na qual se inscreve uma experiência de análise. Ao retomá-la num escrito, tornando-a pública, aquele que passou por esta experiência dá testemunho pela segunda vez, agora não mais da posição de analista, mas de sujeito, da tentativa de escrever [bordejar] o real que ela comporta. É diante desse real que temos o compromisso ético de não recuar (Rinaldi, 2007, p. 290).

Assim, enquanto analista, é preciso suportar o mal-estar e a dor que lhes são dirigidos e, a partir da experiência da transferência e de seu manejo, ir mais além da demanda ali endereçada. E para suportar o analista comparece com seu desejo. Não seu desejo pessoal, articulado à falta estrutural, vinculado à demanda de amor ou ao desejo do Outro, mas o desejo de analista.

2.1.1.1 Desejo de analista e a retomada do problema do fim de análise

Em uma análise, a princípio, está a transferência (Lacan, 1967/2003), este é “o início do tratamento”. Por se tratar de uma “transferência de saber”, ou melhor dizendo, suposição de saber, indica que há algo a ser sabido. Decifrado. A transferência está ali por parte do analisante que supõe saber na figura do analista que busca. O analista, por sua vez, empresta-se para encarna-la. Mas só comparece enquanto função – sujeito suposto saber – por não se identificar com essa posição e, assim, articular o que acontece com a transferência. O que significa dizer que, se a transferência está por graça do analisante, seu manejo é função do analista. Ainda que suposto saber, o analista nada sabe do inconsciente do analisante e, justamente por isso, a queixa trazida pelo analisante pode ser alçada a sintoma tal qual concebe a psicanálise: um enigma. É pela presença e sustentação da falta que o sintoma pode ser elevado à pergunta e o analisante movido pelo desejo de saber. De demanda a demanda e nada querer saber, a experiência analítica vai dando notícias do desejo que está em jogo. Sempre insatisfeito e, portanto, sempre a caminhar.

O desejo de saber vai dando contorno ao desejo, do qual o sujeito nada queria saber. Operar esta virada não é da ordem do natural. Se faz por um lugar de insistência, onde o analista “não obtempera com a demanda de transferência, ele desconcerta as suas estratégias, embora explore seus meandros e, no fim, acabe por isolar” (Fingermann, 2016, p. 74) a posição do sujeito frente ao que pensava ser consistente em relação desejo do Outro. Retomamos: para suportar e fazer girar esta operação, o analista comparece com seu desejo. Desejo de analista.

É realmente na relação com o ser que o analista tem de assumir seu nível operatório, e as chances que para esse fim lhe oferece a análise didática não devem ser calculadas apenas em função do problema supostamente já resolvido pelo analista que o guia nela. Há desventuras do ser que a prudência dos colégios e o falso pudor que garante as dominações não ousam suprimir deles mesmos. Cabe formular uma ética que integre as conquistas freudianas sobre o desejo: para colocar em seu vértice a questão do desejo do analista (Lacan, 1958/1998, p. 621).

Segundo Rinaldi (2017), é neste texto, *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* (1958), que Lacan refere-se pela primeira vez à noção de desejo do analista. Lacan a faz em articulação ao que foi feito pelos pós-freudianos a partir da demanda e da transferência: a contratransferência e, conseqüentemente, o lugar do analista no problema do fim de análise.

Ainda que operador lógico que pode fazer surgir o desejo de saber do analisante, o analista não é a medida do processo analítico do analisante. De forma alguma, opera também com o bem, uma vez que o bem, ao reinar, aparece em excesso – cujas conseqüências fatais nos adverte a tragédia de Antígona. E o bem supremo ele não o tem, pois sabe que não existe. (Lacan, 1959-1960/1988). O desejo do analista se difere. “O desejo do analista é sua enunciação” (Lacan, 1967/2003, p. 257). É ele que faz operar a análise no registro do *bem-dizer*, da ética. Ética do desejo, ética da diferença. Sendo, portanto, um desejo atrelado à temporalidade da experiência analítica. Não antecipável.

O que o analista tem a dar, contrariamente ao parceiro do amor, é o que a mais linda noiva do mundo não pode ultrapassar, ou seja, o que ele tem. E o que ele tem nada mais é do que seu desejo, como o analisado, com a diferença de que é um desejo prevenido. O que pode ser um tal desejo, propriamente falando, o desejo do analista? Desde já, podemos no entanto dizer o que ele não pode ser. Ele não pode desejar o impossível (Lacan, 1959-1960/1988).

Como efeito e produto que pode surgir nos confins de uma análise, só o resta o desejo enquanto advertido – “advertido em relação a seu desejo sexual e inconsciente” (Quinet, 2022, p. 16). Se por um lado, o desejo inconsciente é marcado por sua materialidade negativa, da falta, da pergunta, por outro o desejo do analista é o vazio não articulável que se produz ao final de uma análise.

Em outras palavras, é em um percurso de análise que a transmissão é possível enquanto enigma¹⁷, saber não-saber $S(A)$, podendo emergir daí o desejo e, ao final, produzir um analista que poderá repetir a experiência. Um a um. É o desejo do analista, enquanto operador, que abre espaço para a emergência do desejo. Advertido da castração e da impossibilidade, o desejo do analista está diretamente vinculado à ética da psicanálise que não é a moral do bem. Assim, o desejo do analista distingue-se radicalmente do desejo de ser analista. Lacan (1967/2003) afirma que o desejo do analista pode vir a surgir quando o sujeito vê ruir a segurança da fantasia em que se constitui e percebe que o desejo não é outro senão de um *des-ser*.

(...) Devo fazer que esse objeto *a* advenha, tenho que fazê-lo advir. Não é o eu (*je*), em meu caso, quer dizer, aqui no momento em que eu estou diante de vocês. É o *a*. Sim. Esse lugar de ninguém é, bem entendido, como o nome ninguém o indica, um lugar de classificação a ocupar (...) de falso semblante: se trata de ocupar a função do analista. E nisto eu adiantava algo, algo que surge com a questão, sempre a mesma: Posso sê-lo?. Autorizar-se, isso ainda pode ir (...), mas sê-lo, é outro caso. Aqui se forja evidentemente o que enunciei acerca do verbo *des-ser*. O analista, eu o desposuo: o objeto *a* não ter ser (Lacan, 1973-1974/2018, p. 199-200).

O analista precisa se retirar enquanto ser para eventualmente ocupar esta posição, de analista. Quanto mais o analista se aproxima das questões de seu ser, mais se afasta desta possibilidade. O desejo do analista é o desejo de que haja uma análise. Assim, é ao não responder a demanda, mantendo o enigma do seu desejo, que o analista permite que a função do desejo possa se manifestar.

A formulação do conceito de objeto *a* permite situar o lugar do analista como o de suporte do objeto *a*, possibilitando circunscrever melhor o desejo do analista. (...) Na medida em que falta e faz semblante de objeto. (...) Não é o objeto do desejo, mas o objeto que falta, o objeto causa do desejo. O desejo do analista apresenta, assim, um caráter enigmático e por isso Lacan o grafa com um X, que na língua francesa se diz ICS, inconsciente. Ele só opera se vier em posição de X, desse X que faz a questão do analisando. Desejo do analista que pode ser lido como desejo de que haja análise (Rinaldi, 2017, p. 15).

Desejo de que haja desejo. “Desejo de obter a diferença absoluta, aquela que intervém quando confrontado com o significante primordial, o sujeito vem, pela primeira vez, à posição de se assujeitar a ele” (Lacan, 1964/1979, p.260). Logo, desejo de que o outro venha a produzir sua pura diferença. “É o desejo do analista que permite que o analista não opere com seu desejo sexual com os pacientes, nem com o infantilismo da demanda pedindo reconhecimento do amor ao analisante, nem tampouco com sua subjetividade e seu desejo como desejo do Outro, como o desejo de curar, (...) de amar e ser amado” (Quinet, 2022, p. 16)

O desejo de analista constitui-se em dobra: motor e operador lógico fundamental de uma análise ao passo que só pode produzir-se também a partir dela. Assim, é possível, e não raro,

¹⁷ Retomaremos este ponto a seguir.

nascer de uma experiência analítica um psicanalista que jamais estudou a teoria psicanalítica. Mas o contrário, não se sustenta. Segundo Luciano Elia (2017), o desejo do analista é o ponto de junção da articulação da psicanálise em intensão com a extensão. Sendo a psicanálise em intensão a que prepara os operadores para a psicanálise em extensão, função da Escola em presentificar a psicanálise no mundo (Lacan, 1967/2003). Poderíamos até supor que o ponto mais avançado que se pode chegar em uma análise seria do campo da intensão. Entretanto, é justamente a partir deste desejo que o psicanalista pode sustentar a atuação em extensão, possivelmente incidir no laço social, presentificando a psicanálise no mundo. O desejo do analista seria então esse ponto de dobra entre a psicanálise em intensão e em extensão?

A transmissão de *uma* psicanálise, fazendo da transmissão da psicanálise *um a um*: “em cada análise de *um* sujeito com *um* analista, a transmissão se dá e produz *um* psicanalista, que, por sua vez, poderá repetir essa experiência” (Jorge, 2018, p. 92). A formação do analista se refere então à formação de um saber inconsciente, visto que há um ensino que atravessa a experiência analítica. “Pois o paciente não mais esquece o que vivenciou dentro das formas da transferência e isso tem para ele uma força de convencimento maior do que tudo o que tenha adquirido de outra maneira” (Freud, 1938/1969). Há consequências e condições para a formação. Se a formação do analista é a formação do desejo de analista e este não pode ser senão produzido em análise, há uma temporalidade referente à experiência analítica e esse desejo não é sem o desejo de transmissão.

Como é possível então que se tenha estabelecido pelos moldes da IPA um tempo necessário para a formação e, ainda, a divisão entre análise didática e análise terapêutica? No que consistiria uma análise terapêutica? E a análise didática? Sua determinação prévia? Não há como antecipar a asserção. Assim como em uma análise só é possível recolher por seus efeitos (“Houve análise?”), uma formação também se afirma “só-depois”, por seus efeitos. Inclusive, por seus efeitos de transmissão e presentificação na *polis*¹⁸.

Por fim,

Na experiência analítica estamos necessariamente no campo da linguagem e da palavra falada. Se esta dá notícias de inscrições apagadas, retomadas a cada volta no processo de invenção do sujeito que o percurso de uma análise reinventa, é nesse movimento mesmo de falar que algo se escreve, fazendo surgir a letra como litoral de gozo, na composição de uma escrita em que nada mais há a fazer para decifrá-la (Rinaldi, 2007, p. 6).

Parece-nos que o desejo do analista se insere aí, enquanto inventividade de cada analista na composição de uma escrita em que nada mais há a fazer e não existe antes de ser feito. Onde

¹⁸ Ponto que elaboraremos no capítulo 3.

a transmissão da psicanálise esbarra no impossível, o desejo de analista comparece como invenção – *ex nihilo*. A tessitura desta escrita, entretanto, não se faz sem um saber. Saber leigo, tecido na vida cotidiana, mas não meramente a negação do saber.

2.1.1.2 Um saber em análise

O saber leigo não é a ausência de saber. Um saber da vida cotidiana, seu estatuto leigo é regulado pelo inconsciente. E, portanto, regido por suas leis e estruturado como uma linguagem (LACAN, 1966-1967/2008). Para transmitir o que está em jogo, quando em defesa de Reik, Freud fez questão de escrever para um interlocutor leigo. Assim, além de lidar com o que poderia surgir de resistência, escreve psicanálise leiga, desamarrada de termos técnicos ou eruditos. Entretanto, não só *A questão da análise leiga* (1926) como toda a obra de Freud é marcada por esta especificidade¹⁹.

Nós nos situamos no terreno da sabedoria cotidiana (...) Isso não constitui novidade, cada um de nós faz essa suposição mesmo não sendo filósofo, e alguns, apesar de sê-lo. (...) Provavelmente você reclamará por havermos escolhido simples pronomes para designar nossas duas instâncias psíquicas, em vez de sonoras palavras gregas. Acontece que gostamos, na psicanálise, de permanecer em contato com o modo de pensar popular, e preferimos aproveitar seus conceitos para a ciência, em vez de rejeitá-los (Freud, 1926/ 2014, p. 140-141).

Mas será um mero fato de estilo o escrever de Freud com o verbo comum? Será que em sua escrita, por não haver palavras “difíceis”, o que se revela é um fragmento de real por efeito da operação do estatuto do saber psicanalítico?

Freud escreve psicanálise com o verbo comum, próprio e adequado ao saber leigo com que ele opera – o saber do inconsciente. Mas a verdadeira dificuldade da leitura de Freud reside no fato de que cada palavra violenta, subverte, por assim dizer, o senso comum. Fazendo uso do verbo comum, Freud escreve um senso radicalmente incomum, em relação ao qual a dificuldade de cada um de nós em entendê-lo é sempre menos intelectual do que subjetiva, ou seja, determinada pelo que, em cada um de nós, nada quer saber sobre isso, e não exatamente por falta de recursos cognitivos para aceder à suposta estratosfera conceitual freudiana, que não existe. Freud sempre fala da experiência mais acessível, mas referindo-se àquilo que a ela constituiria o nosso acesso, que repelimos (ELIA, 2009, p. 56).

Daí decorrem importantes consequências para a psicanálise e à formação de psicanalista.

Ao subverter o senso comum, Freud faz uso do verbo comum para fazer saltar do texto o que pouco tem a ver com a dimensão intelectual do leitor. A dimensão subjetiva, determinada pelo que, em cada um de nós, nada quer saber, “mostra suficientemente ao analisado a via de sua formação” (Lacan, 1955/1998, p. 360). Assim, ao analista se faz necessário reconhecer em

¹⁹ Inclusive, seu texto *O mal-estar na civilização* (1930) recebeu Prêmio Goethe, concedido a produções científicas que se destacam por seu valor literário.

seu saber o sintoma de sua ignorância – sintoma que por seu sentido analítico se coloca como retorno do recalcado e censura da verdade (ibid.). Reside aí a paixão que deve dar sentido à formação. Lacan, em seu *O seminário, livro I*, aborda a ignorância como uma das paixões do ser e a localiza na fenda entre o registro do simbólico e do real – enquanto que o amor se localiza entre o imaginário e o simbólico e o ódio entre o imaginário e o real. A ignorância revela o não-saber enquanto uma forma mais elaborada do saber – logo, distinto a negação do saber. O analisando se insere na experiência analítica como aquele que ignora, o que não é o mesmo que o desconhecimento. A ignorância é algo que se constitui na pesquisa da verdade e não há entrada em análise possível sem esta referência. Assim, ao analista também convém considerar a ignorância enquanto motor desta.

O analista não deve desconhecer o que eu chamarei o poder de acesso ao ser da dimensão da ignorância, porque ele tem de responder àquele que, por todo o seu discurso, o interroga nessa dimensão. Não tem de guiar o sujeito num *Wissen*, num saber, mas nas vias de acesso a esse saber. Deve engajá-lo numa operação dialética, não dizer-lhe que se engana, porque está forçosamente no erro, mas mostrar-lhe que fala mal, quer dizer, que fala sem saber, como um ignorante, porque são as vias do seu erro que contam. (...) Em outros termos, a posição do analista deve ser a de uma *ignorantia docta*, o que não quer dizer sábia, mas formal, e que pode ser, para o sujeito, formadora. (Lacan, 1953-1954/ 1986, p. 317).

E é por isso que, em análise, a verdade “só pode encontrar sua medida nas vias de uma douta ignorância” (Lacan, 1955/1998, p. 364). Referência a Nicolau de Cusa, estabelece que a douta ignorância exige dedicação ao saber, mas em sua perspectiva negativa. Não de negação, mas de equivocação. Ou seja, em seu desejo de saber o que não se sabe. Estabelecendo assim uma relação entre saber e verdade em análise.

Em termos de discurso, produz um giro e uma experiência inaugural do analista. Deslocando sua posição para aquém da função de mestria e produzindo a possibilidade de um outro modo de enlaçamento. Um laço social diferente. No discurso do analista, saber vem em lugar de verdade e daí advém implicações. A teoria dos quatro discursos é produto da complexa e longa elaboração de Lacan em relação às formas de laço social. De sua vastidão para além do escopo do trabalho, recorreremos aqui, particularmente, ao que consiste a discursividade. Por hora, localizaremos como se organiza de modo breve sua estrutura e operação. Sem palavras, o que está em jogo no discurso é a operação do que se refere à estrutura ($\$, S_1, S_2$ e a) e a posição nos lugares definidos como verdade, agente, outro e produto. Ou seja, as mudanças quanto à estrutura decorrem da posição em que se encontram: uma operação do agente em relação ao outro que decorre uma produção e procede da verdade que a causa (Fingermann, 2016).

agente → outro
verdade produto

“Pois bem, o discurso analítico se especifica, se distingue por formular a pergunta de para que serve essa forma de saber, que rejeita e exclui a dinâmica da verdade” (Lacan, 1969-70/ 2009, p. 95). A partir do discurso do analista, o saber S_2 na posição da verdade implica que não todo pode ser dito, por ser verdade recalçada e “já está escrita em outro lugar” (Lacan, 1953/1998, p. 260).

$$\begin{array}{ccc} \underline{a} & \rightarrow & \underline{\$} \\ S_2 & & S_1 \end{array}$$

Assim, diferente do discurso do mestre, não se trata de rejeitar a dinâmica da verdade, no caso encarnada pelo sujeito enquanto divisão. Mas tirar consequências desta impossibilidade pela castração imposta pelas leis da linguagem. No discurso do analista, a verdade, sempre da ordem de um meio-dizer, faz com que emergja a contingência do ato e o analista possa sustentá-lo ao não completar a demanda de saber do analisante, uma vez que se faz de causa de desejo do analisante. Este, por sua vez, poderá produzir um saber radicalmente singular a partir da fenda (a ignorância de seu analista e não mais podendo ignorar seu próprio saber, ainda que não o saiba). Mas como saber sem saber? É um enigma. (Lacan, 1969-1970/2009).

O saber em jogo, emiti seu princípio como que do ponto ideal que tudo permite supor quando se tem o sentido da época: trata-se de que não existe relação sexual, relação aqui, quero dizer, que possa pôr-se em escrita. (...) [E] a verdade não serve para nada senão o de criar o lugar donde se denuncia esse saber. (...) Porque é preciso inventá-lo (Lacan, 1973/2003, p. 314-315).

Saber assim se articula não “sobre psicanálise”, mas “em psicanálise”. Ou seja, em articulação discursiva, do que se pode traçar, mas não escrever. O discurso do analista, ao trazer o saber no lugar da verdade, localiza esta impossibilidade e marca também sua diferença quanto ao discurso (uni)versitário – um saber tudo-saber, “que pode” e fabricaria meros “robôs de analista” (Lacan, 1955/1998), “ensinantes da psicanálise” (Fingermann, 2016).

2.1.2 Estudo teórico

“O que o psicanalista deve saber: ignorar o que sabe” (Lacan, 1955/1998, p. 351). Isso não quer dizer que ele não saiba algo, mas sua atenção desloca-se uniformemente constante a outro saber. Assim, qual o lugar do saber em psicanálise? E, ainda, qual o lugar do ensino no saber em psicanálise? Em “Variantes do tratamento padrão”, Lacan escreve sua conhecida articulação entre o que é uma psicanálise e o que cabe ao psicanalista. Neste texto, por vezes se vê às voltas de alguns problemas no que se refere a formação em psicanálise. Para situar a

questão, Lacan retoma parte do relatório sobre as *Condições atuais da organização da psicanálise nos Estados Unidos*, escrito por Knight em 1953:

Antigamente, eles eram, antes de mais nada, individualidades introspectivas, marcadas por seu pendor para o estudo e a meditação, e que tendiam a realizar uma individualidade elevada, ou mesmo a restringir sua vida social às discussões clínicas e teóricas com os colegas. Liam prodigiosamente e dominavam perfeitamente a literatura analítica. (...) Muito pelo contrário, pode-se dizer que a maioria dos estudantes da última década (...) não são introspectivos, tendem a não ler nada senão a bibliografia que lhes é indicada no programa dos institutos, e só desejam acabar o mais depressa possível o que é exigido para sua formação. Seu interesse volta-se primeiramente para a clínica, preferida à pesquisa e à teoria. Sua motivação para serem analisados é basicamente passar pelo que sua formação exige (...) A capitulação parcial dos institutos (...), em sua pressa ambiciosa e sua tendência a se satisfazerem com a mais superficial apreensão da teoria, está na origem dos problemas que temos de enfrentar atualmente na formação dos analistas (Knight, 1953 *apud* Lacan, 1955/1998, p. 358).

A questão trazida por Knight circunscreve a posição dos formandos e sua relação com a teoria. Seria necessário ao analista “individualidade introspectiva”, certa desidentificação (Laurent, 1996/1999) – e, portanto, distância das “questões sociais” em um prodigioso “hm” seguido de silêncio? Lacan (1955/1998) se questiona se os analistas compreendem o que fazem. Apesar da importância que este trecho apresenta, o ponto que se evidencia parece concentrar-se no lugar da teoria para a formação. Lacan continua, “o remédio não é que os institutos sejam menos estruturados, mas que não se ensine neles um saber pré-dirigido, mesmo que resuma os dados da experiência analítica” (*ibid.*, p. 358).

Por “pré-dirigido”, tomamos os ensinamentos que se dirigem antecipadamente. Ou seja, o conteúdo programático toma lugar de estudo da teoria. Programático donde o “problemático” vem pré-estabelecido. E seja qual for a dose de saber, nesses moldes, o que está sendo transmitido? Enquanto saber acumulado, o analista não encontra nenhum valor formativo, “pois considera apenas o que foi depositado, e não o que foi feito de mola” (*ibid.*, 359). O que faz mola no que a psicanálise nos ensina esbarra no real da experiência, no que ele mesmo provoca. E faz questão, uma vez que, como Freud enfatiza em *O Homem dos Lobos*, é preciso sempre recoloca-la em cada caso pelo que há de mais particular. Assim, o ensino da psicanálise se constitui como um ensino em psicanálise e necessariamente acompanha questionamentos. Se o saber comporta a ignorância, o não-saber, e este é sempre recolocado em cada caso, como seria possível definir as matérias de um programa?

Entretanto, a paixão da ignorância não deve confinar-se à dimensão de impotência do saber, uma vez que se trata de *pathos*, não de privação. A importância da particularidade do caso a caso e do saber construído na análise pessoal não fundamentam o deixar dos termos teóricos. O que certamente não se reduz à teoria psicanalítica. Em toda sua obra, Freud e Lacan

lançaram mão de outros saberes. Não para se utilizar deles a partir de uma mescla de saberes, mas para abrir os horizontes e de algum modo aprender com eles. Ambos insistem nessas orientações, muitas vezes em ato. Mas saber não passa em ato? (Lacan, 1970/2003). Trata-se do “analista apoiar-se, no que extrai de sua própria análise, isto é, saber não tanto para que ela serviu, mas de que se serviu” (Lacan, 1973/2003, p. 314). Assim, o ensino teórico não admite abster-se da experiência clínica, seja a cada analisante ou ainda do analista (Jorge, 2018).

Mesmo que a cada vez, há uma dimensão possível do universal no ensino. Mas o ensino não é redutível a esta dimensão. Ou seja, não há como reduzir o universal ao particular tal qual tomar o universal enquanto dimensão privilegiada também não configura verdade. A psicanálise tem no saber, S_2 , um de seus eixos fundamentais e inerentes e, ainda que seu ensino teórico o destaque, não conforma a complexidade de seus limites. A partir desta complexidade, da dupla face do ensino em que o psicanalista é convocado a posição de analisante, Lacan orientou-se pela busca de lugares e dispositivos que, na contramão da pretensão científica de totalização do conhecimento no enunciado, fossem coerentes à dimensão da enunciação, à experiência analítica em toda sua dimensão ética e quais sejam: o seminário e o cartel. “Trata-se de lugares de *emergência de dizer*” (ibid., p. 95), onde se coloca o risco e a autoria avessos à totalização. Ao dirigir um seminário, o analista não se propõe à posição de mestria. Autoriza-se, a si mesmo, a sustentar um ensino que o atravessa e é atravessado por ele, dando continuidade à sua análise na relação que estabelece com a teoria. Já o cartel, destaca-se por sua estratégia avessa a “cola”, efeito de grupo que poderia ser produzido na Escola²⁰. Ainda que lugar coletivo, seu fim é estabelecido e sua dissolução calcada em uma produção singular “decorrente do ponto de simbolização da teoria ocupado por cada um” (ibid., p. 95). A função do “mais um”, requerida ao funcionamento do cartel, estabelece-se neste ponto: ao não ocupar lugar de mestre e localizar a impossibilidade de fazer Um, da totalização enquanto grupo.

Os dispositivos criados por Lacan recolocam em cena o real em jogo na formação. Por sua vez, a Escola, apesar de dar lugar a estes dispositivos, não encerra sua função no ensino teórico da psicanálise. A função da Escola é de assegurar os meios de transmissão da psicanálise, presentificá-la no mundo. “Seja pela formação de seus operadores (novos psicanalistas), seja pela dedução de o que é um psicanalista (através do passe), mas justamente não pelo ensino da psicanálise, que não é função da Escola, mas dos psicanalistas por sua conta e risco” (ELIA, 2017, p. 4).

²⁰ Em francês, *de colle* (de cola) é homófono a *d'École* (de escola).

Por fim, é possível então recolocar a questão antes introduzida do problema da psicanálise na universidade.

O embate psicanálise *versus* universidade é *discursivo* não geográfico: pode-se ter o vigor do discurso psicanalítico na universidade, assim como pode-se ter o discurso universitário vigorando na instituição analítica. O simples fato de haver instituição psicanalítica não salvaguarda o discurso psicanalítico (Jorge, 2018, p. 95).

A direção da pergunta parece retornar ao próprio campo ao questionar: qual a especificidade do discurso analítico e, portanto, que formação comporta este laço?

2.1.3 Supervisão

A formação do analista, estruturada como se faz conhecer hoje, não é assim desde o início. Do que é feito o tripé temos notícias por seus efeitos no funcionamento. De todos os pontos, a supervisão foi o último a ser constituído como um dispositivo reservado ao que se propunha. A princípio, durante as experiências dos primeiros analistas, a supervisão ocorria concomitantemente a análise e a compunha em partes – à época, chamada de análise didática – voltada para a formação. Neste momento, por não haver distinção, não era raro que os analistas trouxessem a Freud, em suas análises, seus casos clínicos. Assim, havia uma mescla não só da análise e da supervisão clínica, mas quanto ao ensino teórico (Jorge, 2018) – importante para as articulações necessárias na supervisão.

A certa altura do movimento psicanalítico, tornou-se necessária a ida de Hanns Sachs de Viena a Berlim para expandir as possibilidades de formação. Sachs tornou-se o primeiro analista “didata”. Diferentemente de Freud, para Sachs a direção das análises didáticas tornou-se confusa pela mescla feita até ali. E Sachs sabia do lugar de Freud enquanto fundador da psicanálise, onde o lugar de *sujeito suposto saber* acompanhava o que de fato era sua função no ensino enquanto *sujeito que sabe*. Ainda que Freud pudesse ocupar este lugar, o mesmo não estava para todos. A clareza desta situação levou Sachs a criar juntamente aos analistas em formação um dispositivo que pudesse dar conta do que era necessário quanto aos casos clínicos, mas reservado exclusivamente a eles, o espaço próprio da supervisão clínica (Jorge, 2018).

Com a formulação e introdução à IPA, a supervisão ganhou tons de controle. “Análise de controle”, era chamada. Controle da instituição que consistia na verificação do que se passava em análise sob a ótica do programa de formação e os princípios analíticos estabelecidos. Mas quem faria este controle? A IPA, à altura, vinha estabelecendo a si própria enquanto detentora da “verdadeira” psicanálise. Se a supervisão era tomada por “análise de controle”, selecionar os supervisores e analistas didatas tornava-se selecionar candidatos à

atuação deste controle e detenção. A que critérios? Estabelecia-se assim, juntamente, uma certa dimensão de hierarquia e poder na instituição de formação – o que Lacan propõe subverter.

Uma questão que se coloca novamente para a formação quanto a seu rigor. A psicanálise “verdadeira”, dita por outrem, impossibilita que a verdade fale. Mas do que se trata a psicanálise verdadeira, e a falsa? Em seu texto de mesmo nome, *A psicanálise verdadeira, e a falsa* (1958), Lacan se propõe a trabalhar ponto a ponto o que estaria no cerne desta distinção. Há, entretanto, algo que parece ser seu guia durante toda sua elaboração e que está colocado desde o início. A saber, a relação da experiência analítica, e, portanto, da fala do sujeito, e sua articulação com a verdade. E esta insiste, de repetição em repetição, a verdade continua a clamar no deserto da ignorância. Mas é preciso que haja ignorância – tanto para o analisante quanto por parte do analista, ainda que de forma distinta – para que possa advir o desejo de saber. Assim, um aposto *a priori* à psicanálise pode tomá-la enquanto especialização (psicanálise verdadeira, “psicanálise de...”), mas nada tem a ver com a especificidade de seu discurso (Lacan, 1958/2003). Não há como antecipar ou mesmo assegurar antecipadamente. Se a verdade só pode ser concebida se enunciada em um semi-dizer, como é possível que em seu nome, se autori(tuali)zem-se “guardiães” do legado freudiano que se organizam em torno do que Lacan diz constituir numa comunhão do grupo? Em outras palavras, como dissemos em outro momento, isso passa também por tornar o rigor da prática analítica em rigidez, através das minúcias e da confusão de regras e certezas (Lacan, 1953/1998).

Em *Função e campo da fala e da linguagem* (1953/1998), Lacan observa esta questão situando-a enquanto um dos problemas atuais da psicanálise, articulando-o à formação do analista e aos embaraços do término da análise. “Se a negligenciamos [o valor da experiência analítica], oblitera-se o sentido de uma ação que só extrai seus efeitos do sentido, e as regras técnicas, ao se reduzirem a receitas, suprimem da experiência qualquer alcance de conhecimento e mesmo qualquer critério de realidade” (ibid. p. 241). Como escrevemos no capítulo anterior, ao articular a formação e o fim da análise a postulados, introduz-se uma forma de autoridade e poder sem igual: forma que somente pode ser colocada em termos de “suficiência” – ao se bastar para si mesma, não lhe é preciso bastar para mais nada (Lacan, 1956/1998). Este é o único *gradus* da hierarquia psicanalítica. Ou se é suficiente ou não se é. Assim se estabelecem as demais classes, em torno do ideal da suficiência, cujo efeito se pode supor: o silêncio e os uniformes, ou seja, o narcisismo das pequenas diferenças. Contudo, cabe anteciparmos que tomar a questão em termos de sentido e realidade trata-se de um momento específico do ensino de Lacan. Em *O avesso da psicanálise* (1969-1970), retoma o que se refere

a análise em sua condição discursiva, de onde é possível extrair sua articulação ao gozo e não a realidade material. Seguiremos um pouco mais neste ponto no terceiro capítulo.

Desse momento anterior de seu percurso, por outro lado, lemos também que é da verdade não antecipável e atrelada ao sujeito da fala o que se trata numa experiência psicanalítica. O que, impreterivelmente, insere o rigor e exige uma temporalidade lógica própria à psicanálise. Assim, a existência do analista didata, e conseqüentemente da análise didática, torna-se questionável uma vez que se trata de posições distintas – analista e mestre, analisando e aluno – e registros também distintos – uma psicanálise e a psicanálise, em seus termos teóricos gerais. A pergunta possível seria da ordem do *só-depois*: Houve psicanálise?

A supervisão, terceiro elemento do tripé, ocupa o lugar de um *sintoma* da formação do psicanalista e, como tal, revela sua verdade. Surgida, como vimos, da necessidade de um psicanalista formar novos analistas, sua chave parece residir no fato de que ela retoma esta pergunta de Lacan: “Como ensinar o que a psicanálise nos ensina?” (Jorge, 2018, p. 97).

Estão colocadas assim as duas faces da supervisão, sua função analítica e teórico-clínica. Ao mesmo tempo que remete o analista a sua própria análise, aponta as dimensões teóricas de sua clínica. Moebianamente, uma vez que uma não existe sem a outra. Lacan aponta assim o que subverte a supervisão em “superaudição”, onde a escuta do analista-supervisor remete o analista-praticante tanto a dimensão epistêmica de seu saber, quanto a de seu ato (articulado ao desejo de analista) e ainda ao seu dizer, dimensão de sua própria análise (Quinet, 2022b, p. 106). Já o analista-praticante, ao trazer elementos do caso em questão, lança mão tanto dos significantes que balizam o processo de escrita e elaboração de seu analisante quanto dos conceitos fundamentais para articular suas questões. Assim, a prática da supervisão não coloca o supervisor necessariamente em posição de analista, assim como não ocorre exclusivamente no discurso analítico.

Entretanto, muitas vezes, o que está em jogo não se encontra aí. Na supervisão, certamente, outros discursos podem compor a estratégia do analista-supervisor. A cada vez. A supervisão para a IPA, por sua vez, estruturada por uma ideia de formação enquanto acesso ao saber, fazia-se um requisito obrigatório – dentre os tantos outros presentes no protocolo de formação. Tornando a supervisão discursivamente universitária predominante.

Dito de outro modo, no modelo universitário de formação, o candidato pode alienar-se na ilusão de que, ao preencher os requisitos que lhe são demandados pelo protocolo (tantos anos de análise, tantas vezes por semana, tantos anos de supervisão, de seminário etc.), possa resolver os problemas inerentes à formação sem necessitar de muito **questionamento** [grifo nosso] (Jorge, 2018b, p. 287).

Retomemos o trazido no início do capítulo: o que se passa quando se perde o poder de questionar? “Passa-se isto: o que quer que ele diga, o que quer que ele faça, terei uma resposta sistemática que interpreta seu ato, e essa interpretação (...) terá o poder de domar o que seu ser tem de indomável, ao enunciar o sentido único de seu ato” (Didier-Weil, 1989/ 2018, p. 27). No lugar da possibilidade da diferença, a IPA tornou-se o terceiro enquanto instituição, terceiro personificado que legitima o que se constituiria como “modelo ideal de analista”.

Como toda instituição, elas são auto-conservadoras, uma vez que visam a perpetuação de sua própria existência, no que se assemelham ao Exército e à Igreja, enquanto grupos protegidos da dissolução. Se essas críticas promoveram algumas modificações no sentido de torná-las mais democráticas, não chegaram a alterar a concepção básica de organização, principalmente no que se refere ao terceiro, que permanece como terceiro institucional personificado. Seja para estabelecer e fazer cumprir as regras que instituem um analista, na vertente mais autoritária, seja para resolver conflitos ou refrear o poder totalitário do analista nas análises didáticas, na vertente mais democrática, o que está em jogo é uma concepção de terceiro enquanto lei fundada numa vontade. Essa lei se expressa em prescrições morais que tomam como referência um modelo ideal de analista, o que conduz ao recalçamento do desejo (Rinaldi, 1997, p. 3).

Rinaldi (1997) acrescenta ainda que esta posição não é exclusiva às sociedades ligadas à IPA, uma vez que “onde se trabalha, entre outras coisas, a questão da transmissão do saber, corre-se o risco da cristalização do sujeito suposto saber na figura de um mestre e do recalçamento do desejo” (p. 5). Articulada tal qual a Igreja e o Exército, a estruturação das instituições psicanalíticas aponta para uma proteção a partir das identificações imaginárias, da “facticidade da unidade”. E a proteção se estende ao vir a público, visto que a própria instituição passa a responder pelo analista fora do dispositivo dito analítico. Seria possível dizer que, nestes casos, supõe-se que o é dito é feito em nome d(A) psicanálise e não a cada vez, por cada analista? Ao crer fazer um, a dimensão de responsabilidade do analista em relação à própria psicanálise se perde.

Nos termos de Lacan, supervisão precisa ser o espaço onde o analista pratica a *práxis da teoria* e põe à prova seu saber, não seus conhecimentos. Articula o saber não-saber de sua análise ao saber da teoria, portanto a supervisão só o é se houver espaço para a especificidade de seu ato e alteridade de seu estilo. E “colocar o ato à prova é sair da solidão [ainda que permaneça sozinho], do inefável, do impensável (...), sustentar a sua “própria” posição de analista que ele põe a prova” (Fingermann, 2016, p. 61). A supervisão transmite a dimensão de testemunho do ato do analista.

ESTRUTURA DA FORMAÇÃO DO PSICANALISTA

I. ANÁLISE PESSOAL – *uma* psicanálise

não saber – S(A) [particular]

II. ENSINO TEÓRICO – *a* psicanálise

saber – S₂ [universal]

III. SUPERVISÃO CLÍNICA – *uma + a*

saber não saber

dimensão analítica – remete a I

dimensão teórico-clínica – remete a II

TRANSMISSÃO articula então S(\mathcal{A}) – S₂, ou seja, enigma e citação.

Fonte: Jorge (2018).

Lacan, em seu seminário *O avesso da psicanálise* (1969-1970), trabalha enigma e citação em termos de verdade: “O que é a verdade como saber? (...) É um enigma. (...) Mas há outra coisa, na qual não se pensa, em que toquei, de raspão²¹, uma vez ou outra, mas que para dizer a verdade, me concernia o bastante para que não me fosse fácil falar dela tranquilamente. Chama-se a citação” (Lacan, 1969/2009, p. 36-37). É possível extrair algumas consequências do que Lacan aqui estabelece. Pelo menos em termos do que faz questão. Lacan, neste mesmo texto, chega a estabelecer que um saber como verdade é o que define o que deve ser a estrutura do que se chama interpretação. Assim, há uma relação possível entre verdade, interpretação e transmissão? Quanto ao enigma e à citação, Lacan distingue-os quanto a seu nível de enunciação e enunciado, ainda que afirme encarregar a nós o que do enigma se converte de enunciação a enunciado. “O enigma é a enunciação – e virem-se com o enunciado” (ibid., p. 37). A interpretação é estabelecida pelo enigma que se colhe do discurso do analisante e, pela impossibilidade de completá-lo, o psicanalista relança-o enquanto questão desde sua própria posição de caráter enigmático que abre espaço para a emergência do desejo de saber do analisante. Por outro lado, a citação localiza-se enquanto enunciado que, ao ser retirado do texto do analisando, pode causar estranheza em seu próprio autor. O que quer dizer essa coisa

²¹ Estaria assim citado na ordem do impossível da transmissão?

estranha? O lugar ocupado pelo analista na transferência traz consequências para a emergência do saber.

Assim, em termos da formação do analista, ensino e transmissão se distinguem, uma vez que a transmissão se dá quando um psicanalista, ao tomar a palavra, pode produzir uma articulação entre a experiência analítica, como em sua análise pessoal, e o estudo teórico. Ou seja, a articulação entre o particular de cada caso e o universal da teoria, o que não se trata de sua totalização e já põe em causa a castração. Além do ensino, “a transmissão articula *saber* (S₂) da psicanálise ao *não saber* inerente à experiência S(~~A~~). Introduce na psicanálise, na condição de saber, algo que é da ordem do singular. Decorre daí a afirmação de Lacan de que cabe a cada psicanalista *reinventar a psicanálise*” (Jorge, 2018, p. 99). O que só é possível pelo saber inconsciente enquanto negativo, um descompletamento do todo que se coloca como fenda, pela própria psicanálise ser habitada por esta dimensão não-toda, engendrando a castração de saber.

Assim, é só ao tomar o texto pelo seu avesso (seja clínico ou teórico) é que é possível que algo se transmita. Ou seja, é por tomar o texto por sua descontinuidade e lacuna, deixando-se tomar pelo que há de estranho. A transmissão da psicanálise não repousa sobre o dito de um autor como se houvesse uma garantia estabelecida a priori por este. A citação não está encerrada em si mesma, onde o que nos resta é o “amém”. Ao sair do silêncio que visa a suficiência, questionando o texto, é preciso buscar bem-dizer o que se lê. E isso não é simples. Lacan, em seu *Discurso de Tóquio* (1971/2020), retoma a questão da censura.

Quando alguma coisa diferente é dita, a regra do jogo da fala [parole] faz com que nós simplesmente a censuremos. A censura é uma coisa muito banal, não se produz simplesmente no nível de nossa experiência pessoal, mas se produz em todos os níveis do que nós chamamos de nossas relações com nossos semelhantes, a saber, que o que nós ainda não aprendemos a escutar, não escutamos. Não nos damos conta que todo um pedaço, todo um parágrafo do que acaba de ser dito, todo seu peso particular, quer dizer alguma coisa que não é, evidentemente, o texto. É aí que nós entramos nisso que é importante no que ensino: ele quer dizer, mas não basta querer. Se quer dizer, mas o que se quer dizer é geralmente falho. É aí que o ouvido do psicanalista intervém, a saber, ele se dá conta do que o outro verdadeiramente queria dizer. E o que ele queria dizer, em geral, não é o que está no texto (ibid, p. 8).

Mas ainda que no início haja a repetição e que escrevamos de um outro modo o que já foi dito, a transmissão não repousa seu fim na uniformidade dos ditos freudianos ou lacanianos. Ainda que, em certa medida, inclua o enunciado, trata-se antes de um dizer e de sua enunciação.

Não há nenhuma chance de que a psicanálise chegue ao que quer que seja, avance na sua construção – é com esse termo que Freud conclui seus escritos –, que ela saia dessa espécie de amolação que as publicações analíticas constituem – basta ter a experiência de ler simplesmente a *International Journal of Psychoanalysis*, que é publicada ao mesmo tempo em Londres e em Nova Iorque, para se dar conta – diz-se sempre a mesma coisa e nos mesmo termos que têm, antes, o efeito de tornar as coisas mais opacas. Não há nenhuma chance de progredir se não for pela via de cernir mais

detidamente o que é da ordem da experiência, de ver de que é feito o material que está operando aí e do qual a análise depende inteiramente (Lacan, 1971/2003, p. 17).

A transmissão da psicanálise se dá também em tempo lógico e, ainda que nos balizemos por certos consensos em nosso campo – o que é de singular importância para que não percamos a especificidade e o rigor de nossa prática –, em alguma medida, é sempre no contorno da letra de um texto ainda por vir. Partimos assim a uma incursão, ainda que breve, ao conceito de letra e suas diferentes dimensões no ensino de Lacan para seguirmos. Se o conceito de letra carrega em si a borda, o texto é ainda por vir ou é, antes, um traçado que se perde o fio?

2.2 A letra

Assim como em Freud, o trabalho de Lacan parece ser como a tecitura de um enorme tapete: seu ensino. Isso quer dizer que, embora certos nós e cortes sejam feitos, os barbantes são os mesmos. Ou melhor, materialmente os mesmos. O que faz trama é tanto o trabalho em um barbante em torno de si mesmo quanto seu encontro com outros, revelando ponto a ponto as diferentes dimensões que comporta.

O conceito de letra é um desses barbantes. Mas como se há de tomá-la aqui? Presente, ainda que pelos encadeamentos possíveis, em todo ensino de Lacan, é preciso tomá-la ao pé da letra. Letra esta enquanto suporte material que o discurso toma emprestado da estrutura da linguagem – estrutura a qual a experiência psicanalítica descobre no inconsciente (Lacan, 1957/1998). A princípio, se parte da linguística para pensar a letra, mas justamente a letra faz com que se extrapole a linguística. Em *A instância da letra no inconsciente ou sua razão desde Freud* (1957/1998), a letra comporta uma relação intrínseca ao significante, sendo “a estrutura essencialmente localizada do significante” (Lacan, 1957/1998, p. 505), efeito significante, seu suporte material. Se neste momento Lacan se apoia na linguística de Ferdinand de Saussure, explora o fluxo significante em significante cuja cadeia tem sentido que insiste. Segundo propriedades e leis próprias à cadeia, o significante se antecipa ao sentido, mas não o recobre. O deslizamento de significante em significante em busca de significação o encontra em pontuação, interrupção e ponto de basta.

Mas todo esse significante, dirão, só pode operar por estar presente no sujeito (...). O que essa estrutura da cadeia significante revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua me é comum com outros sujeitos, isto é, em que essa língua existe, de me servir dela para expressar *algo completamente diferente* do que ela diz. Função mais digna de ser enfatizada na fala que a disfarçar o pensamento (quase sempre indefinível) do sujeito: a saber, a de indicar o lugar desse sujeito na busca da verdade (Lacan, 1957/1998, p. 508).

Por vezes, isso se dá nas entrelinhas. De *palavra em palavra* ou de *uma palavra por outra*, seguem as leis do significante, sendo condensação, onde há uma superposição dos significantes em estrutura de metáfora, e deslocamento, por transporte da significação em estrutura de metonímia. Atestamos assim, mais uma vez, o inconsciente estruturado como uma linguagem. Essa estrutura de linguagem possibilita operação da leitura, princípio localizado já na *Traumdeutung* (Lacan, 1957/1998).

Aproximar-se da letra parece sempre fazê-la escapar. Desde que indicamos sua relação com o significante, a contornamos nessa relação. A letra se faz por mais de uma dimensão. Se nesse momento o ensino de Lacan se aproxima do significante, por localizar-se como fonema e cerne, do campo do significante puro, aqui não se esgota. Os caminhos da letra levaram Freud a sua descoberta, o inconsciente, e nos levam à verdade freudiana (Lacan, 1957/1998). E seus efeitos de verdade não findam no campo do simbólico.

A letra tomada como uma escritura parece dar suporte ao simbólico a partir da inscrição primordial do real, o traço. Real, marcado pela inscrição da diferença, que separa o significante do signo. Operação que possibilita que o caminho da cadeia se faça em reticências, assim como a trilha da verdade e do desejo. Situamos assim sua indestrutibilidade, mas não escapamos à resistência. O que constitui o sujeito nessa cadeia “aparece no lampejo de um instante no vazio do verbo ser” (Lacan, 1957/1998). No vazio, ele formula sua questão *com* o sujeito, ou seja, a partir do que o marca de significante em significante. Não sendo as possibilidades infinitas, mas circunscritas também pelo que chamamos de determinação inconsciente. Assim Freud faz entrar o eu, a partir das resistências que o compõem. “Pois esse *eu*, inicialmente distinguido pelas inércias imaginárias que concentra contra a mensagem do inconsciente, só funciona revestindo o deslocamento que é o sujeito de uma resistência essencial ao discurso como tal” (Lacan, 1957/1998, p. 524).

E, se tudo eventualmente correr bem, não há nenhum desses elementos que não compareça na clínica. O sujeito e sua condição desejante, o outro e o Outro, a verdade, o eu, efeitos de resistência e transferência, as contradições... o que conferem a clínica um movimento que não é linear e cronológico, assim como o inconsciente. Fazendo borrar o que a ciência fez limite, a fronteira entre o objeto e o ser. E,

Ao obstinar em qualificar por uma permanência emocional a natureza da resistência, para torná-la estranha ao discurso, os psicanalistas de hoje apenas mostram sucumbir ao impacto de uma das verdades fundamentais que Freud resgatou através da psicanálise. É que a uma nova verdade não podemos contentar-nos em dar lugar, porque é de assumir nosso lugar nela que se trata. Ela exige que nos mexamos. Não se pode atingi-la por uma simples habituação. Habituo-nos com o real. A verdade, nós a recalamos (Lacan, 1957/1998, p. 525).

A verdade e o saber inconsciente comportam uma dose de equívoco, de enigma. Ainda que se pense necessário ao erudito, ao mago e ao médico que ele seja o único a saber (Lacan, 1957/1998), nem mesmo o saber é único, signo. Mas numa pretensa evolução da psicanálise, fez-se do intolerável por ela desvelado – a sexualidade – uma instância moral.

O escândalo intolerável, na época em que a sexualidade freudiana ainda não era santa, foi ela ser tão “intelectual” (...). No momento em que os psicanalistas se dedicam a remodelar uma psicanálise bem-pensante, da qual o poema sociológico do *eu autônomo* é o coroamento, quero dizer aos que me ouvem em que eles não de reconhecer os maus psicanalistas: é no termo de que eles se servem para depreciar qualquer pesquisa técnica e teórica que siga a experiência freudiana em sua linha autêntica. Trata-se da palavra *intelectualização*²² (Lacan, 1957/1998, p. 527).

Neste momento, a centralidade do que escreve Lacan privilegia no que da letra faz operação de leitura. A letra toma outras dimensões durante o ensino, mas não nos debruçaremos sobre todas, uma vez que neste trabalho não seria possível abarcar sua complexidade. A título de menção, Ritvo (2000) se propôs mapeá-las em sua conferência à Jornada Saber e Verdade da Letra Freudiana em 1997, sendo:

Tabela 2 - A letra em Lacan

Letra	Referência
Fonema	A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957)
Texto escrito	
Átomo significativo e carta	O seminário sobre “A carta roubada” (1956-1966)
Essência do significante a qual o distingue do signo – e por ora, equivalente ao traço	O seminário 9: A Identificação (1961-1962)
Matema e ideal de transmissão, a partir do uso da mesma língua	O seminário 20: Mais, Ainda, Capítulo 10 Rodelas de Barbante (1972-1973)
Referente ao jogo de escritura	O seminário 20: Mais, Ainda (1972-1973)

²² O que nos dá notícias do que não se trata o saber em jogo em psicanálise. Retomaremos este ponto.

Letra	Referência
Litoral, limite e não fronteira, entre saber e gozo.	Lituraterra (1971)

Fonte: Autoria própria a partir da referência de Ritvo (2000).

Assim, a letra perpassa a operação de leitura para a escritura, o campo da transmissão, permeia o simbólico e o real, como se testemunha em uma análise. Os caminhos da letra poderiam também atestar por onde se tece a formação do analista? Manteremos essa pergunta em suspenso para darmos continuidade ao contorno da letra.

O inconsciente é o que se lê. Lê-se como letra, como carta, literalmente. Mas há uma operação no trabalho psicanalítico, uma torção necessária para avançarmos, que escapa do supomos ser o habitual. Buscaremos, como em um trabalho analisante, colocar em palavras. “A letra, radicalmente, é efeito de discurso” (Lacan, 1972-1973/1985, p. 50). Qual seja o efeito do discurso, é feito da letra. Tomemos o fio do discurso analítico.

No discurso analítico, trata-se do que se lê para além do que se incita o sujeito a dizer, sem que hesite dizer besteiras. Lê-se para além de uma temporalidade linear e, por vezes, rele-se. A estrutura do discurso analítico tem aí privilégio: “por uma articulação precisa, que se escreve no quadro com quatro letras, duas barras e cinco traços, que ligam cada uma dessas letras duas a duas. Um desses traços – pois havendo quatro letras deveria haver seis traços – falta” (Lacan, 1972-1973/ 1985, p. 40). Sua escrita marca a originalidade, a novidade de um discurso fundado apenas pelo que funciona como fala atrelado ao campo que a privilegia, o campo psicanalítico. E recoloca o lugar da falta por outra via, marca um impasse. “A coisa não vai, e todo mundo fala disto, e uma grande parte de nossa atividade se passa a dizer isso” (p. 46). É importante marcar este ponto antes de seguirmos: o campo psicanalítico privilegia a fala pois reconhece no inconsciente um saber falado, um saber que se faz ouvir pelas besteiras e tem como efeito (do discurso), nesta abertura, emergência do sujeito.

Se noutro tempo a dimensão da letra se confundia ao significante, neste momento se trata da escrita da letra, o que não é do mesmo registro. Nos ocupamos do que se lê, e o lapso é o que há de mais próximo do que nós analistas temos de ler. É por um lapso que algo significa alguma coisa, que algo pode ser lido de *n* maneiras. É por ser lapso e se apresentar pelo enigmático, pelo entrelinhas, que se abre uma infinidade de possibilidades. Isto porque “o significante não tem nada a ver com os ouvidos, mas somente com a leitura, com a leitura do que se ouve de significante. O significado não é aquilo que se ouve. O que se ouve é significante.

O significado é efeito do significante” (Lacan, 1972-1973/1985, p. 51). Assim, o que é dito só se recolhe sentido depois e o que se enuncia terá uma leitura outra que não o que significa. Lacan traz em seu seminário de 1972, nomeado *O Seminário 20: Mais, Ainda*, uma passagem interessante que fez com que nos demorassemos um pouco mais aqui.

Vejam o vôo de uma abelha. Ela vai de flor em flor, ela coleta. O que vocês aprendem é que ela vai transportar, na ponta de suas patas, o pólen de uma flor para o pistilo de outra flor. Isto é o que vocês lêem no vôo da abelha. No vôo do pássaro que voa baixo – vocês chamam isto um vôo, mas na realidade, é um grupo, num certo nível – vocês lêem que vai haver tempestade. Mas será que, eles, lêem? Será que a abelha lê que ela serve à reprodução das plantas fanerógamas? Será que o pássaro lê o augúrio da fortuna, como diziam antigamente, quer dizer, da fortuna? Aí é que está toda a questão. Antes de mais nada, não está excluído que a andorinha leia a tempestade, mas também não se está certo disto (1972-1973/1985, p. 52).

E assim se dá com o sujeito do inconsciente. No discurso analítico, supomos não só a leitura como também que o sujeito a aprenda. Mas que haja um ensino desta leitura não a torna a mesma já feita e, ainda que a suponhamos, em nada se assemelha com o que dela poderíamos escrever.

O que se produz por efeito da escrita? Ainda que partamos do significante-significado, como Lacan o faz, a introdução desta dimensão se dá pela vinculação que diferencia e sinaliza seus lugares (significante- *S*, significado- *s*), do que se escreve e só funciona dentro do discurso. Temos assim: S / s , entre eles a barra.

A barra marca então uma distância, distância que a própria escrita estabelece e faz suporte. Não é algo que se pretenda ser compreendido, mas escrito. “Tudo que é escrito parte do fato de que será para sempre impossível escrever como tal a relação sexual. É daí que há um certo efeito do discurso que se chama a escrita” (Lacan, 1972-1973/1985). O que não sugere repeti-lo feito papagaios, não sugere que não possa ser explicado ou ao menos transmitido. A escrita tem aí lugar e se coloca como via para além do imaginário. “É por meio desses pedacinhos de escrita que, historicamente, entramos no real, a saber, que paramos de imaginar. A escrita de letrinhas matemáticas é o que suporta o real” (Lacan, 1975/1976, p. 66). Permite assim apontar para um ideal de transmissão, onde Lacan se lança a escrever o impossível de seu ensino por esquemas e matemas. Bem como dá contorno a impossibilidade de uma formação que comporte o modelo do ideal de suficiência.

A psicanálise tende ao fracasso. Mal a dizemos, entendemos mal suas formulações e a tratamos como letra morta quando a situamos por outro discurso que não o analítico. Por vezes, se fazem necessárias certas aproximações, como quando Lacan localiza letra e significante em *O seminário sobre “A carta roubada”* (1956-1966) e *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* (1957). Aproximar atesta um caminho, ainda que por impossibilidade de

dizer de outro modo naquele momento, que serve a algo e de onde se recolhem efeitos. Poder retornar, dizer de novo, dizer melhor faz parte do movimento de trabalho que a psicanálise suscita.

Em *Lituraterra* (1971), temos notícias desse movimento enquanto um contorno que se faz pela letra. Como antecipamos, do que se trata da letra em sua dimensão de litoral. Admite assim um limite, mas não uma fronteira. Limite que faz a borda do furo no saber.

E como é que a psicanálise, se justamente o que a letra diz por sua boca “ao pé da letra” não lhe conveio desconhecer, como poderia a psicanálise negar que ele existe, esse furo, posto que, para preenchê-lo, ela recorre a invocar nele o gozo? (Lacan, 1971/2003, p. 18).

Do litoral ao literal. A ideia de litoral já não comportaria então uma certa escritura? No entanto, uma escritura que não é feita em pedra e que não pode tudo escrever, que comporta o tropeço, a falha, a perda (Costa-Moura, 2010).

2.3 A ética da diferença e sua transmissão

A atividade psicanalítica é árdua e exigente: não pode ser manejada como um par de óculos que se põe para ler e se tira para sair a caminhar. Via de regra, a psicanálise possui um médico inteiramente, ou não o possui em absoluto

Freud

A certa altura da história da cultura ocidental, política e ética se entrelaçavam e suas questões coincidiam. A dimensão ética dirigia-se aos bons e maus hábitos, estando assim vinculada aos deveres e a ordem na *pólis*. Os valores eram éticos e políticos. A ruptura entre os campos se dá pelo advento da modernidade (e da ciência), onde o indivíduo passa a abrigar certa noção de liberdade e universo infinito ao passo que a sociedade deixa de ser um mundo fechado. Consequentemente, indivíduo e sociedade tomados enquanto par de opostos (Rinaldi, 1996; Rinaldi, 2002). A psicanálise, também datada e possível a partir do corte instituído pela modernidade, não dispensa tal ruptura. Mas Lacan, inserido em seu tempo e questões históricas, retorna a Freud e situa-a fora da conformidade esperada.

Lacan dedica um seminário a propor a dimensão ética para a psicanálise. A trilha tomada parece ser em si mesma não só testemunho da necessidade ética com o qual se defrontou, mas uma convocação ética aos outros analistas. Assim como Freud, submeter-se e responsabilizar-se pelo que atravessa a clínica. Questões que o levaram a lugares importantes à psicanálise e que ainda nos levam. Debruçar-se e tornar pergunta a *pólis* e a moralidade, trouxe-nos

considerações importantes sobre as leis sociais, o poder, a Lei e, porque não, o desejo. Mas, como trilha, no caminho feito por Lacan há algo que aponta para o vazio. Nisto reside o fundamento da ética da psicanálise. Passemos ao início.

No início, o ato:

Tudo o que aí encontramos é um pai violento e ciumento que guarda todas as fêmeas para si próprio e expulsa os filhos à medida que crescem. Esse estado primitivo da sociedade nunca foi objeto da observação. (...) Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal. (...) Não apenas matavam, mas também devoravam a vítima. O violento pai primevo foi sem dúvida o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos...” (Freud, 1912-1913/1980, p. 109).

O assassinato do Pai do mito totêmico dá lugar a primeira possibilidade de laço social ao estabelecer a primeira Lei – não pela vontade comum, mas pela inconsciente ambivalência da relação de pai e filhos –, raiz da organização social e das leis morais. Pacto fundado em um crime, a Lei institui o simbólico ao vincular o pai e a morte (Rinaldi, 2002). Sob o esteio da Lei, dois tabus fundamentais: não tomar o lugar do pai e renunciar à mulher do pai. Assim, o estabelecimento da Lei e da cultura exigem a renúncia do gozo ilimitado. Articulado pelo corte, o gozo se apresenta como perda de gozo, objeto caído pela emergência na linguagem e no social (Sá, 2010). E, por esta condição, funda-se o próprio ato de desejar. A leitura do “imperativo original da ascese freudiana” proposta por Lacan revela esta passagem: “*Wo Es war, soll Ich werden*” – “Onde isso era, eu, como sujeito, devo advir”, como propõe Lacan (1959-1960/1988). Ou, ainda, como Sá (2010) retoma do seminário: “Lá onde o gozo comanda, eu (nem mestre, nem senhor) como responsável pela determinação significativa que me transcende, devo surgir”.

Refaçamos este caminho por outra via. O bebê humano, por sua prematuridade específica, nasce em necessidade do outro para a experiência de satisfação – sempre reduzida. Isso se dá não apenas em sua ordem biológica, mas estrutural. Decorre daí o que vem a se constituir para além da necessidade. Ainda que passe pelo arranjo necessário frente a proibição edipiana (do incesto), a lei a que remetemos não se encerra na proibição e o que funda o desejo não se encerra neste arranjo. Em articulação à lei da castração, o desejo funda-se vinculado ao Outro, sendo o desejo, desejo do Outro. E, na falta real de objeto, visto que não há objeto absoluto do desejo, coloca-se em causa a dimensão do impossível que torna possível o desejo de outra coisa. Na fala equívoca, o vazio comparece e evidencia o real que atravessa a realidade psíquica. Havendo sempre um resto, um impossível de simbolizar que está fora da linguagem, por constante que seja o movimento do trilhamento.

Do texto “Projeto de 1895”, onde Freud elabora a ideia de próximo, “*Nebenmensch*”, Lacan extrai o fundamento de *das Ding* (a Coisa freudiana), objeto impossível do desejo. A coisa é o vazio, núcleo do real que faz obstáculo à tentativa de representar a realidade psíquica constituída a partir do próximo e seu reconhecimento. Próximo que revela a dimensão da extimidade, do estranho familiar. Como é possível amar como a si mesmo um próximo que ao mesmo tempo se apresenta hostil e possibilita alguma satisfação? Nem todo próximo é amável. Há um impossível de tudo simbolizar que não se faz por princípio, mas pela perda, por sua relação com a incomparabilidade de *das Ding*, funda-se a diferença na raiz do desejo.

Este vazio é posto em destaque pela noção de pulsão de morte, em que esse “nada”, que reside ao reconhecimento na experiência do próximo, apresenta-se como estranho e hostil, impondo a separação e a diferenciação. Tal vazio, contudo, não é nenhum objeto absoluto (...). Pode-se pensar a destrutividade como algo que indica basicamente esse ponto de ruptura da ordem simbólica, o “umbigo do sonho”, que é, ao mesmo tempo, constitutivo dessa ordem (Rinaldi, 1996, p. 61).

Quanto à destrutividade, Lacan articula não à destruição das coisas do mundo, mas também a possibilidade de criação a partir deste “nada”. Ao desfazer laços, a potência para recomeçar revela a face sublimatória da pulsão de morte e a criação simbólica a partir do vazio, *ex nihilo*. A psicanálise não é a única performar um tratamento para este vazio. A ciência, na tentativa de o foracluir, a religião, na tentativa de evitá-lo, e a arte, ao organizar-se em torno deste. Mas a psicanálise está centrada neste vazio, no real. E a ética psicanalítica só pode ser enquanto desejo (d)e diferença, não reduzida ao par semelhante/diferente ou à universalização moral que carrega em si a intolerância. A isto se opõe a ética tradicional, a moral do poder, do “serviço dos bens” (Lacan, 1959-1960/1988), onde acreditava-se estar centrado na partilha dos bens quando, no final das contas, o bem não existe. “Na perspectiva psicanalítica, o laço social se funda antes na falta de objeto do que na disputa pelos bens. É em torno dos bens, como objetos de repartição, que se desenvolve a dialética da rivalidade e da partilha, em que o semelhante surge na sua dimensão imaginária de privador” (Rinaldi, 2002, p. 2).

A experiência analítica se situa para além da dialética da rivalidade e da partilha do bem. A vida revela um contorno trágico ao tocar na dimensão do desejo em articulação com a morte, morte simbólica tal qual nos atesta Antígona no entre-duas-mortes. A segunda morte, morte simbólica, aponta para o reconhecimento da castração enquanto sujeito de linguagem. No fim, para a psicanálise não há no horizonte nem bem ou Bem-Supremo. A castração aponta para os limites do desejo, mas não se restringe a isso. Enquanto experiência de falta no simbólico, a castração também indica a possibilidade de deslocamento do sujeito, que inclui na experiência

a criação a partir do vazio, central na ética psicanalítica, assim como o desejo de que haja desejo, desejo de desejo, que engendra a transmissão em psicanálise.

Remontar a castração desde seu lugar quanto à criação a partir do vazio, em última medida, parece retirá-la também de um pretense caráter psychologizante para fazê-la retornar desde sua operação com o real introduzida pela incidência do significante (Lacan, 1969-1970, p 121). A própria construção do texto *Moisés e o monoteísmo* (1934-1939/ 2018) dá notícias desta operação, uma vez que Freud o faz a partir dos pontos da história de Moisés que conformam uma lacuna. Da história para além dos enunciados bíblicos, Freud extrai uma trilha própria que abre possibilidade para o equívoco, o contraditório, não-linear, para a ruptura. Se os dez mandamentos foram escritos em pedra, a história de Moisés foi transmitida por outra via, via esta que insiste em não se inscrever. Moisés fora assassinado, mas nos registros oficiais isso ficou de fora, produzindo uma ruptura na linearidade de sua história que se fez presente pelos rastros de uma tradição oral só depois. Ao incluir a incidência do trauma, há um corte no discurso que até então não parecia ter perdas.

O que o assassinato nos aponta é a impossibilidade de uma transmissão integralizada num saber, e o que ela nos indica é que ali opera uma dimensão de corte que justamente aproximamos da dimensão objetual. É neste lugar que o sujeito é chamado a se posicionar garantindo o funcionamento da cadeia. Assim, um analista age de maneira a convocar o aparecimento de um sujeito do inconsciente. A partir do ponto de impossível marcado pela incidência da castração que o analista objeto *a* deve fazer valer, resta ao sujeito o passo ético de a ela se submeter, arriscando o passo inantecipável de advir marcado pelo desejo inconsciente que o constitui (Silva; Lo Bianco, 2019, p. 233).

Ao incluir o trauma, há um corte no discurso que até então não parecia ter perdas. Mas que, por escapar a via do saber, insiste um a um, tendo no trauma sua causa, na incompletude do sujeito e na incidência da castração, o que constitui a transmissão.

3 A DIMENSÃO PÚBLICA DA FORMAÇÃO DO ANALISTA

A fundir o ouro puro da análise livre com o cobre

Sigmund Freud

Enquanto ética do real e do bem-dizer, a ética da psicanálise torna não somente possível, mas condição do enlaçamento social a existência da diferença. A partir das questões que compõem o primeiro capítulo, podemos extrair o embaraço quanto ao real e uma formação que o abarque – o inexplicável, indizível, impossível. Testemunhamos em diferentes situações a tentativa de encontrar meios que pudessem dar conta desse real. Na busca de dizer, e por vezes tornar mesmo didático, o que se extrai é um deslocamento para o campo imaginário do que viria a ser um tratamento do real – sempre falho, incompleto, parcial, mas que não o negue. “Em duas etapas, primeiro a fazer do imaginário um outro real e, em nossos dias, a encontrar nele a norma do real” (Lacan 1956/1998, p. 467). Logo, face a este embaraço, concerne mais a um outro tratamento do real, trabalhando junto aos registros, do que “dar conta”.

O que se recolhe deste apagamento do real tem efeitos quanto a um apagamento da própria diferença na formação, “entre os dois muros do silêncio” (Lacan, 1956/1998), e na clínica, quando “as formas do ritual técnico valorizam-se proporcionalmente à degradação dos objetivos” (Lacan, 1956/1998, p. 1967) produzem um apagamento da possibilidade de que ali emerge eventualmente um sujeito. Contudo, como nos recorda Lacan, “em nossos dias, a encontrar nele [no imaginário] a norma do real”, o ritual técnico parece hoje ter dado lugar ao belo e enigmático dos dizeres lacanianos, mas não menos ritualísticos quando desenraizados de discursividade. É incontestável que por vezes não escapamos de orações pouco evidentes, mas pela impossibilidade de dizer, não por se tratarem de um mistério quase divino, milagre a condição de verdade suprema. Particularmente, feliz quando no contorno do inexplicável se conforma um poema, o que no entanto não é por princípio e, se assim o for, se aproxima mais de um artifício que do limite da castração.

Diferente dos capítulos anteriores, como dissemos, o recorte da citação que orienta nosso trabalho neste terceiro e último capítulo não “saltou” aos nossos olhos. Também pelas belas formulações do texto *Caminhos da terapia psicanalítica* (1919) que não só abarcaram nossas inquietações como provocaram-nas mais. Neste terceiro capítulo, buscaremos articular a dimensão política da psicanálise à formação do analista e as consequências desta articulação. Indicamos que Lacan sustenta que o inconsciente é a política. Ainda que seja breve nesta passagem de *O seminário 14, A lógica do fantasma* (1966-1967/2008), durante todo seu ensino

parece ser possível recolher material para elaborarmos do que se trata a afirmativa. Assim e, se é possível articular a formação do analista às formações do inconsciente, como articular a política da formação? Lacan localiza a formação no laço – “E alguns outros”, acrescenta. Ainda que desde a sua concepção a formação privilegie a análise pessoal como uma de suas principais fontes e bases, não se refere exclusivamente à experiência e à verdade particularizada do sujeito, mas à enunciação e à ordem simbólica, que não é sem o Outro.

Da psicanálise foi feito o que se reconhece na cultura – algo restrito ao analista, analisante e as condições para que fosse levada a seu termo. Muito traduziu-se daí a associação de uma prática restrita à relação do eu com seu mundo. Ou ainda que o próprio processo analítico estaria apoiado em uma relação dual (Lacan, 1958/1998). Neste sentido, Lo Bianco (2010, p. 11) acrescenta “por ser prática do significante – esse vem do Outro –, que não é particular, não pertence a um ou a outro, só pode pertencer à esfera pública”. Por que não haveria de ser assim com a formação? Em seu efeito de transmissão advindo do desejo de analista, chama o analista a dar notícias de seu fim análise na esfera pública, por exemplo, através do dispositivo do passe onde se testemunha os efeitos deste fim (Lacan, 1967/2003). Mas não somente. Lo Bianco continua: “ainda que o ato do analista não seja público (...), seus efeitos não podem ser tomados em outro campo. O analista responde por sua posição em qualquer lugar que esteja”. Na Escola se presentifica a estrutura de dobra da formação em psicanálise: intensão, a extensão (da intensão) e o que se estende a política (Elia, 2017). Impreterivelmente, se trata do que é possível reconhecer por seus efeitos públicos para além dela.

Neste capítulo, retomaremos assim a ideia de Freud – já apresentada na dissertação – “balanço do estado de nossa terapia – à qual devemos nossa posição na sociedade humana – e ver em que novas direções ela poderia se desenvolver” (1919/2010, p. 210). Mas alçando-a ao seu lugar de responsabilidade do analista quanto ao rigor e às questões de seu tempo, um a um. Quem analisa hoje? Parte da formação também se propõe ao avanço e reinvenção da própria psicanálise e de seu lugar na cultura. O que não significa se tratar da formação de analistas tanto quanto forem possíveis, mas em última instância a quem é possível procurar uma análise. Assim, a quem é possível uma análise hoje? Necessário tornar evidente que não nos referimos também a uma “aplicação” irrestrita da prática psicanalítica, não se trata de um bem de que todos deveriam poder se servir, mas a quem é possível tomar seu sofrimento enquanto questão, digno de “discurso do sujeito e de sua escuta” (Lacan, 1956/1998, p. 464).

Precavidos dos limites que contornam o saber psicanalítico e sua relação intrínseca ao gozo e orientados pela citação “fundir o puro ouro da análise com o cobre” (Freud, 1919/2010,

p. 218), neste capítulo tomaremos o texto *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* (1958/1998) e a proposta em torno da tática, estratégia e política da psicanálise junto à lacuna que se abre com a nova pontuação. Naquele momento, Freud também estava às voltas com questões que partiam da sugestão. No entanto, que questões o tempo nos traz hoje? O que nos está sendo convocado hoje e o que pode evocar o lugar de “cobre” e requer que fundamos ao rigor psicanalítico?

“O discurso social atual e ocidental visa impor-se como um discurso hegemônico, referido a lei de mercado, aparentando consistência e a-historicidade que obscurecem seus interesses” (Rosa, 2016/2018, p. 23). No entanto, a partir da psicanálise, é possível localizar um saber que não se submete à primazia do discurso hegemônico. Saber esse que dá corpo a uma clínica que não está desenraizada de seu aspecto histórico e político. Assim como Freud, “nos perdoará [J. J. Putnam] por também não podermos aceitar sua reivindicação de pôr a psicanálise a serviço de uma visão de mundo filosófica, e de impor esta ao paciente a fim de enobrecê-lo. Na minha opinião, isso afinal não passa de violência, ainda que coberta das mais nobres intenções” (Freud, 1919/2010, p. 215). Tomemos por nota que não há discurso adaptável. O que temos, temos em termos de manejo da tática, estratégia e política da psicanálise. Haveria, no correr do processo analítico e na sustentação de sua operação até seus limites, a possibilidade de desalienação ao alçar o sofrimento, e portanto o saber de cada um, a dignidade de escuta? Caso a consideremos, parece tratar também de que haja na operação ética uma possibilidade de incidência na política. O analista só opera como tal na medida em que agence certa operação no laço social. Em seus fundamentos, não há analista privado, como haveria de ter formação privada? A formação só se coloca na medida em que ponha em causa sua incidência pública, suas consequências públicas.

3.1 Um pêndulo ideal

Em nosso primeiro capítulo trabalhamos como se constituiu a ideia de um modelo de analista. Apesar de ter sido uma contraparte à provocação freudiana dirigida aos analistas quanto a estarem à altura da normalidade que buscavam em seus pacientes, forjar uma ideia de modelo parece refazer a volta, remontando também uma ideia de analisando ideal que não é sem efeitos.

A única atitude nomeadamente enquanto uma regra localiza-se do lado do analisando: a associação livre, princípio analítico imposto de que se diga, livre de escolha ou crítica, tudo que lhe vier à cabeça. Ao analista, cabe sua correspondente, a atenção flutuante. Contudo, ser

uma atitude correspondente não a torna simétrica ou intuitiva, espontânea. O par analista-analisando revela um para além da interposição imaginária e sua estrutura de individualização na relação dual. Isso se dá porque a correspondência justapõe suas atitudes em termos de nível, sendo uma contrapartida não-simétrica, um pêndulo ideal (Lacan, 1956/1998). Tomá-las por uma pretensa simetria parece desviar o papel fundamental do discurso do sujeito e de sua escuta, uma vez que acaba por destituir seu lugar de saber e se coloca na contramão da emergência da diferença.

Não importa em que grau suponhamos que um eu tenha conseguido igualar-se à realidade da qual supostamente deve tirar a medida, a sujeição psicológica em que assim se alinha a conclusão da experiência é, se nos leram direito, o que há de mais contrário à verdade que ela deve tomar patente: a saber, a estraneidade dos efeitos inconscientes, pela qual se reduz a pretensão à autonomia da qual o eu faz seu ideal; nada, tampouco, é mais contrário ao benefício que se espera dessa experiência, qual seja, o restabelecimento que nela se opera, para o sujeito, do significante que motiva esses efeitos, procedendo de uma mediação que justamente denuncia o que, pela repetição, precipita-se no modelo (Lacan, 1956/1998, p. 491-492).

Assim, se presentifica uma pretensa transmissão do saber entre analistas e analisandos enquanto par de opostos em uma linearidade ativo-passivo. Mas, o que por vezes se retira disso pode ser o ensino feito de barreira ao saber (Lacan, 1970/2003). Por outro lado, tomando por horizonte uma transmissão fundada no pêndulo ideal, ganha relevo o movimento da transmissão que toma impulso no ir e vir do saber.

Os efeitos, quanto ao que toca “internamente” à psicanálise, Lacan os referiu por “devaneios psicológicos”, variações da moda na análise onde estão “seus adeptos, sempre cativados pela mais recente: o esgotamento das fantasias, a regressão instintiva, a desarticulação da defesa, o enxugamento da angústia, a liberação da agressividade, a identificação com o eu forte do analista (...)” (Lacan, 1956/1998, p. 465). Parece retornar aqui uma certa repetição de formulações do saber que retiram de seu discurso sua efetividade. E, nestes casos, tornam-se dormente o que poderia ser transmitido e ínfimos, ou mesmo insignificantes, os minutos passados pelo analista em sua poltrona ou a enorme quantidade de histórias que passou pelo seu divã. O que concerne certamente ao caminhar da terapia psicanalítica. Mas, por se tratar de efetividade discursiva, é possível afirmar que seus efeitos se inscrevem apenas no campo psicanalítico? Antes, de todo modo, o campo psicanalítico não escapa destes.

Se “um bom analisando não faz perguntas” (Lacan, 1956/1998, p. 480), um analisando que se dá conta de seu saber (ainda que afirme não sabê-lo) e toma para si a feitura da interpretação, que antes lhe era oferecida inteira pelo analista, “é realmente a artimanha mais constrangedora que se pode infligir a um áugure” (p. 464). Uma análise é possível somente na medida em que o analista não sirva integralmente pronto um saber, integralmente uma

interpretação. Ainda que alguns fiquem tentados a fazê-lo. Há que se manter aberta uma fresta, o que não se trata de uma reserva do analista em não atender a demanda. Se não se pode atendê-la é por seu destino ser forçosamente decepcioná-la, uma vez que o que se demanda é sempre “Outra Coisa, e que é justamente isso que é preciso vir a saber” (Lacan, 1967/2003, p. 343).

3.2 Saber, poder

A prática analítica não existe senão pela incidência do sujeito, do inconsciente. Desde Bertha Pappenheim, temos notícias de um desejo de saber um saber que não se sabe que sabe. Desejo de saber que, por ser desejo, é sempre o desejo do Outro. Mas não do outro. Como saber, está em vias de construção, se inventa. Contudo, ainda que não haja o menor desejo de saber nada, reconhece-se na cultura, e o discurso universitário assegura, o saber enquanto um meio de poder (Lacan, 1973-1974/2018).

A psicanálise inaugura uma novidade no que se trata do saber ao deslocá-lo por seus fundamentos e por sua discursividade. Mas “a impotência em sustentar autenticamente uma práxis reduz-se, como é comum na história dos homens, ao exercício de um poder” (Lacan, 1958/1998, p. 592). Por meio da transferência, aqui segurança do analista, abre-se passagem aos efeitos analíticos tomados pelo avesso, pelas paixões do analista – e temos assim efeitos, que compuseram nosso primeiro capítulo direta ou indiretamente, como a relação dual, as resistências, o *eu* autônomo, o serviço dos bens e a promessa de felicidade. Assim, a moral por vezes passa a ser guia, descaracterizando a práxis por medidas psicologizantes, ortopédicas, pedagógicas e violentas, “ainda que coberta das mais nobres intenções” (Freud, 1919/2010, p. 215). Recolocar os desvios, neste outro momento do trabalho, segue o fio da construção de balizas para nosso caminho (Lacan, 1958/1998).

Soma-se a isso, a indicação freudiana de que há um certo prazer nessas práticas por tomar o analisando à nossa imagem e semelhança (Freud, 1919/2010). Com Lacan (1969-1970), o prazer a que se refere Freud parece atrelar-se ao saber enquanto meio de gozo. “Saber, meio de gozo” nomeia a terceira lição de *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise* (1969-1970/1992). Esta lição é aberta pelo que Lacan chamou de “ato do príncipe”, um ato arbitrário, que parece ser uma boa indicação do que vem tratar a seguir na lição. Uma vez que ao desconsiderar a estrutura e o elemento da impossibilidade de suas formalizações em “traduções” estritamente universitárias, por exemplo, perde-se o caráter de verdade.

Da mesma feita, coloca-se em jogo a dimensão do saber trabalhando, que deriva do traço unário, marca e origem do significante. Este que, em articulação, vem a representar um sujeito

a outro significante. “O saber trabalhando, na medida em que deriva primeiramente, saiba ele ou não, do traço unário, e, em seguida, de tudo o que poderá se articular de significante. É a partir daí que se instaura essa dimensão do gozo” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 49). É na marca do traço que se revela a dimensão da repetição inaugural e, esta repetição, visa o gozo. Por sua vez, o saber, em sua origem, é articulação significante onde se situa a inserção no gozo do Outro. O saber, assim, é meio de gozo e o trabalho com ele tem um sentido, o da verdade (Lacan, 1969-1970/1992).

Nó do semi-dizer, a verdade não cabe em formulações universitárias. Não por estas não disporem dos meios necessários para que toda pudessem dizê-la, mas por estar sempre em perda, uma perda que remete a impossível, que esconde a castração. Ao analista, espera-se que faça funcionar seu saber em termos de verdade ao passo que, por estrutura de discurso, o que lhe é demandado não corresponde ao sujeito suposto saber – se somos supostos a saber não é lá grandes coisas. “Não se fala do indizível, por mais prazer que isto pareça dar a alguns” (Lacan, 1969-1970, p. 49). O que a análise inaugura é justamente o contrário e Pappenheim, de algum modo, sabia disso.

3.3 Das incidências discursivas

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (Foucault, 1969/2001).

Traçamos um caminho, desde o primeiro capítulo, em torno dos impasses da formação pelo que se repete, levando-se em conta suas diferentes dimensões, e pela operação que dá suporte a sua estrutura. Nos colocamos, assim, em certa correspondência ao texto freudiano *Perspectivas futuras da terapia psicanalítica* (1910/2013), texto em que são trabalhadas três vias para uma possível consolidação da psicanálise. Sendo a primeira referida ao que Freud chamou de “progresso interno” do conhecimento analítico e da técnica, a segunda concerne às resistências e ao lugar de autoridade, de onde poderíamos extrair questões como a autorização e a especificidade da práxis, e a terceira trata dos efeitos gerais de nosso trabalho, o trabalho

analítico. Durante nossa escrita, nos ocupamos das três vias, mas em vasta medida é como se ainda assim houvesse uma prevalência quanto aos pontos um e dois. Quanto ao terceiro ponto, Freud situa o “dever do analista” em mais de um sentido e diz buscar garantir que seja: não apenas a serviço da ciência, não apenas um tratamento ao analisando que considere o rigor analítico, mas contribuindo para o “esclarecimento das massas, do qual esperamos a mais abrangente profilaxia das enfermidades neuróticas, pela via indireta da autoridade social” (Freud, 1910/2013, p. 230). Poderíamos destacar nesta passagem freudiana o que Foucault localiza enquanto parte do sistema de poder que os intelectuais se coloquem como “agentes da consciência” e do discurso, ainda que sutilmente. No entanto, não nos escapa que Freud a diz como “contribuição” e, se em análise não toma o saber do lado do analista, por que havia de ser diferente em relação a outros campos? Extraímos desta passagem o modo como Freud a constrói, lado a lado a pesquisa, a clínica e a responsabilidade do analista, inclusive no âmbito público – o que não é sem o que se deu a ver, a época, sociopoliticamente.

Há em Freud um constante cuidado de que em um “êxito” psicanalítico seja possível reconhecer a psicanálise. Tomando por premissa as questões de sua época, marca a especificidade da formação, o trabalho psicanalítico por seu rigor e a diferença da psicanálise para a sugestão. Até o momento, também foi possível a nós um pequeno panorama do período em que se estabelecia a formação no Brasil, principalmente no que se refere a década de 60 e 70, e as questões que se colocavam e o que aparece enquanto um retorno. Mas como se colocam hoje? Reconhecemos neste ponto, por efeito geral de nosso trabalho e responsabilidade do analista, o que Lacan sustenta em *Função e campo* (1953/1998): “Que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (p. 321). Nesta seção caminharemos por essa via.

A atualidade da hegemonia discursiva social e ocidental vela em termos de “avanço” a contínua atualização da opressão e desqualificação da alteridade. Um sistema de poder que barra, proíbe e invalida discursos o faz a serviço da produção do discurso que impõe-se hegemônico. Este, referido à lei do mercado, suposto consistente e a-histórico. Tomando o diferente como não-referência na cultura - mas seu “justo” oposto - o que se produz são silenciamentos, desamparos discursivos e sofrimentos, são meios da manutenção dos interesses sociopolíticos deste discurso (Rosa, 2018).

Assim, o que temos é a mútua alimentação do colonialismo, capitalismo e o mal-estar. É preciso continuamente oprimir e cercear lugares, muitas vezes em estruturas de poder veladas, para continuamente baratear a mão-de-obra e fazer a máquina do capitalismo girar. Fanon, em seu livro *Pele negra, máscaras brancas* (2008), aborda o processo de produção do colonizado

enquanto racializado e inferior, o que estabelece em termos de racismo colonial. Na situação, Fanon discute questões como o lugar social do negro, sua experiência vivida, o pretense complexo de dependência do colonizado e, resguardadas as importantes particularidades, podemos perceber que há um possível fio condutor comum dessas estratégias de violência discutidas pelo autor que reaparecem em outras circunstâncias.

Rosa (2018) destaca a produção do desamparo discursivo enquanto estratégia para manutenção e expansão do poder hegemônico do discurso social e político que, permeado pelos referidos interesses, mascara-se de discurso do Outro (campo da linguagem) buscando capturar o sujeito em suas malhas, seja na constituição ou nas circunstâncias de destituição subjetiva.

Tal discurso visa confundir o impossível (relação com a morte e com o desejo como falta) com o proibido (relação com as leis sociais) para governar o sujeito e sua trajetória na cena familiar, social e política e incidir sobre sua constituição, seu enlace em novos grupos, sua reorganização subjetiva, seu embate com as leis (Rosa, 2018, p. 24).

Seria a produção do desamparo discursivo o fio condutor a que nos referimos? Fato é que, tal desamparo, produz sofrimentos. E estes sofrimentos, na melhor das hipóteses, chegam à clínica.

Retomemos. Se há um discurso hegemônico que invalida outros saberes e discursos, que por sucessivas violências produzem silenciamentos, não parece ser tão simples que casos assim cheguem à clínica. E ainda, que ao comparecerem, não sejam tomados sob o véu individualizante do problema. Neste sentido, a psicanálise parece fornecer subsídios para a questão e possíveis intervenções - inclusive fora do que se entende como clínica *tout court*, restrita aos consultórios. Esgarçando as barreiras para localizar a dimensão pública de nossa prática. A própria ideia de laço social e sujeito, tal como concebida psicanaliticamente, fundamenta a clínica e não está desenraizada de seu aspecto histórico e político. Contudo, não concerne à psicanálise, apartada, esgotar a questão. “Trata-se de sua contribuição ao estudo do social e do político, sem a pretensão de substituir as análises desses outros campos de saber. Cabe à psicanálise incidir sobre aquilo que escapa aos outros campos. Cabe-lhe investigar a dimensão inconsciente presente nas práticas sociais” (Rosa, 2018, p. 27). À psicanálise, não-toda, é preciso manter aberta a interlocução com outros campos de saber, inclusive para precisar conceitos e afinar nossos próprios conceitos às nossas práticas.

Freud, em 1919, tornou ainda mais clara sua preocupação quanto à psicanálise responsabilizar-se por seu lugar social em seu texto que trata do avanço da teoria psicanalítica, uma vez que a própria clínica inclui enquanto condição sua constante construção:

Os senhores sabem que as nossas atividades terapêuticas não têm um alcance muito vasto. Somos apenas um pequeno grupo e, mesmo trabalhando muito, cada um pode dedicar-se, num ano, somente a um pequeno número de pacientes. Comparada à enorme quantidade de miséria neurótica que existe no mundo, e que talvez não precisasse existir, a quantidade que podemos resolver é quase desprezível.(...) Presentemente nada podemos fazer pelas camadas sociais mais amplas, que sofrem de neuroses de maneira extremamente grave. Vamos presumir que, por meio de algum tipo de organização, consigamos aumentar os nossos números em medida suficiente para tratar uma considerável massa da população. Por outro lado, é possível prever que, mais cedo ou mais tarde, a consciência da sociedade despertará, e lembrar-se-á de que o pobre tem exatamente tanto direito a uma assistência à sua mente, quando o tem, agora, à ajuda oferecida pela cirurgia, e de que as neuroses ameaçam a saúde pública não menos do que a tuberculose, de que, como esta, também não podem ser deixadas aos cuidados impotentes de membros individuais da comunidade. Quando isto acontecer, haverá instituições ou clínicas de pacientes externos, para as quais serão designados médicos analiticamente preparados (...) Tais tratamentos serão gratuitos. Pode ser que passe um longo tempo antes que o Estado chegue a compreender como são urgentes esses deveres. (...) Mais cedo ou mais tarde, contudo, chegaremos a isso. Defrontarmos-emos, então, com a tarefa de adaptar a nossa técnica às novas condições (Freud, 1918-1919/1969, p. 105).

Neste texto, Freud se refere não somente a inserção dos psicanalistas em outros campos, como antecipa a importância de dadas políticas públicas e nos indica ainda a importância de revermos, rigorosa e não tendenciosamente, nossas doutrinas teóricas de forma a serem inteligíveis.

E, para pensar a indissociabilidade entre clínica e política, uma das articulações que nos é tão cara localiza-se justamente no entre o sujeito e o laço social. Apesar de muito interessante, para além dos círculos psicanalíticos, nomear tal relação enquanto “moebiana” pouco diz o que é preciso dizer. Não há sujeito sem laço e não há laço sem sujeito, ainda que nenhum possa ser reduzido a outro, elencado como simples influência mútua ou conjunto. Freud instaurou esta articulação enquanto transindividualidade e, portanto assim, atravessado pela História. O laço social não se trata do encontro entre sujeitos, mas ao tecer de uma posição discursiva do sujeito frente ao objeto. Lacan (1969-1970/1992) o compôs a partir de quatro elementos, sendo significante-mestre (S1), saber (S2), sujeito (S) e objeto (*a*), e seus arranjos, discurso do mestre, da histórica, do analista e do universitário, a medida em que circulam pelo lugar de agente, outro, produção e verdade - o que nos referimos aqui tem como intuito mapear do que é feito e um caminho para buscar saber, mas, por hora, não nos prolongaremos aqui.

O ponto é que o laço, a linguagem, carrega em si uma fração de mal-estar. Trata-se, contudo, de uma irrupção do laço, que não comporta a mítica dimensão de entrada (Freud, 1912-1913/2012), uma vez que o sujeito é falado muito antes, prévio à linguagem. Freud debruçou-se a localizar que implicações para as construções da e na cultura desde o início de sua obra e, em 1930, atribui às relações uma das fontes de sofrimento:

O sofrer nos ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência;

do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos. O sofrimento que se origina desta fonte nós experimentamos talvez mais dolorosamente que qualquer outro (Freud, 1930/ 2010, p. 31).

Das relações, Freud circunscreve sua fração de mal-estar ao processo de repressão de tudo poder e da agressividade herdeira do mito totêmico. Nossa cultura está baseada nesta repressão. Repressão e renúncia pulsional inescusáveis às necessidades da vida e à produção de “patrimônio cultural comum de bens materiais e ideais” (Freud, 1908/2015, p. 256), do “sagrado” bem comum. Uma vez que o programa da cultura se opõe ao instinto natural agressivo do ser humano, sendo assim a luta entre Eros e a morte, entre a pulsão de vida e a destruição (Freud, 1930/2010). Ainda, “sob o influxo das exigências culturais, uma repressão dos instintos apenas aparente e cada vez menos bem-sucedida, e que, por isso, mantêm sua colaboração nas obras da cultura somente com enorme dispêndio de forças, com empobrecimento interior” (Freud, 1908/2015, p. 260).

A neurose aparecia como o desfecho de uma luta entre o interesse da autopreservação e as exigências da libido, uma luta que o Eu vencera, mas ao custo de severo sofrimento e renúncia. Todo analista admitirá que ainda hoje isso não parece um erro há muito constatado. Mas uma mudança tornou-se imprescindível, quando nossa pesquisa avançou do que é reprimido para o que reprime, dos instintos objetivos para o Eu. Foi decisiva, neste ponto, a introdução do conceito de narcisismo, isto é, a compreensão de que o próprio Eu se acha investido de libido, constitui mesmo o reduto original dela, e em certa medida permanece como o seu quartel-general. Essa libido narcísica volta-se para os objetos, torna-se então libido objeto e pode transformar-se novamente em libido narcísica. O conceito de narcisismo tornou possível apreender analiticamente a neurose traumática, assim como a psicose e muitas afecções vizinhas a esta (Freud, 1930/ 2010, p. 84).

Contudo, parecia ainda assim permanecer em aberto ou ao menos não dar conta integralmente do que se apresentava em sua prática clínica.

O passo seguinte foi dado em Além do princípio do prazer (1920), quando tive a ideia da compulsão de repetição e do caráter conservador da vida instintual. Partindo de especulações sobre o começo da vida e de paralelos biológicos, concluí que deveria haver, além do instinto para conservar a substância vivente e juntá-la em unidades cada vez maiores, um outro, a ele contrário, que busca dissolver essas unidades e conduzi-las ao estado primordial inorgânico. Ou seja, ao lado de Eros, um instinto de morte. (...) Levava-nos mais longe a ideia de que uma parte do instinto se volta contra o mundo externo e depois vem à luz como instinto de agressão e destruição. Assim o próprio instinto seria obrigado ao serviço de Eros, na medida em que o vivente destruiria outras coisas, animadas e inanimadas, em vez de si próprio. Inversamente, a limitação dessa agressão voltada para fora teria de aumentar a autodestruição, aliás sempre existente (Freud, 1930/ 2010, p. 84).

A política surge justamente nesse entre, na produção do comum em torno do vazio no espaço entre as relações, ainda que permeada pelo poder e domínio sobre o sujeito, como nos evoca Rosa (2018). Assim, recuperando o que trabalhamos acima, como fundar um espaço comum quando alguns discursos são de modo perverso localizados em submissão a outros sistematicamente dominantes? Como nos suscita Rosa (2018), há uma naturalização do

desamparo social que vai consistentemente apagando a força discursiva dos que estão submetidos que, estando aliado ao desamparo discursivo lança o sujeito ao silenciamento. “Como habitar o mundo em coexistência radical com a diferença, sem que ela se torne fonte de subalternidade, aniquilamento, epistemicídio e necropolítica?” (Guerra, 2022, p. 9).

Deivison Faustino (2022) e Miriam Debieux Rosa (2018) nos lembram das restrições pulsionais necessárias ao laço, a proteção e o pertencimento, mas que não há um mesmo preço sendo pago. É preciso tomar isto como um dos pontos de partida da clínica. Trabalhar na contramão da individualização, dos recônditos do ser e da via egóica das questões, mas na direção da singularidade subjetiva que inclua em seu cerne as relações e remissões que tomam lugar no laço social. “Incidindo na separação entre o enredamento da alienação estrutural ao discurso como linguagem e as artimanhas do poder (...) e na historicização dos laços” (Rosa, 2018, p. 29). A psicanálise pós-freudiana, ao tomar como finalidade do fortalecimento do *eu*, buscar poder fazer o eu, em alguma medida, escapar da posição escravizante diante dos senhores de sua própria casa (o *isso*, o *supereu* e o mundo). Ao buscar fortalecer-se para melhor combatê-los, o eu esbarra em uma exigência de satisfação que, por não cessar de não se inscrever, jamais será cumprida e na tentativa de combater o *supereu* e se livrar da tarefa de não estar submetido ao gozo imperativo toma para si o mandamento “*não goze!*” - ou melhor, “*goze de não gozar!*” (Sá, 2010). Não seriam esses efeitos que conduziriam à paranoização e constituição de uma nova realidade alienante?

Esse enredamento nos processos de constituição e de destituição do sujeito pode ser elucidado pela via da historicização dos laços sociais em dados grupos sociais, o que se dá pelo resgate da memória na e pela experiência compartilhada. (...) A experiência da psicanálise facilita ou opera nos obstáculos para construir a travessia de tornar-se sujeito desejante à revelia dos discursos alienantes. As travessias desses sujeitos podem nos fornecer pistas importantes para as problemáticas das próximas gerações. Também podem contribuir para atualizar a psicanálise a partir da clínica (Rosa, 2018, p. 29).

Tal avanço não se constitui uma sociologização da psicanálise ou degradação de sua especificidade, como por vezes foi tomado (Sá, 2010). Trata-se do retorno a seus fundamentos.

Trabalhar pelo bem-dizer da dimensão e função públicas da transmissão da psicanálise também se fundamenta aqui. Se segregamos a formação, segregamos parte da população da possibilidade de procurar uma escuta psicanalítica e incorremos na possibilidade de encorpar o caldo do desmantelamento da saúde no campo público, da saúde mental em particular, pela precarização do trabalho e dos vínculos dos trabalhadores entre si e entre os trabalhadores e a instituição. Isso não quer dizer que precisemos formar uma infinidade de analistas, ainda que porventura possa vir acontecer com um punhado de gente. O ponto está na transmissão e em suas consequências públicas e políticas. Onde se localizam os analistas de hoje? Onde estão se

formando? É preciso se deixar encontrar, fazer barulho quanto a própria prática. O que, pelo menos ao que convoca Freud, nada tem a ver com questões mercadológicas. Visto que partem daí as construções de clínicas públicas - também espaços de formação. Trata-se da transmissão de uma outra lógica de enlaçamento que não a hegemônica e dominante. Que dê abertura ao desejo e, conseqüentemente, a possibilidade de desalienação - principalmente se aliada a outras práticas e condições.

3.4 Tática, estratégia e política e a razão de um fracasso

Como dissemos, neste capítulo a citação que nos guiaria se refere a “fundir o ouro puro da psicanálise com o cobre”. Depois do que caminhamos até o momento, parece termos nos aproximado do que se coloca na fenda que deixamos aberta. Mas será que é possível dar-lhe um nome bem como fez Freud ao chamá-la de sugestão? A princípio, nos parece poder tratar do que Lacan afirmou quanto ao analista estar à altura da subjetividade de sua época.

Por vezes, o que se lê da indicação freudiana acaba por incorrer em práticas estritamente psicologizantes, assistencialistas, pedagógicas ou mesmo sugestivas que, na contramão de uma psicanálise não tendenciosa, desconsideram o saber do sujeito e seu desejo. Mas não somente. Muito se perde também em termos de discursividade e incidência de Freud enquanto acontecimento. Nisto, *A direção de tratamento e os princípios de seu poder* (1958/1998), por sua vez, se coloca como meios que Lacan estabelece em torno da práxis psicanalítica em sua dimensão da tática, estratégia e política. Trata-se de abrir condições para a sustentação do tratamento e a especificidade de nosso campo. Ainda que a psicanálise decida sobre a “qualidade” do psicanalista, ironicamente Lacan definiu a psicanálise enquanto o tratamento que se espera de um psicanalista (Lacan, 1956/1998). Passemos então a este e a especificidade de nosso campo e nossa práxis.

Seria a especificidade discursiva de nosso campo o fio que amarra e sustenta nossa prática? A essa altura, parece já estar claro que a prática psicanalítica é sem garantias, o que não significa que não haja rigor e o que oriente nossa prática. Quando nos localizamos em nosso campo e quando incorremos em um exercício de poder? Então, ainda que estejamos avisados, não estamos livres de aí escorregar. De novo e de novo. O que há de mais subversivo no discurso do analista é não se pretender a solução (Lacan, 1969-1970/1992). Trata-se também do que faz referência ao gozo, do que não cessa – do que começa em cócegas e termina em labaredas, tudo é sempre gozo. Discursivamente, um dos pontos em que mestre e analista se diferenciam se

coloca quanto ao discurso da dominação, de um lado, e as consequências de um saber que se mantém em relação com a verdade.

Desde que abrimos este trabalho, buscamos colocar em questão o que se extrai de consequência pública e política de nossa práxis e, ainda, de nossa formação. Impreterivelmente, há consequências. A questão se coloca no lugar que damos a elas e o que a partir delas se dá lugar. Algumas das consequências puderam ser dadas a ver muito facilmente em formulações como a identificação ao *eu* do analista que embaraçam ou mesmo inviabilizam uma eventual emergência do sujeito e seu desejo. Mas quantas não se escancaram assim tão facilmente?

Aqui tática, estratégia e política parecem possibilitar que se recoloca a questão a partir de outro lugar: o do analista e o que lhe concerne quanto à castração, uma vez que assim o desloca de um presumido poder para a posição em que paga ao implicar-se quanto a seus limites e função. Advertido, assim, de sua impossibilidade, o preço que o analista paga tem por contrapartida seu limite e liberdade. Ou seja, quanto a tática, ao pagar com suas palavras, por seu efeito de interpretação, o analista é mais livre, mas ao pagar com sua pessoa ao fazer suporte a transferência, sua liberdade reduz quanto à estratégia e, por fim, tem ainda menos liberdade ao pagar com o cerne do seu ser e seu juízo mais íntimo “naquilo que domina a estratégia e a tática, ou seja, em sua política, onde ele faria melhor situando-se em sua falta-a-ser, do que em seu ser” (Lacan, 1958/1998, p.596).

Em busca da promessa de felicidade, se imagina que um analista deva ser feliz e que lhe seria possível prometer. Contudo, felicidade tornou-se fator de política, mas a felicidade não torna-se um lugar triste se a felicidade passa a ser uma só a todos? “Os psicanalistas têm o dever ético-político de se opor às tentativas de imposição de uma uniformização do gozo - em nome de Deus ou do Capital – que atropelam o outro e levam fatalmente à segregação” (Rinaldi, 2022), principalmente se forjada de uma pretensa felicidade.

Mesmo que não haja nada no microcosmo ou no macrocosmo que possa garantir a felicidade. Assim como “não há regra de ouro que se aplique a todos: cada homem tem que descobrir por si mesmo de que modo pode ser salvo” (Freud, 1930, p. 103).

A psicanálise tende ao fracasso, mas a questão é se ela sobreviverá ou não. A ética da psicanálise enquanto ética do real e do bem-dizer, para Rinaldi (2002), aponta para a possibilidade de enlaçamento social que possibilite a existência da diferença. Onde o que nos guia, nesta prática impossível, é a paixão da ignorância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, estamos para concluir. Retornando à introdução de nosso trabalho, por onde começamos a escrever, certamente aqui chegamos com um outro texto. Desde um momento anterior da pesquisa, partimos da articulação em que o cenário sócio-político conforma certas práticas. Importante para tomarmos o caminho feito neste momento, uma vez que a localizamos de diferentes modos, em diferentes pontos da história da psicanálise. Inclusive, no que se refere ao momento historicamente definido quanto à condição de possibilidade de emergência da própria psicanálise. Mais do que cenário, por vezes nos aproximamos da história no que poderíamos dizer ser próximo da atenção flutuante. Assim, deixando saltar o que remete à estrutura do texto, às repetições, às relações que decorrem, como o lugar da ciência para Freud e suas incursões para construção epistemológica da psicanálise. Freud marca uma relação outra com a ciência. Ao recolher seus restos, recoloca a questão da direção de tratamento e a especificidade do saber psicanalítico por se escrever na vida comum. Bem como também quanto à posição do analista e os efeitos na/pela formação. Tendo na experiência psicanalítica seu ponto de partida, atesta-se assim a indissociabilidade entre clínica e pesquisa em psicanálise.

Ao longo de nosso caminho, buscamos continuamente remetê-lo à articulação da psicanálise por sua via discursiva e de enunciação. Inclusive, pela transmissão passar também por elas. Na contramão do que testemunhamos em alguns momentos em que a busca de defesa à transmissão e à formação incorreu numa estrutura de proteção das instituições psicanalíticas que ao vir a público falar, supondo ser em nome d(A) psicanálise, parece aplacar a responsabilidade de cada analista quanto à psicanálise e sua transmissão. Atravessados pelo percurso, do que faz equívoco a um desejo de saber em causa, colocamos algumas questões que contornaram nossa pesquisa: Seria, por seu próprio ato e desejo, a verdade que faz germinar “algo de analista”? E quanto à sustentação e à transmissão do discurso como consequência, estamos advertidos? Se Lacan nos afirma que “O inconsciente é a política” (Lacan, 1966-1967/2008, p.350) e, ainda, se não há formação do analista que escape do encontro com as formações do inconsciente, tratou-se de investigar que relações se estabelecem entre a política e a formação.

Quanto à estrutura da pesquisa, tomamos fundamentalmente o cuidado de não remetê-la ao tempo cronológico ou a um suposto avanço. Durante os três capítulos Freud, Lacan e nossas incursões no Brasil estiveram de algum modo presentes, ainda que vez ou outra tenhamos tomado por recurso a ordem de existência no tempo. Outro cuidado importante para nós se refere a Freud orientar as vias deste trabalho por meio de seu texto *Caminhos da terapia*

psicanalítica (1919), tomando seu cerne enquanto um lugar político referido também à formação e tendo as clínicas públicas como parte dela.

Assim, pela não inteireza do saber em psicanálise, já apontada por Freud, partimos da história do movimento psicanalítico desde a experiência freudiana de institucionalização, as proposições de Lacan e o estabelecimento da psicanálise em solo brasileiro. Faz-se notar que há questões que se repetem, bem como suas alternativas, como a relação dual, a identificação ao *eu*, o ideal de suficiência e o que decorre à institucionalização. A partir de diferentes situações, há a tentativa de encontrar meios que dessem conta do que se repete, desse real. Na busca de dizer, e por vezes torná-lo didático, o que se extrai é um deslocamento para o campo imaginário do que viria a ser um tratamento do real que considere a impossibilidade de dizer e que, portanto, configura-se também sempre falho, incompleto, parcial, mas que não o negue.

O real, por permear a formação em sua estrutura, deixa a marca da impossibilidade por todo seu percurso e transmissão. Seja quanto ao saber inconsciente, que em termos de verdade não-toda, abarca em negatividade o furo e o indizível, seja pelo desejo marcado pela falta ou ainda o desejo do analista não articulável que comparece como invenção. Em toda sua extensão, a formação remete ao real, sendo a transmissão da castração, do impossível. Assim, a formação trata de um saber com a psicanálise. Um certo desejo de saber (uma psicanálise) atrelado ao saber teórico (da psicanálise) que aponta para um resto que faz retornar a marca do vazio. Em causa, pode vir a surgir um estilo e reinventar a psicanálise, a partir da falta-a-ser, de seu desejo de analista. Aí também reside o rigor da nossa prática.

Se por um lado a hegemonia discursiva social e ocidental vela em termos de “avanço” a contínua atualização da opressão da alteridade ao barrar, proibir e invalidar discursos a serviço da produção do que impõe-se hegemônico, o que se produz são silenciamentos, desamparos discursivos e sofrimentos, são meios da manutenção dos interesses sociopolíticos deste discurso (Rosa, 2018). Por outro lado, o discurso psicanalítico tem condições de possibilitar que cada um construa, a partir da castração, do saber inconsciente, uma via para operar enquanto sujeito no mundo. Assim, quando colocamos a dimensão pública e política da formação, trata-se também de manter viva a fala de Freud em 1919 quanto a responsabilidade de cada analista para com a psicanálise, sua presença política no mundo.

Assim, coloquemos mais uma vez o que nos fez caminhar e o que ainda mantém brechas em aberto. E nós a caminhar. Nosso trabalho buscou fazer um retorno aos fundamentos. O trabalho pelo bem-dizer da dimensão pública e política da transmissão da psicanálise também se fundamenta aqui. Se segregamos a formação, segregamos parte da população da possibilidade de procurar uma escuta psicanalítica e incorremos na possibilidade de encorpar o

caldo do desmantelamento da saúde no campo público, da saúde mental em particular, pela precarização do trabalho e dos vínculos dos trabalhadores entre si e entre os trabalhadores e a instituição. Isso não quer dizer que precisemos formar uma infinidade de analistas, ainda que porventura possa vir acontecer com um punhado de gente. O ponto está na transmissão bem como em suas incidências discursivas – e, portanto, no laço – de sustentar uma posição com a psicanálise, a partir da psicanálise, desde a psicanálise. Quem se analisa hoje? Onde se localizam os analistas e onde estão se formando? É preciso se deixar encontrar, não silenciar quanto a própria prática. Visto que partem daí as construções de clínicas públicas – também espaços de formação. Trata-se da transmissão de uma outra lógica de enlaçamento que não a hegemônica e dominante. Que dê abertura ao desejo e, conseqüentemente, a possibilidade de desalienação – principalmente se aliada a outras práticas e condições, o que parece tratar também de que haja na operação ética uma possibilidade de incidência na política. Há assim uma operação que a ética faz na política? O analista só opera como tal na medida em que agencie certa operação no laço social. Em seus fundamentos, não há analista privado, como haveria de ter formação privada? A formação só se coloca na medida em que ponha em causa sua incidência pública, suas conseqüências públicas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, S. A política da psicanálise e a da saúde mental. *Rev. Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 8, n. 1, 2008.

ALBERTI, S.; ELIA, L. Psicanálise e Ciência: o encontro dos discursos. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 8, n. 3, p. 779-802, set. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em setembro 2023.

COIMBRA, C. *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

_____. Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. *Mnemosine*, v. 1, nº 0, 2004.

Canguilhem, G. O que é a psicologia? (1958) *Tempo Brasileiro*, 30-31, p. 104-123, 1973.

COSTA-MOURA, F.; FERNANDES, F. A psicanálise existe? Considerações sobre o materialismo da psicanálise. In: LO BIANCO, A. (org.). *A materialidade da psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

COSTA-MOURA, F. ; SILVA, M. Do mundo fechado... ao desuniverso do discurso. In: COELHO DOS SANTOS, T.; SANTIAGO, J.; MARTELLO, A.. (Org.). *De que real se trata na clínica psicanalítica?*. 1ed. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2012, v. , p. 271-294.

DANTO, E. *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DIDIER-WEIL, A. A questão da formação para Lacan. In: JORGE, M. (org.) *Lacan e a formação do psicanalista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa; Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro, 2018.

DIMENSTEIN, M.N. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva.

Psicologia em Estudo, v. 6, n. 2, p. 57-63, 2001.

ELIA, L. O desejo do psicanalista presentifica a intensão na extensão e se estende à política. *Rev. Correio APPOA*, ed. 268, 2017.

_____. Leiga por rigor: o que é impossível regulamentar na psicanálise? In: Alberti, S. et. al. *Ofício do Psicanalista: Formação vs. Regulamentação*. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 2009.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FAUSTINO, D. Frantz Fanon e o mal-estar colonial: algumas reflexões sobre uma clínica da encruzilhada. In: GUERRA, A. *O mundo e o resto do mundo: antíteses psicanalíticas*. N-1 edições + PSILACS, 2022.

FERREIRA NETO, J. L. *Políticas públicas e o SUS* (2011). São Paulo, SP: Escuta, 2017. 2a ed. Ampliada.

FIGUEIREDO, A. *Vastas confusões e atendimentos imperfeitos: A clínica psicanalítica no ambulatório público* (1997). Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 2002.

_____. A psicanálise dos psicólogos no Rio de Janeiro dos anos 1970. *Cultura Psi*, v. 0, n. 1, 2012.

FINGERMANN, D. *A (de)formação do psicanalista: as condições do ato psicanalítico*. São Paulo: Escuta, 2016.

FOUCAULT, M. O que é um autor? (1969). In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

GUERRA, A. *O mundo e o resto do mundo: antíteses psicanalíticas*. N-1 edições + PSILACS, 2022.

FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica (1990). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 1, 1969.

_____. Sobre psicanálise selvagem (1910). In: *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 10, 2010.

_____. Perspectivas futuras da terapia psicanalítica (1910). In: *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 10, 2013.

_____. Recomendações ao médico que pratica a psicanálise (1912). In: *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 10, 2010.

_____. Totem e Tabu (1912-1913). In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 11, 2012.

_____. (1917) Uma dificuldade da psicanálise. In: *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 14, 2010.

_____. Deve-se ensinar psicanálise nas universidades? (1919). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 17, 1969.

_____. Linhas de progresso na terapia psicanalítica (1918-1919). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 17, 1969.

_____. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 18, 1969.

_____. A questão da análise leiga (1926). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 20, 1969.

_____. O mal-estar na civilização (1930). In: *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 18, 2010.

_____. Acerca de uma visão de mundo (1933a). In: *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 18, 2010.

_____. Novas conferências introdutórias (1933b). In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 18, 2010.

_____. A análise finita e a infinita (1937). In: _____. *Fundamentos da clínica psicanalítica*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p.315-361.

_____. Esboço de psicanálise (1938). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 23, 1969.

_____. Moisés e o monoteísmo (1939[1934-1938]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 23, 1969.

_____. *Compêndio de Psicanálise e outros escritos inacabados* (1940). 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LACAN, J. *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud* (1953-1954). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão brasileira de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

_____. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada (1945). In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Função e campo da fala e da linguagem (1953). In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Variantes do tratamento-padrão (1955). In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Situação da psicanálise e a formação do analista em 1956 (1956). In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958a). In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. A psicanálise verdadeira, e a falsa (1958b). In: LACAN. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise (1959-1960)*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. De um desígnio (1965-1966). In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. A ciência e a verdade (1966). In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Ato de fundação (1964-1971). In: LACAN. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1979.

_____. *A lógica do fantasma: Seminário 1966-1967*. Publicação não comercial do Centro de Estudos Freudianos de Recife. Recife, 2008.

_____. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola (1967). In: LACAN. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *O Seminário, livro 16: de um Outro ao outro (1968-1969)*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. *O Seminário livro 17: O avesso da psicanálise (1969-1970)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

_____. Alocução sobre o ensino (1970a). In: LACAN. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. Radiofonia (1970b). In: LACAN. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *Discurso de Tóquio* (1971). Borda Traduções, 2020. Disponível em: <<https://bordalacanianana.com/wp-content/uploads/2020/07/Borda-tradu%C3%A7%C3%B5es-Discurso-de-t%C3%B3quio.pdf>>. Acesso em setembro de 2022.

_____. *O Seminário, livro 20: mais, ainda (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. *O Seminário, livro 21: Os não-tolos erram (1973/1974)*. [S.l.: s.n.], 1994.

_____. Nota Italiana (1973). In: LACAN. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. A terceira (1974), *Che vuoi? Psicanálise e Cultura*, v. 1, n. 0, Porto Alegre, 1986.

_____. A função dos cartéis. Transcrição das discussões das Jornadas sobre Cartéis (1975), publicada em *Lettres de l'École Freudienne de Paris*, n.18. In : LETRA FREUDIANA. Documentos para uma Escola. Letra Freudiana: Escola, Psicanálise e Transmissão. Ano I, n. 0. Circulação interna, 19. 1976.

_____. Abertura da seção clínica (1992). *Ornicar?*, p. 7-14, 1977. Disponível em: <<http://www.traco-freudiano.org/tra-lacan/abertura-secao-clinica/abertura-clinica.pdf>>

LAURENT, E. O analista cidadão (1996/1999). In: *Curinga*. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise - Seção Minas, n.31, 2010.

LIMA, M. Atuação psicológica coletiva: uma trajetória profissional em unidade básica de saúde. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 431-440, 2005.

LO BIANCO, A.; BASTOS, A.; NUNES, M.; SILVA, R. Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica: implicações para a formação. In: ACHAR, R. *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1994.

JORGE, M. Lacan e a estrutura da formação do psicanalista. In: JORGE, M. (org.) *Lacan e a formação do psicanalista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa; Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro, 2018.

JORGE, M. Aprender a aprender: Lacan e a supervisão psicanalítica. In: JORGE, M. (org.) **Lacan e a formação do psicanalista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa; Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro, 2018b.

Koyré, A. Galileu e Platão. In: *Estudos de história do pensamento científico* (1943). Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.152-180, 1982.

MANSO, R.; JORGE, M.; ALBERTI, S. Da extimidade da Psicanálise e seu lugar na polis. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. spe, p. 1078-1097, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em março 2023.

MAYERHOFFER, F. *A função psicanalisante como condição de singularidade em uma experiência política de desinstitucionalização*. Brasil. 2015. 216 f. Tese (Doutorado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

QUINET, A. *As 4 + 1 condições para a análise* (1991). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2009.

_____. *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma* (2000). 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. *O desejo do analista: passe e final de análise*. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Ed., 2022a.

_____. *A Escola de Lacan: a estranheza da psicanálise*. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Ed., 2022b.

RINALDI, D. *A ética da diferença*, Rio de Janeiro: EdUERJ/Jorge Zahar Ed., 1996.

_____. Ética e desejo: da psicanálise em intensão à psicanálise em extensão. *Revista do Corpo Freudiano*, n. 7, 1997.

_____. Escrita e invenção. In: COSTA, A.; RINALDI, D. (org.) *Escrita e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud Ed., 2007.

_____. O desejo do analista na instituição pública de saúde mental. *Rev. Correio APPOA*, ed. 268, 2017.

Ritvo, J. O conceito de letra na obra de Lacan. In: *A prática da letra*. Rio de Janeiro, RJ: Escola da Letra Freudiana, 2000.

RUSSO, J. Introdução ao “Dossiê Brasil”. *Cultura Psi*. v. 0, 2012.

SÁ, I.X.F. *A função pública da transmissão da psicanálise*. Curitiba: Juruá, 2010.

SILVA, A.; BIANCO, A. O Moisés de Freud: saber e transmissão na psicanálise. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 216-235, 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282009000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em novembro de 2023.

SPINK, M. *Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentido*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. (Coord.). *A psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2007.

VIEIRA, M.; SILVA, R. Nota ao leitor brasileiro. In: LAURENT, E. *A batalha do autismo: da clínica à política*. Trad, C. Berliner. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014.

VELHO, G. *Individualismo e cultura* (1945). Rio de Janeiro: Zahar, 1997.